:: USP :: Universidade de São Paulo :: Escola de Engenharia de São Carlos :: Marina Barros do Amaral :: 2007 ::

Limites e Possibilidades
A Relação Edifício / Cidade na Avenida Paulista

Limites e Possibilidades
A Relação Edifício / Cidade na Avenida Paulista
Marina Barros Amaral

Universidade de São Paulo
Escola de Engenharia de São Carlos
Departamento de Arquitetura e Urbanismo

Limites e Possibilidades

A Relação Edifício/Cidade na Avenida Paulista

Dissertação apresentada ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo

Marina Barros do Amaral

orientador
Prof. Dr. Manoel Rodrigues Alves

São Carlos
2007

*Although often suppressed, every architect
carries the utopian gene.*
R. Koolhaas

A motivação para esse estudo partiu, certamente,
de um sonho de cidade; da vontade de contribuir
para sua realização, encontrar possibilidades e
explorar seus limites.

Agradeço aos amigos que, de alguma forma,
compartilham esse sonho ou ajudam a buscá-lo.

RESUMO

Interessada em discutir o papel da arquitetura na conformação e na qualidade dos espaços urbanos, através do estudo da interface entre interior e exterior dos edifícios, entre os edifícios e a cidade; essa pesquisa visa identificar o impacto da morfologia desses espaços de transição nos usos e apropriações que o cidadão desenvolve nestes lugares.

Foram levantados aspectos que caracterizam a configuração Arquitetônica e Urbana do Espaço, bem como outras questões envolvidas, como a gestão dos espaços, que tanto influenciam na ambiência resultante. O leitor é convidado a um passeio pela Avenida Paulista, onde são identificadas situações em que a relação entre o edifício e a cidade se destaca pela maneira como estão integrados, procurando entender como esses espaços influenciam a percepção do cidadão a respeito do espaço urbano.

ABSTRACT

Interested in discussing the role architecture plays in the construction and quality of the urban spaces, through the study of the interface established between the buildings' internal and external spaces, between buildings and the city; this work intends to identify the impact of these transition spaces on uses and the way citizens develop life.

Some aspects were found important on the architectural and urban space, as well as other matters that make a difference on the urban life, like the managing of those spaces. You are invited to come on a walk along the Paulista Avenue, where the relationship between buildings and cities call our attention on several situations. The intention is to understand how those spaces alter the perception of the urban space.

Limites e Possibilidades

A Relação Edifício/Cidade na Avenida Paulista

Limites e Possibilidades. I	09
Espaço, Paisagem	15
Espaço: aspectos da caracterização	25
Linha do Tempo: Avenida Paulista	44
A Avenida	54
Os Edifícios	89
Limites e Possibilidades. II	173
Referências	179

Limites e Possibilidades. I

O estudo da cidade opera uma secção em todos os setores da estrutura social e cultural, atingindo as mais diversas camadas de conhecimento envolvidas. Os arquitetos participam desse processo, tanto na produção e na reflexão, e ainda enquanto membros da sociedade. Para os arquitetos, o estudo da cidade pode ser definido com foco em um setor mais específico, que produz um grupo de aspectos da conformação do espaço: a construção dos edifícios no espaço urbano.

"Seja qual for o significado do espaço e do tempo, lugar e ocasião significam mais. Pois o espaço na imagem do homem é lugar, e o tempo na imagem do homem é ocasião."

Aldo Van Eyck

Mais do que qualquer outro aspecto da construção da cidade, o projeto do edifício é produto direto do trabalho do arquiteto, nem sempre produto de sua intenção individual e, certamente, não restrito a ele. A própria estrutura fundiária sobre a qual o arquiteto trabalha, a repartição do espaço urbano entre a administração pública e a propriedade privada¹ - coloca outras intenções em jogo. A utilização dos lotes é dirigida pelos proprietários (público ou particular) de forma individual. Dessa maneira, a administração pública só influi indiretamente, por meio de leis reguladoras e códigos edilícios.² Nessa estrutura, o interesse privado e a associação da indústria construtora com a especulação imobiliária se fazem presentes na valorização de áreas urbanas, e muitas vezes setores inteiros da cidade são construídos por conveniência econômica.

Do sistema e da estrutura fundiários, com frequência, derivam modelos construtivos estereotipados. Proprietários e investidores visam a resultados financeiros que pouco se relacionam com a qualidade espacial ou arquitetônica dos edifícios. O trabalho do arquiteto não raro baliza-se por complexos estudos mercadológicos, restringe-se à decisão de variantes da forma final, compatibilizando o edifício e o entorno adjacente. *“O arquiteto..., aceitando um campo de trabalho tão delimitado, conquista em contrapartida uma “liberdade” de invenção formal... cujo reflexo sobre os custos é facilmente contido na margem do lucro fundiário. O debate arquitetônico transforma-se num cotejo aos modos de ocupar essa margem.”*³ O produto final nem sempre apresenta-se como a melhor possibilidade espacial, e, frequentemente, cabe aos usuários ocupar o espaço do edifício da maneira que lhes for possível. Dessa maneira, grandes empreendimentos, grupos de edifícios ou edifícios isolados, cada um a seu modo, refletem essa lógica. Assim a cidade, como um conjunto de todas essas intervenções, é construída lote a lote, edifício a edifício. Ao poder público, cabe regular tais ações, nem sempre feitos com maestria, e ao cidadão, cabe adaptar-se à cidade resultado de interesses de grupos específicos, estudos mercadológicos e razões financeiras.

Intervir na cidade é sempre um desafio para o arquiteto que acredita que sua responsabilidade na construção da mesma vai além de sua atuação como urbanista, no desenvolvimento de projetos urbanos, planos e políticas públicas de grande abrangência. Projetar um edifício significa a oportunidade de desenvolver um interesse público e coletivo da arquitetura, mesmo quando esse projeto se desenvolve dentro de um lote privado. Considerando que ao projetar edifícios, construímos a cidade, podemos dizer que a arquitetura tem um impacto e uma importância que por vezes extrapolam os limites do lote. Pela arquitetura dos edifícios e pela forma como esses se relacionam com a cidade, percebemos a visão de cidade de seus arquitetos, até quando suas intervenções se restringem aos limites do lote. Alguns edifícios nos indicam que a arquitetura, mesmo dos espaços privados, pode ser entendida como uma ação de interesse público ou coletivo, abrindo possibilidades de uso e entendimento do ambiente urbano como um espaço público.

¹ (BENÉVOLO, 1984: 100)

² (BENÉVOLO, 1984: 100)

³ (BENÉVOLO, 1984: 105)

Sabemos que a cidade, fruto do trabalho da sociedade, é também reflexo de suas relações. Separar o desejo de cidade dos arquitetos, não raro dotado de certa utopia, da realidade e dos limites que a cidade coloca não é tarefa fácil. A relação entre a arquitetura dos edifícios e a cidade é dificultada pelos limites que a própria cidade impõe, enquanto espelho da sociedade, e exprime a segregação social, a insegurança e a fobia do público, por exemplo. Essas dificuldades costumam gerar partidos arquitetônicos que separam completamente o espaço privado do espaço público, ou medidas improvisadas de marcação dos limites. Vemos surgir, o tempo todo, novas grades de proteção, novas guaritas de controle, grandes muros e alguns espaços simplesmente vazios, para proteção dos edifícios e das pessoas que os utilizam, algumas vezes previstos desde o projeto do edifício e, na maioria dos casos colocados a posteriori.

O estudo dos espaços que se configuram na transição entre o edifício e a cidade e a maneira como são experimentados pelos habitantes da cidade pode ajudar no entendimento das apropriações do espaço público e suas potencialidades de uso. Assim procuramos não só entender como o espaço do edifício se configura, mas como ele constrói também o espaço da cidade, como influencia na percepção e na apropriação do espaço urbano; ou seja, a relação entre o edifício e a situação urbana em que se insere e sua contribuição para o uso e a apropriação do espaço da cidade.

Lançamo-nos a uma leitura da cidade real, inclusive com os problemas que apresenta, para identificar e estudar algumas experiências concretizadas de arquiteturas que parecem se inserir com o objetivo de integrar-se a ela. Interessa-nos identificar o papel desempenhado pela arquitetura na conformação e qualificação do espaço urbano como o espaço da vida coletiva, formado tanto pelo tecido urbano quanto pelos edifícios, espaços públicos e privados, espaços abertos e elementos construídos. Buscamos exemplos de edifícios que o fazem, ora qualificando o espaço urbano em que estão inseridos, ora colocando dentro do lote algumas qualidades urbanas. Em algumas propostas, o edifício redesenha o espaço urbano, abre-se para a cidade, oferece "praças" e outras áreas de convívio, borra o limite público/privado, ou diferencia-se do partido arquitetônico predominante no seu entorno, contribuindo de alguma forma para a qualificação do espaço público.

Procuramos identificar em algumas intervenções e trechos de cidade possibilidades de configuração arquitetônica e urbana e de conformação dos espaços de transição entre o edifício e a cidade. Destacamos exemplos que exploram a possibilidade de a linha precisa e rígida do limite que separa dois lados transformar-se em uma região intermediária que os conecta, absorvendo características de ambos os lados, mesclando-as e aproximando-os.

"Se um limite puder ser atravessado visualmente ou pelo movimento, ele poderá ser mais do que uma simples barreira dominante – desde que seja, por assim dizer, estruturado em alguma profundidade com as regiões de ambos os seus lados. Ele então deixa de ser uma barreira e torna-se uma costura, uma linha de intercâmbio ao longo da qual duas áreas são "costuradas". Se um limite importante for dotado de muitas conexões visuais e de circulação com o restante da estrutura urbana, ele se tornará uma característica com a qual tudo o mais será facilmente alinhado."⁴

K. Lynch

Apontamos os espaços de transição entre o espaço da cidade e os edifícios como um dos principais aspectos que podem caracterizar o espaço urbano, principalmente porque nessa transição efetivamente se aproximam as duas instâncias, a cidade e o edifício. A cidade é desenhada e vivenciada exatamente nos espaços onde se encontram o público e o privado, e principalmente onde são estabelecidas as relações entre eles, onde a vida pública encontra a riqueza dos dois mundos.

"Um limite não é aquilo em que algo se detém, mas, como reconhecem os gregos, o limite é aquilo a partir do qual alguma coisa inicia sua presença"⁵

M. Heidegger

A palavra limite pode trazer várias significações. A primeira delas e também principal ponto de partida do trabalho é o limite entendido como fronteira, como uma esguia linha de separação entre dois lados diferentes, como separação entre o espaço do lote, do edifício, do espaço público da cidade. Assim, consideramos a interface direta entre a arquitetura e a cidade, o edifício e o espaço urbano, o interior e o exterior dos edifícios, o encontro dos espaços e a inter-relação entre o público e o privado. Vale ressaltar que esse limite nem sempre é considerado uma barreira, mas somente a possibilidade de distinção de dois espaços diferentes, mesmo que apenas em termos de sua propriedade legal.

Este estudo lança seu olhar para a relação entre a arquitetura e a cidade através de seus espaços de transição, procurando possibilidades de integração desses espaços, e possibilidades de enfrentamento dos arquitetos frente à cidade. Deparamos então com uma outra definição da palavra limite: agora entendido como limitação. As intervenções arquitetônicas estudadas demonstram possibilidades de projeto frente às limitações na integração entre as duas instâncias, determinadas, normalmente, por condições sociais e pela necessidade de sensação de segurança.

⁴ (LYNCH, 1980: 111-112)- o autor continua sugerindo: Uma maneira de aumentar a visibilidade de um limite consiste em aumentar seu uso ou suas condições de acesso.

⁵(HEIDEGGER, 1954) Referindo-se a definição de espaço, no trecho "O que a palavra para "espaço" [Raum, Rum] designa está contido em seu antigo significado. Raum significa um lugar desocupado ou livre para assentamento e alojamento. Um espaço é algo onde foi criado lugar disponível, algo que, apesar de desocupado e livre, tem um limite – peras, em grego. Um limite não é aquilo em que algo se detém, mas, como reconhecem os gregos, o limite é aquilo a partir do qual alguma coisa inicia sua presença. É por isso que o conceito é o de horismos, isto é, o horizonte, o limite. Espaço é, em essência, aquilo para o qual se criou lugar é sempre concedido, e portanto unido, isto é, reunido, em virtude de uma localização: algo como uma ponte. Dessa maneira, o espaço recebe o seu ser das localizações e não do "espaço"."

Com foco nas possibilidades de caracterização dos limites, o trabalho investiga soluções espaciais sob aspectos como forma e entorno, escala e dimensões, circulação e hierarquia, limites e intervalos, aberturas e contenções. Convidamos o leitor para um passeio pela Avenida Paulista. Numa primeira abordagem, realizaremos uma breve leitura dos espaços urbanos da Avenida como um todo, sua situação na cidade e relação com áreas adjacentes.

Aproximamo-nos um pouco mais de nosso objeto de pesquisa, selecionamos algumas situações ou trechos da Avenida que se destacam pela relação entre o espaço do edifício e o espaço urbano, e a qualificação do limite entre eles. Características como eixos transversais e intervalos, a articulação dos espaços públicos, percursos de ligação e circulação intraquadra, e espaços urbanos definindo relações, foram fundamentais na seleção das situações a serem estudadas. Partimos então para um outro passeio por esses espaços, finalmente realizando uma leitura das especificidades de cada um deles, procurando sempre entendê-los sob a ótica dos aspectos anteriormente levantados, com foco na definição dos espaços limite. Convidamos o leitor a nos acompanhar nesse percurso.

A apreensão da paisagem depende do deslocamento no espaço e sofre variações em função do meio de transporte e da velocidade. As pessoas andam na cidade por razões pessoais, aleatoriamente, por deleite ou com um incentivo pessoal, uma necessidade com ponto de partida e destino estabelecidos, e assim definem sua trajetória até o local destinado: casa, trabalho, cinema etc. O deslocamento, em especial o passeio a pé, permite variações de velocidade, paradas, pequenos desvios e alterações de trajetos. Neste trabalho, nos concentramos no passeio do pedestre, e nos espaços acessíveis, a paisagem no nível do solo, das calçadas e espaços livres bem como dos espaços dos lotes. O passeio a pé alia a objetividade do deslocamento com partida e destino estabelecidos a uma possibilidade de mudança de percurso, com aleatoriedade e eventualidade.

“Os habitantes da cidade deslocam-se e situam-se no espaço urbano. Nesse espaço comum, cotidianamente trilhado, vão sendo construídas coletivamente as fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, em uma palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações. Por esse processo, ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações compartilhadas.”⁶

O olhar voltado para o chão do cidadão apressado, procurando se desviar de buracos, imperfeições na calçada e outros obstáculos, o olhar para o alto do forasteiro impressionado com o skyline e com a altura dos edifícios, o olhar direto dos que olham as outras pessoas imaginando suas histórias pessoais... vêem, cada um, uma paisagem diferente, permitindo diferentes apreensões do espaço. A formação da imagem pressupõe uma relação entre objeto e observador que necessariamente depende da experiência do espaço.

⁶ (FRÚGOLI, 2000: 79)

Cada pessoa reconhece a cidade a partir de sua experiência, referências, de seus marcos. A interpretação da paisagem da cidade depende então de um conjunto de experiências do indivíduo assim como uma imagem pública da cidade é condicionada pela experiência pública do grupo. Obviamente, a legibilidade da estrutura espacial, entendida como a facilidade com que as partes sejam reconhecidas e organizadas, também exerce grande influência na interpretação da paisagem. Assim o espaço pode ser interpretado como passível ou não de acomodar determinadas atividades e interações socioespaciais.

Este trabalho aborda a relação entre o edifício e a cidade a partir do olhar do pedestre, considerando as possibilidades de integração entre o espaço urbano e a arquitetura, e procurando sempre identificar, entender e transmitir ao leitor, a ambiência e uso dos espaços analisados. A leitura realizada aqui se apresenta baseada em descrições e narrativas dos espaços, fotos e diagramas de leitura. As fotografias tornam-se muito importantes na medida em que reproduzem a arquitetura com fidelidade e constantemente apresentam grupos de pessoas e indivíduos que são indicativos de uso dos espaços.

A fotografia ganha peso no trabalho, como elemento indispensável, e aqui se apresenta como uma narrativa visual dos espaços da Avenida Paulista e dos edifícios que nos propomos a estudar; ainda que estejamos cientes de que a narração e a fotografia nunca substituirão a experiência do espaço, a sensibilidade, a apropriação do espaço e de seus elementos, que tanto influenciam na vivência do lugar. Procuramos, então, produzir uma base de leitura, relacionando estratégias espaciais e elementos da arquitetura do edifício que, em um primeiro momento, parecem fundamentais na caracterização dos espaços urbanos e, conseqüentemente, na vida da cidade.

Espaço, Paisagem

No estudo da cidade, é muito comum o uso de conceitos advindos de outros campos disciplinares, sem a devida reflexão; alguns termos são utilizados com frequência, mas nem sempre se tem clareza do significado que lhes é atribuído. Espaço, paisagem, lugar, espaço urbano e até mesmo cidade... diferentes concepções e abordagens podem ser tomadas como base. Para nós, arquitetos, é essencial entendermos essas noções e as relações que se estabelecem entre elas, para construirmos um conceito que fundamenta a investigação da problemática da arquitetura: o espaço. O próprio termo espaço, objeto primeiro de trabalho do arquiteto, envolve múltiplas noções e realidades.

Pretende-se aqui introduzir o estudo da cidade, estabelecendo conceitos como um ponto de partida para o entendimento de suas relações com a arquitetura e a sociedade, e para a reflexão sobre o espaço urbano, sua conformação e apropriação. Para tanto são eleitos alguns autores e teorias a partir dos quais se lança o olhar sobre o objeto de pesquisa.

Tendo em vista que a cidade é um conjunto de relações sociais, econômicas, políticas e culturais, uma totalidade portanto não é possível compreender sua dinâmica de transformações por meio de elementos isolados num contexto. Deve-se ter clareza da multiplicidade de relações e questões envolvidas, considerando, principalmente, o lugar do homem nessa totalidade. Dessa forma, partiu-se da distinção entre paisagem e espaço conceituação proposta por Milton Santos, que não contempla apenas os aspectos físicos do espaço, tendo o homem como grande foco. Apesar de essa concepção permitir situar o conceito, Milton Santos ressalta que esta é, antes de tudo, uma formulação com base em relações abstratas. As definições do autor são apenas um dos entendimentos possíveis sobre os termos estudados, mas se enquadram nesse trabalho especialmente com a função de estabelecermos noções comuns sobre termos correntes, nem sempre explicitados.

O espaço, entretanto, não é somente objeto de trabalho do arquiteto e urbanista, dadas sua multiplicidade e complexidade inerente. O arquiteto e o urbanista certamente estarão envolvidos diretamente na sua construção e configuração, mas, para compreender sua importância maior, é interessante nos inteirmos das preocupações e discussões de outras áreas do saber que o estudam. A interdisciplinaridade do estudo do espaço sempre será instigante e curiosa. A idéia é entendermos as cidades sob outros olhares, sem nos esquecermos de que nela vivemos e atuamos. Recorremos à geografia para delinear as noções de espaço e paisagem, baseados nas reflexões que consideram fundamentalmente a presença humana em sua definição.

“... a conformação de um território mais se assemelha à projeção de diversas camadas sobre o campo observado, cada uma com um enfoque, com trajetos que não apenas as percorrem mas, também, as interligam. O desenho dessa projeção, expresso pela sobreposição dos limites de cada camada e das trajetórias que as costuram, acabam formando um entendimento do território buscado, a identificação de seu núcleo, os caminhos que o percorrem, o encontro dos limites nítidos e das áreas sombrias de sobreposição com outros campos.”¹

Caron, J.

O território do conhecimento sobre o espaço urbano e a arquitetura pode ser assim pensado de incontáveis maneiras - e a partir de muitos recortes-, e cada uma delas vai abordar uma visão diferente dessa atividade.² Aqui pretende-se

¹ Caron fala especificamente sobre o território da reflexão, e a escolha de limites no estudo de determinado campo. Segundo ele, cada produto de conhecimento humano estabelece um território em torno de si, um campo em que sua manifestação é congruente. A procura de limites desse campo pode ser de múltiplas abordagens, tantas quanto a cultura de um tempo e de um lugar permitam. (CARON, 1994:15)

² (CARON, 1994: 16)

começar de uma camada mais ampla, na definição dos conceitos de paisagem e espaço que são objeto de trabalho de distintos campos disciplinares, para então chegar à uma outra camada, mais restrita, campo direto de trabalho do arquiteto. Interessa-nos, especialmente, o espaço arquitetônico no que tange a relação entre a forma do edifício e espaço edificado dentro do lote e as intermediações entre os espaços público e privado. O espaço de transição entre o edifício e o espaço urbano.

Paisagem e Espaço

“Paisagem e espaço não são sinônimos. A paisagem é o conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.”

M. Santos

Não vamos considerar aqui a distinção entre espaço físico e espaço social, porque partimos da conceituação de espaço que necessariamente leva em conta ação humana como um produto das ações sociais. A compreensão desse conceito parte da distinção das concepções de espaço e paisagem, pelo mesmo autor.

Paisagem define-se como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca; um conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; formada por frações de ambas seja quanto ao volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea.³

Seguindo o raciocínio, o espaço reúne materialidade e a vida que a anima. É o conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre esses objetos; não entre esses, especificamente, mas para as quais eles servem de intermediários.⁴ O espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediado pelos objetos, naturais e artificiais.

Pode-se dizer que a produção do espaço é eminentemente social, na medida em que não existe espaço sem ação humana, sem atuação da sociedade. É exatamente essa consideração do homem e suas ações na definição do espaço o ponto determinante das reflexões de Milton Santos, que traça toda a sua abordagem conceitual de espaço sobre a idéia de que este decorre diretamente da atuação da sociedade sobre a paisagem. Considera o espaço uma estrutura dinâmica no contexto social, pois é constantemente alterado. A partir de um processo civilizador de ocupação humana é que se configura e se determina um espaço, como um produto de organização e utilização das formas sociais.⁵

³ (SANTOS, 1994: 61)

⁴ (SANTOS, 1999: 106)

⁵ Por paisagem entende-se paisagem artificial, já que, segundo Milton Santos, não existe mais paisagem natural “...hoje essa modalidade de paisagem praticamente não existe mais. Se um lugar não é fisicamente tocado pela força do homem, ele, todavia, é objeto de preocupações e intenções econômicas ou políticas”. (SANTOS, 1999)

Ao mencionar espaço, M. Santos sempre se refere ao espaço social. O que outros autores chamariam de espaço físico, ele denota configuração territorial, ou seja, o ambiente natural preexistente e os objetos acrescentados artificialmente nesse ambiente (produto da ação). A configuração territorial é sua materialidade, enquanto o espaço reúne materialidade e vida, ação e produto da ação.⁶

Tanto o espaço quanto a paisagem são resultados de uma dinâmica social; sendo a paisagem o aspecto formal da relação espaço/sociedade, produto da percepção da forma resultante. "A dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, diretamente relacionada aos sentidos. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação."⁷ A dimensão da paisagem é a interação direta com o sujeito que observa. Considerando o espaço o produto das ações do homem, é na paisagem que as pessoas encontram indícios de outros momentos históricos, evidências das técnicas e dos processos dos quais resulta. A paisagem é a materialização do processo decorrido, atribuído de significado, prova perceptível de um momento construído no passado de conformação do espaço. Ela abrange dois elementos: os objetos físicos e os objetos sociais.

Um dos pontos-chave para entendimento da relação entre sociedade e espaço é a identificação do processo produtivo do qual o espaço é resultante. Há uma relação entre os instrumentos de trabalho e a paisagem. Uma grande quantidade desses instrumentos não são materiais, mas que se elaboram como elementos necessários à produção.⁸ "O espaço não pode ser estudado como se os objetos materiais que formam a paisagem tivessem uma vida própria, podendo assim explicar-se por si mesmos. Sem dúvida, as formas são importantes e essa materialidade sobrevive aos modos de produção."⁹

A evolução humana fundamenta-se na evolução das técnicas e dos modos de produção ao longo da história. Como produto, a construção do espaço reflete diretamente o meio, a função e o modo como foi produzido, além das condições econômicas, culturais e políticas de determinado momento. Com o passar do tempo, outros modos de produção demandam e constroem espaços de outra natureza, ressaltando do espaço anteriormente construído, por diferença, as características daquele período. Alguns espaços são transformados, ou adquirem novas funções mesmo sem apresentarem alterações físicas, outros deixam de existir, mas todos terão deixado sua marca na paisagem.

Outra reflexão diz respeito à questão do espaço formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade. Paisagem e sociedade são variáveis complementares cuja síntese, sempre por refazer, é dada pela ação humana da qual o espaço é produto.

⁶ Milton Santos continua completando: Configuração espacial é o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada. (SANTOS, 1999)

⁷ (SANTOS, 1994: 63)

⁸ (SANTOS, 1999)

⁹ (SANTOS, 1999: 105)

“É a sociedade (isto é, o homem) que anima as formas espaciais, atribuindo-lhes um conteúdo, uma vida. Só a vida é passível desse processo infinito que vai do passado ao futuro, só ela tem o poder de tudo transformar amplamente”¹⁰. A inserção do homem no espaço enquanto sociedade (enquanto natureza do homem no espaço) leva à relação sujeito-objeto. Essa relação se estabelece tendo em vista que, enquanto sujeito, o homem tenta decifrar os objetos que o envolvem, ao mesmo tempo em que, enquanto objeto, faz parte do que deve ser decifrado. Assim, o espaço construído passa a ser entendido como algo inerente à dimensão humana, aos homens como tal. Não é possível falar do espaço como um grande objeto do qual se está fora.

A idéia de cidade está necessariamente associada à concepção de público, mais ainda, de espaço público. A natureza da cidade, bem como do espaço público, é mesclar pessoas e diversificar atividades, é o espaço da multiplicidade, da diversidade, e também, por consequência, o espaço do encontro do conflito, da fronteira entre classes sociais, grupos étnicos, grupos religiosos e outros. Aproximamo-nos do conceito de esfera pública de Arendt, lugar de contato da diversidade entre os homens a partir da multiplicidade, da pluralidade, da visualização comum; a partir da igualdade de condições.¹¹ Assim, ambos dependem obrigatoriamente de relações de interação de seus cidadãos; essas relações podem ocorrer aleatoriamente, mas não ocorrem gratuitamente; são influenciadas pelo modelo econômico estabelecido, pelas trocas comerciais, pelo momento político e pela organização da sociedade (que, por sua vez, também engloba todos esses fatores). A sociedade modifica-se e a relação entre pessoas ou grupos acompanha essas modificações, seus costumes, sua cultura. Tomamos aqui o sentido mais abrangente do termo cultura, não somente arte, mas um conjunto de costumes, hábitos; referindo-se, sobretudo, a identidades sociais coletivas que, naturalmente, estão em permanente transformação e recomposição.

É interessante perceber como o significado de “público” foi mudando ao longo dos séculos, desde seu surgimento. No séc XV “público” tinha o significado de bem comum na sociedade, o que foi complementado no séc XVI com aquilo que é manifesto e aberto à observação geral; aí, já acompanhado de seu oposto, o “privado” significando o protegido. Com o surgimento do teatro, no séc XVII o termo ganha a concepção de platéia. E somente no séc XVIII “público” adquire seu significado moderno: não apenas uma região da vida social localizada em separado do âmbito da família e dos amigos íntimos, mas também que esse domínio público dos conhecidos e dos estranhos incluía uma diversidade relativamente grande de pessoas.¹²

Impossível falar em cidade, em público, sem falar em sociedade, em relações entre indivíduos. A vida em sociedade baseia-se em códigos; códigos de conhecimento, comportamento, de reconhecimento, apresentação da personalidade... códigos de conduta, expressão... distinção de origem e status social, étnico, cultural...

¹⁰ (SANTOS, 1999: 109)

¹¹ A concepção de esfera pública de Hanna Arendt; notas de aula da disciplina Metrópole e Vanguardas Artísticas (2º. Sem2004)

¹² (SENNETT,1998: 30)

Assim como o termo “público” teve seu significado transformado, as relações “públicas” também foram se alterando com o crescimento das cidades, as mudanças dos modos de produção, novas descobertas ou novos discursos, o desenvolvimento de tecnologias que trouxeram consigo outras questões de temporalidade, e até efemeridade . Como era de se esperar, o comportamento da sociedade e, conseqüentemente, a cultura pública acompanharam todas essas modificações ao longo do tempo. A necessidade de identificação e distinção entre estranhos que sempre fora uma necessidade dos agrupamentos humanos cresceu acompanhando o crescimento da cidade, na mesma proporção.

“O comportamento “público” é, antes de tudo, uma questão de agir a certa distância do eu, de sua história imediata, de suas circunstâncias e de suas necessidades; em segundo lugar, essa relação implica a experiência da diversidade.”¹³

O sentido moderno de público adquire seus primeiros contornos ao mesmo tempo em que dois códigos de credibilidade – o corpo como manequim e o discurso como um sinal - também se consolidavam.¹⁴ O próprio corpo, comunicador das diferenças, tornou-se manequim e suporte de signos como as vestimentas, acessórios, maquiagem e máscaras. Distintos grupos sempre fizeram uso de códigos claros de uso e leitura desses signos, como uma forma rápida, imediata e, de certo modo, disfarçada de reconhecer quem pertence, não pertence, ou que posição hierárquica ocupa. Sennett esclarece que “em sociedades com etiquetas um tanto estritas de status hierárquico, o comportamento de um estranho, por exemplo, será cuidadosamente examinado, até que, por meio de indícios de gesto ou de fala, outros possam definir qual o seu lugar na escala. Normalmente não se pede diretamente a ele as informações a seu respeito.”¹⁵

A vida em sociedade na cidade sempre se baseou em relacionamentos entre indivíduos distintos, nem sempre conhecidos. Essa convivência de estranhos e a relação entre indivíduos sempre tiveram um código de comportamento que era transmitido, herdado, absorvido. Apesar de estar em constante modificação ao longo do tempo em função de fatores econômicos, políticos e sociais, a transformação se dava de forma gradual, e relativamente lenta, de modo que se tornava possível essa transmissão de valores. Na medida em que as transformações foram aceleradas, a cultura (antes, herdada, duradoura apesar de certas adequações ao tempo) de como se comportar na vida urbana diante do estranho e do desconhecido deixou de ser transmitida/herdada, e passou a ser reinventada a cada momento, com dos sentimentos de medo e necessidade de proteção.¹⁶ Tornando-se uma cultura criada, inventada à velocidade das transformações, com novos códigos e condutas, com toda a insegurança de algo novo, ainda não experimentado, perde seu caráter de domínio público.

¹³ (SENNETT, 1988: 59)

¹⁴ (SENNETT, 1988)

¹⁵ (SENNETT, 1988: 59)

¹⁶ (SANTOS, 1999: 179)

“É provável que existam tantos modos diferentes de se conceber o que é uma cidade quantas são as cidades existentes. O mais simples diz que uma cidade é um assentamento humano no qual estranhos irão provavelmente se encontrar. Para que essa definição seja verdadeira, o assentamento deve ter uma população numerosa, heterogênea; a concentração populacional deve ser um tanto densa, as trocas comerciais entre a população devem fazer com que essa massa densa e dispar interaja. Nesse ambiente de estranhos cujas vidas se tocam, há um problema de platéia que guarda um parentesco com o problema de platéia que um ator enfrenta no palco.”¹⁷

Richard Sennett

Referidos ao espaço, os termos público e privado dizem respeito, antes de mais nada, à seu direito de propriedade, determinando a responsabilidade assumida em sua supervisão e manutenção. Em tese, as áreas públicas deveriam ser acessíveis a todos, em qualquer momento; em oposição ao acesso determinado por um indivíduo ou grupo, responsáveis pela área privada. Já que se referem ao direito de propriedade, os signos da separação entre os espaços público e o privado passam a representar também o poder econômico. A demarcação das áreas demonstra a posse do espaço privado; exibindo os bens particulares do indivíduo para reconhecimento coletivo.

O emprego errôneo dos termos espaço público e espaço privado, gera dúvidas e imprecisões, normalmente referindo-se ao modo de uso do espaço ou ao seu domínio, e não à questão fundiária. Assim, faz-se necessário a introdução do conceito de espaço coletivo. *“O conceito de espaço, ou sistema de espaços, coletivo(os) de uma cidade pode ser definido como o sistema integrado de espaços e edifícios presentes na configuração urbana que tenham incidência sobre a vida coletiva dos cidadãos.”*¹⁸ Devem ser abordados, então, outros aspectos como os graus de domínio, acessibilidade e continuidade espacial. O espaço coletivo, pode apresentar diferentes graus de domínio, variando entre o privativo, o publicizado, o privatizado e o público. No que diz respeito a seu uso, pode ser individual, coletivizado ou coletivo¹⁹; e podem ainda apresentar diferentes graus de acessibilidade e continuidade espacial, como veremos no capítulo seguinte. Nesse momento, nos interessa reunir aspectos referentes ao entendimento de espaço coletivo, deixando os termos público e privado restritos a propriedade legal dos espaços, eliminando qualquer dúvida, meio-termo ou dualidade em seu emprego.

A característica de espaço público é descolada da cidade pelo capitalismo industrial e sua competitividade que dominam a imagem cultural urbana na medida em que lhe tira todo caráter próprio e declarado de expressão social através do espaço. Nessa lógica, os investimentos mais visíveis na cidade e as melhorias mais destacadas ocorrem na valorização do patrimônio e de áreas centrais, transformam o espaço urbano com velocidade e eficiência, caracterizando-o cada vez mais como espaços privilegiados de consumo, lazer e turismo. Porções e trechos urbanos inteiros são “requalificados” e transformados em museus – tirando o direito de permanência legítima de usuários

¹⁷ (SENNETT, 1988: 58)

¹⁸ (ALVES, 2000: 65)

¹⁹ (ALVES, 2000)

anteriores daqueles fragmentos urbanos. Os espaços transformados e dignos de tanto investimento passam a ser protegidos, policiados e monitorados; eliminando assim qualquer possibilidade de uso não previsto, não aceito ou que prejudique as cifras ali depositadas. As razões para tal valorização, revalorização ou requalificação²⁰ desses espaços escondem-se por trás da necessidade de resgatar o patrimônio cultural abandonado, de dar mais espaço para as artes e a cultura nos equipamentos urbanos, e oferecer essa cultura e arte à população. Não raro, deixa-se de mencionar os reais interesses de retornos de investimentos com eventos e turismo, de exclusão e expulsão de comunidades inteiras.²¹ A observância dessa prática em vários locais importantes (especialmente em áreas centrais) de grandes cidades, todavia, não pode ser generalizada. Na cidade de São Paulo, temos como grande exemplo a Avenida Paulista, que tem demonstrado a manutenção de alguma qualidade em seus espaços urbanos, apesar de também sofrer algumas mudanças.

Na mesma lógica surgem grandes edifícios e complexos privados que concentram as funções que outrora eram realizadas na cidade, mas que agora têm, cada uma delas, seu espaço determinado e setorizado, “organizado”. Esses centros e edifícios funcionam em horários estendidos ou mesmo 24 horas/dia, e são completamente auto-referenciados: climatizados, arquitetados. Esses espaços propõem-se “espaços públicos” e utilizam-se de termos e nomenclaturas próprios da cidade (praça, de alimentação; rua, de serviços; esplanada, dos cinemas) na tentativa de fazer os usuários sentirem-se na cidade, numa cidade melhorada, limpa, segura- e completamente segregada e controlada. Quando esses mesmos usam a cidade, indivíduos repetem o mesmo comportamento de usuários do espaço, e não mais de cidadãos, alheios e descomprometidos de sua produção e seus problemas. A urbanidade e a possibilidade de uso da cidade aparece como marca estética e restrita a determinados fragmentos urbanos. Falta a cultura de aceitação da diversidade. Não há mais integração de interesses distintos.²² A cidade é produzida para um segmento, não para o todo. Incluídos e excluídos passam a disputar o espaço e os eventos, postos lado a lado. Em todos os campos, de pouco em pouco, o privado prevalece sobre o público. A intenção passa a ser, cada vez mais, isolar-se, esconder-se, proteger-se de qualquer imprevisto ou agressão que a exposição ou contato público possa lhe causar. Com uma platéia numericamente maior, e signos mais impessoais de distinção, a expressividade humana em sociedade passou, definitivamente, da apresentação para a representação.

No sentido anteriormente descrito de tornar a classificação de estranhos mais fácil, e com a crescente “necessidade de organizar” a cidade, seria de se esperar que, com o crescimento demográfico, a população logo se dividisse em diferentes territórios na cidade, cada qual marcado por certas características econômicas e sociais, mas essa separação não ocorreu de forma imediata. Gradualmente, cada classe social, cada etnia passa a ter seu espaço determinado no tecido urbano. Guetos sociais são criados e difundidos como um valor, e passam a ser uma marca da cultura da cidade. O ambiente público urbano deixa de existir, o lugar da opinião (ou informação) pública concentra-se mais e mais na mídia, numa experiência passiva, individual e individualizante. O valor dado à fragmentação do

²¹ (PALAMIN, 2002)

²² (PALAMIN, 2002)

espaço urbano, especialmente o gueto de classe média, tira da pessoa a chance de enriquecer as suas percepções, a sua experiência, e de aprender a mais valiosa de todas as lições humanas: a habilidade para colocar em questão as condições já estabelecidas de sua vida.²³

Os espaços urbanos, para que sejam acessíveis por diferentes grupos, devem ser concebidos a partir da heterogeneidade, do acesso irrestrito e servidos por meios públicos de transporte. O fato de um espaço ser controlado, independente de outros fatores, pode anular seu caráter público. Levando para o interior dos edifícios, atividades que antes ocorriam nos espaços da cidade, levando atividades comerciais, de serviço e lazer para espaços controlados, a propriedade privada é reforçada.

As relações sócio-culturais da cidade estão apoiadas ao mesmo tempo em que são refletidas na sua própria urbanização. A organização dos espaços da cidade reflete seus usos e também os determina. Não há uma maneira de dissociá-los. Ambos a organização dos espaços da cidade e seus usos são reflexos do momento da sociedade, dos modos de produção, da economia mundial “globalizada”, dessa sociedade de consumo. Nesse cenário, e cientes de que todos os fatores mencionados tenham seu papel na constituição do espaço e ambiência da cidade, nos propomos a estudar a relação que a arquitetura dos edifícios estabelece com o ambiente urbano e como influenciam a percepção e apropriação dos espaços urbanos. Este trabalho, foca o estudo dessa relação, definindo com objeto, a Avenida Paulista, centralidade econômico-financeira da metrópole, que reflete o desenvolvimento sócio-econômico da cidade, e ainda assim apresenta uma ambiência urbana que parece manter usos e qualidades espaciais, de certa forma, contrárias à lógicas tão mercadológicas.

²³ (SENNETT, 1998: 359)

Aspectos da Caracterização do Espaços

Edifício e cidade compartilham um mesmo limite, uma linha imaginária que os divide e define que porção do território cabe a cada um. Essa fronteira pode significar tanto a separação como o encontro dos espaços de cada um de seus lados, pode ser estreita ou larga e pode ser sensivelmente “deslocada”; de qualquer maneira, esse limite define tanto um lado quanto o outro. cremos na interdependência entre arquitetura e meio urbano, como duas partes indissociáveis de um mesmo corpo, e definimos nosso objeto de estudo exatamente na interface entre o edifício e a cidade. Desejamos entender como a arquitetura pode fazer o papel unificador, meio de integração de escalas diferentes, estabelecendo uma conexão entre a escala da cidade até o espaço de uso do indivíduo ou conjunto de indivíduos nesse espaço urbano. Interessa-nos a conformação da zona de contato entre essas instâncias tão distintas, entre o espaço aberto e o edificado, entre público e privado, e a articulação da edificação e o contexto em que está inserido.

O estudo das relações entre os edifícios e a cidade pode adquirir caráter completamente distinto em função do olhar que se lança sobre esse assunto. Neste estudo, temos especial interesse na leitura e interpretação de espaços que parecem possuir a propriedade de modificar o espaço urbano, ampliando suas possibilidades de uso e as atividades que nele possam se desenvolver, dando espaço para acontecimentos espontâneos que venham a criar diversidade da vida urbana, e até contribuir para o fortalecimento de uma relação de identidade.

“Devemos considerar a qualidade do espaço das ruas e dos edifícios relacionando-os uns aos outros. Um mosaico de inter-relações - como imaginamos que a vida urbana seja - requer uma organização espacial na qual a forma construída e o espaço exterior [rua] não apenas sejam complementares no sentido espacial e , portanto, guardem uma relação de reciprocidade, mas ainda, e de modo espacial, pois é com isso que estamos preocupados, na qual a forma construída e o espaço exterior ofereçam o máximo de acesso para que um possa penetrar no outro de tal modo que não só as fronteiras entre o exterior e o interior se tornem menos explícitas, como também se atenua a rígida divisão entre o domínio privado e o público.”¹

H. Hertzberger

Selecionamos alguns aspectos da arquitetura que se destacam na definição do ambiente urbano e podem ser entendidos como estratégias espaciais influentes nos processos de leitura e apropriação do território, de maneira a produzir uma base de leitura no estudo desses espaços. A partir da percepção de aspectos relativos à possibilidades de uso, controle, a definição de limites, hierarquias ou mesmo circulações, esses espaços podem ser percebidos como mais ou menos permeáveis, mais abertos ou mais restritivos à participação de grupos distintos, mais amigáveis às iniciativas individuais ou mais propícios a manifestações públicas, mais ou menos integrados ao ambiente e à vida urbanos.

Procuramos aqui, elencar alguns possíveis parâmetros de leitura do espaço arquitetônico e urbano que não se restrinjam a critérios funcionais do espaço. Consideramos não só o tipo de uso, a estética, os limites, a acessibilidade, e a integração com o entorno existente (tecido urbano e arquitetura), como também a vitalidade do espaço, a pluralidade de pessoas e situações, e principalmente o sentimento de identidade para com o lugar, tão importantes na caracterização do espaço arquitetônico e urbano.

A análise das relações espaciais e ambientais envolve conceitos heterogêneos de sensações de diversas naturezas experimentada pelo homem. São noções e percepções de interior e exterior, contido e entorno, de dentro e fora, de pertencer e não pertencer, de estar incluído ou excluído, de envolvimento, de proteção, de resguardo ou de domínio que as pessoas percebem, sentem e manifestam, movem, decidem, encaminham, a partir de informes captados no local.

¹ (Hertzberger, 1999 :79)

Um dos arquitetos que mais trabalhou a relação entre edifício e cidade, espaços públicos e privados ao longo de sua obra foi Herman Hertzberger, estudando a redefinição das fronteiras entre público e privado e chamando atenção para a necessidade de integração dessas duas instâncias. Segundo Hertzberger, “Embora a expressão da relatividade dos conceitos de interior e exterior seja antes de tudo uma questão de organização espacial, o fato de uma área tender para uma atmosfera mais parecida com a da rua ou mais parecida com a de um interior depende especialmente da qualidade do espaço.”² Seus projetos propõem a coletivização dos espaços privados, integrando ambientes internos e externos, além de caracterizá-los de maneira a enriquecer seus usos. O arquiteto levanta ainda questões de identidade e procura dar subsídios para a apropriação do espaço por parte do usuário (ou morador), sem a qual o espaço não pode configurar-se como lugar³.

A linguagem arquitetônica utilizada aliada a outras qualidades de um espaço pode ser responsável pelo sentimento de identidade do público, gerando apropriação por parte dos usuários e até criando a sensação de responsabilidade pela manutenção e pelo zelo do espaço devido à sensação de pertencimento. Segundo Hertzberger, a influência e o envolvimento dos usuários podem ser estimulados dependendo do acesso, das demarcações territoriais, da organização da manutenção e da divisão de responsabilidades.⁴

Observados os aspectos espaciais adequados no projeto e na construção dos espaços dos edifícios, os moradores e usuários podem sentir-se mais inclinados a expandir seu raio de ação e influência em direção ao espaço coletivo e público, aprimorando esse espaço para o interesse comum, transformando-o em espaço apropriado. “Os espaços coletivos devem apresentar uma linguagem formal inserida num contexto de identidade não apenas constituídas por relações de volumetria entre espaços intersticiais e outras relações formais de uma arquitetura alienante, para que o cidadão se reconheça como habitante de sua própria cidade.”⁵

Para entender a configuração dos espaços entre edifícios, dos espaços externos dos edifícios e, conseqüentemente do limites com os espaços urbanos, basear-nos-emos, além das lições de Hertzberger, na teoria de Yoshinobu Ashihara. Estudamos as posturas desses dois autores e destacamos algumas proposições que nos serão úteis no presente estudo. Ashihara trabalha especificamente aspectos da configuração do espaço exterior, mas procurar-se-á pensar esses fundamentos para entendimento da configuração dos espaços urbanos. Consideramos as posições do autor demasiado dogmáticas para o intuito deste trabalho, dada a técnica desenvolvida por ele: interpretaremos então conceitos básicos de sua teoria. As contribuições de cada autor são complementares, e a partir delas, o trabalho apresenta um elenco de aspectos a serem observados na posterior leitura dos edifícios e espaços entre edifícios nas situações selecionadas. Foram levantados os seguintes aspectos: forma e entorno, escala e dimensões, circulação e

² (Hertzberger, 1999: 25)

³ Lugar aqui entendido não como espaço geométrico, mas como espaço da existência, dado pela memória e pela história, da vivência que promove a identidade e relação, cujo significado é valorizado pelo usuário. (ALVES, 2000: 67)

⁴ (Hertzberger, 1999: 25)

⁵ (Alves, 2000: 105)

hierarquia, limites e intervalos, aberturas e contenções.

“Assim, hoje estamos todos convencidos da necessidade de reconstruir o interior da cidade, de retomar o interesse e a preocupação com a área da rua, e, portanto, com o exterior do edifício.”

Hertzberger, H.⁶

Possibilidades de Uso e Apropriação

A sensação de identidade do espaço, diz respeito minimamente à possibilidade de permanecer nesse espaço confortavelmente, mesmo que momentaneamente. Nesse sentido, o mobiliário ou elementos arquitetônicos de apoio podem servir de incentivo a associações de uso por parte dos usuários. Assim, a organização desses elementos no espaço pode elevar o potencial inerente de uso e apropriação, suscitando usos e identidade, abrindo possibilidades de uso, de leitura e de interação dos cidadãos.

“A providência mais elementar para capacitar as pessoas a se apossarem de seu ambiente imediato é provavelmente o assento (sentar-se tem tudo a ver, lingüisticamente com assentamento).”⁷

A questão não está somente em sobrepor mobiliário ao espaço, mas configurá-lo pensando nas possibilidades de usos e nas atividades que poderão surgir em função deles, especialmente aquelas espontâneas e não-determinadas. Diferenças de nível, muretas ou floreiras, por exemplo, quando articuladas, podem transformar-se em assentos informais, e essa apropriação temporária cria circunstância para contato. O descompromisso e a informalidade podem gerar proximidade entre as pessoas, favorecendo o contato entre elas, mesmo que apenas por alguns instantes. Medidas como essa, quando tomadas em projeto, não só tornam o espaço mais receptivo, como podem torná-lo mais aplicável, adequado a quantos e quais forem seus objetivos. Usos não projetados também podem ser bem-vindos e certamente geram um sentimento de identidade maior para com o espaço.

Infelizmente, no Brasil⁸, é recorrente que os espaços sejam projetados segundo pensamentos exatamente contrários a essa lógica, principalmente no que diz respeito ao mobiliário urbano. Frequentemente vemos pontos de ônibus que não oferecem um assento minimamente confortável. São projetados bancos e outras estruturas que já partem do princípio de não oferecer nenhuma outra possibilidade de uso, além daquela permitida previamente. Um exemplo disso são os bancos antimendigos e as floreiras com gradil ou pedras pontiagudas, impossibilitando as pessoas de deitarem-se ou sentarem-se nesses elementos. Na tentativa de evitar vandalismos, o espaço torna-se hostil, impessoal, e a falta de identidade gera ainda menos cuidado na manutenção e no zelo do espaço.

O próprio desenho do passeio público transmite, muitas vezes, a idéia de que serve somente para circulação e

⁶ (Hertzberger, 1999: 79)

⁷ (Hertzberger, 1999: 177)

⁸ Consideramos o caso do Brasil, mas vale lembrar que situações semelhantes ocorrem também em outros países, em menor ou maior grau.

passagem. Normalmente sua largura é dimensionada para apenas suprir a demanda por passagem, evitando ou impossibilitando outros usos. Em algumas regiões movimentadas da cidade, o simples ato de parar de andar pode causar esbarrões ou pequenos acidentes. O passeio é ainda interrompido constantemente para dar espaço à passagem de veículos que entram e saem dos edifícios, tornando impossível estar ou mesmo caminhar com tranquilidade na calçada que deveria ser, por direito, do pedestre. Um desenho mais variado do passeio, com alargamentos, sombreamentos ou coberturas, por exemplo, poderia garantir uma utilização mais confortável e agradável do espaço público, contribuindo até mesmo para um maior respeito pela cidade.

Dotados de certas qualidades espaciais, especialmente com dimensões mais generosas, esses espaços poderiam propor-se a outros usos sem perder sua funcionalidade. A sobreposição de atividades, como dito anteriormente, pode significar a intensificação do uso, incrementando as relações com os cidadãos e entre esses. O emprego de materiais diferentes, mobiliário ou estruturas de apoio podem caracterizar pequenas diferenças, criando possibilidades de parada, descanso, fruição e observação da paisagem, e inúmeras outras atividades.

Forma e Entorno

Nem sempre uma forma específica corresponde a uma atividade específica, mesmo que de maneira circunstancial. Frequentemente, determinada forma pode adaptar-se a uma variedade de funções e responder bem a várias delas, assumindo aparências distintas e mantendo-se essencialmente a mesma. Usos temporários ou não intencionais podem surgir em uma forma previamente pensada para uma outra função específica; se a forma e suas dimensões assim permitirem. Para Hertzberger, o arquiteto pode apreender as relações entre a forma e o desempenho ou ocupação e propor soluções que potencializem diversas interpretações. Para o autor, a estrutura formal representa o coletivo, enquanto a maneira como pode ser interpretada e apropriada representa as necessidades individuais, permitindo que um espaço com alto grau de interpretação possa reconciliar o individual e o coletivo⁹.

No escopo deste trabalho, o melhor exemplo de objeto arquitetônico cuja forma e competência permitem uma diversidade de usos e interpretações é o Museu de Arte de São Paulo (Masp), de Lina Bo Bardi. O volume elevado do museu alinhado à rua e a grande esplanada do belvedere prezam-se a usos muito mais diversos que as funções ligadas ao museu. Nesse caso específico, pode-se dizer que a variedade de usos estava contida na forma como uma proposta inerente.

As interpretações que determinada forma pode suscitar ocorrem fundamentalmente do sentimento de identidade das pessoas para com o espaço; reciprocamente a própria possibilidade de interpretações e apropriação acabam gerar identidade ao longo do tempo. Essa relação é cíclica e depende também do tempo em que ocorre, mas pode se fortalecer a ponto de tornar as duas instâncias interdependentes. No caso do Masp, o edifício tornou-se um símbolo da cidade tanto por sua forma quanto pelo significado que seu espaço ganhou na memória paulistana.

⁹ (HERTZBERGER, 1999: 106)

Se todo o lote¹⁰ do edifício é considerado parte do trabalho de arquitetura, áreas cobertas podem ser consideradas espaço interior e áreas descobertas podem ser consideradas espaço exterior, esse espaço exterior é espaço arquitetônico e que difere da natureza de um jardim ou espaço aberto¹¹.

“Só quando o arquiteto dá atenção suficiente não somente ao espaço ocupado pelos edifícios que projeta, mas também ao espaço não ocupado por seus edifícios... só quando ele projeta o entorno de seus edifícios como espaços positivos ou somente quando concebe todo o lote do edifício como um único pedaço de arquitetura e as áreas descobertas como espaço exterior, ele realmente começa a projetar espaço exterior.”¹²

Segundo Ashihara, existem dois tipos de espaço arquitetônico: Espaço Positivo e Espaço Negativo; o primeiro é centrípeto (cujos vetores são focados no centro) e o segundo é centrífugo (cujos vetores são difusos, do centro para fora). A positividade do espaço indica a existência de intenções humanas ou de planejamento com relação ao espaço. Por outro lado, a negatividade do espaço significa que o espaço é espontâneo ou sem planejamento e, devido à falta de planejamento, pode, eventualmente, levar à idéia de desordem. A intenção humana quanto à presença ou não de objetos no espaço é, para Ashihara, determinante para a caracterização desse espaço como positivo ou negativo, importando muito mais que a presença ou ausência de objetos no espaço.

Aplicando os conceitos de espaços positivo e negativo à arquitetura, podemos dizer que, se um objeto A (como um obelisco ou uma escultura) é alocado em um espaço estendendo ao infinito, seu entorno pode ser considerado negativo com relação ao objeto. Nesse caso, o objeto A será considerado único e monumental. Em outro caso, se o objeto A for um objeto independente (como um pilar ou uma lareira isolada), o espaço de vida ao redor do objeto A é totalmente funcional e pode ser considerado positivo.

¹⁰ Consideramos aqui a edificação em lote urbano, situação comum a todos os objetos do presente trabalho. Ressaltamos que outras situações possam ser incluídas e devem ser analisadas caso a caso. Um exemplo de edificação urbana que foge a regra do lote é a marquise do Ibirapuera e os edifícios que fazem parte de seu conjunto, edificados dentro da área pública do parque.

¹¹ (Ashihara, 1970)

¹² (Ashihara, 1970)

Na figura ao lado, se virmos os objetos A1, A2 e A3 como trabalhos arquitetônicos individuais, eles serão como uma vila que se desenvolve espontaneamente ao longo de uma estrada; o entorno é infinito e difuso e pode ser considerado espaço negativo. Esse tipo de formação pode se estender infinitamente conforme for crescendo, porém, a falta de planejamento pode levar a uma certa confusão.¹³

Nessa figura, núcleos de edifícios são rodeados por espaços cheios, impregnados de intenções humanas e planejamento, que podem ser considerados espaço positivo. Porque esses espaços têm limites razoavelmente definidos e não se estendem ao infinito, a intensificação de funções dentro dos limites pode ser esperada e o espaço exterior foi formado.

QUANDO O OBJETO "A" E O ESPAÇO REVERSO "B" ESTÃO EM EQUILÍBRIO, A MONUMENTALIDADE É ACENTUADA

QUANDO OUTROS OBJETOS INTERFEREM NO REVERSO "B", A MONUMENTALIDADE É REDUZIDA.

Isolado, um objeto arquitetônico tende a ser escultural, monumental, afirma Ashihara. Se houver dois objetos arquitetônicos, uma força entre eles começa a trabalhar. Conforme o número de objetos arquitetônicos cresce e articulações são criadas entre os objetos, o plano que os une começa a ficar complexo, iniciando a formação de um conjunto o espaço exterior tende a ser espaço positivo.

Escala e Dimensão

"O conceito de escala, usado indiscriminadamente para denotar tamanho, determina a percepção de um espaço ou edifício como muito grande ou muito pequeno, isto é, se o espaço é maior ou menor do que aquilo a que estamos acostumados."¹⁴

¹³ (Ashihara, 1970: 21)

¹⁴ (Hertzberger, 1999: 200)

A escala dos edifícios no espaço urbano deve ser observada como um dos pontos importantes de caracterização da relação entre os dois, focada como articulação e proporção, não como tamanho. Vamos considerar aqui a relação entre as alturas de edifícios vizinhos e as distâncias entre eles. Um edifício sozinho tende a apresentar um caráter escultural ou monumental, com espaço negativo em torno dele. Quando um novo edifício é adicionado, forças de atração e contração começam a interagir entre eles.

Segundo as afirmações de Ashihara, existe um ponto crítico em que a qualidade do espaço exterior muda radicalmente. Nesse ponto, percebemos equilíbrio entre os edifícios. Conforme esse valor cresce, temos a sensação de que os edifícios estão muito separados e, conforme esse valor diminui, temos a sensação que os edifícios estão muito juntos. Quando esse valor é muito alto, as forças de interação entre os edifícios começam a se perder, a não ser que existam outras estruturas espaciais que estabeleçam outras forças de atração entre eles.

Apenas servindo de referência, a tradição japonesa, considera de 80 a 100 tatames¹⁵ o tamanho máximo de um espaço interno para que as pessoas possam interagir informalmente e de maneira amigável sem perder a sensação de união. Baseado em sua experiência, Ashihara sugere que esse número seja multiplicado por 10 para obtermos uma escala adequada para espaços externos, considerando a interação entre as pessoas e a sensação de união. Já segundo Camillo Sitte, a dimensão mínima de uma praça deve ser igual à altura do principal edifício dela, e a dimensão máxima não deve ultrapassar duas vezes esse comprimento, a não ser que a forma, o propósito e o projeto do edifício suportem dimensões maiores. Sem nos atermos à exatidão dessas regras e medidas, objetivamos observar os espaços a partir desse olhar: procurando relacioná-los visualmente às alturas e distancias, como um conjunto, e em relação ao homem.

¹⁵ equivalente à uma área aproximada de 130 a 160 metros quadrados

O espaço urbano é formado por uma sucessão de espaços organizados de formas bem complexas. É comum identificarmos diferenças estruturais nesses espaços, bem como uma hierarquia naturalmente formada a partir de suas diferenças. Essa hierarquia pode expressar uma ordem sob diferentes aspectos, como usos e funções do espaço. Por exemplo, os espaços podem ser organizados do mais publicizado ao mais privativo, passando por diversas gradações, do mais aberto ao mais fechado, do mais movimentado ao mais tranquilo, do mais informal ao mais formal... A proximidade de algumas áreas com elementos importantes de definição do espaço ou com funções expressivas, costuma também gerar uma hierarquia de espaços através do estabelecimento de zonas de uso.

A organização hierárquica do espaço ocorre tanto nos espaços urbanos quanto nos espaços privados e principalmente na transição entre eles. Entender o papel da hierarquia na conformação dos espaços é de extrema relevância na definição dos limites público/privado. Ela ajuda a entender a transição dos dois mundos, e o quão gradativa ou brusca são suas diferenças espaciais. No espaço do edifício algumas características espaciais costumam ser definidas pela proximidade com elementos da arquitetura; como uma porta de entrada, o limite com a rua, uma área ajardinada, por exemplo. Outras qualidades como a iluminação, os níveis de ruído, a visibilidade de atividades correlatas, o sombreamento também podem reforçar a diferenciação entre áreas de um espaço. A estrutura hierárquica de um espaço e sua legibilidade são fundamentais para o uso e apropriação desse pelas pessoas, que a compreende e então sentem-se a vontade para realizar atividades ou simplesmente percorrer o espaço.

No estudo dos espaços de transição entre o edifício e a cidade, a hierarquia está muito relacionada a circulação. A distinção de espaços de passagem e áreas adjacentes, ou o desvio de percurso das pessoas que procuram ou evitam alguma qualidade espacial específica, são exemplos dessa relação. Na estrutura urbana a relação entre hierarquia e circulação é ainda mais forte e está ligada à questões funcionais bastante importantes. A cidade tem fluxos e circulações de todas as ordens: bens, informação, capital, pessoas e meios de transportes diversos, organizados sobre uma estrutura hierárquica. Toda essa circulação é tão marcante na definição do espaço urbano que por si já definem grande parte de suas características. A circulação de pessoas e produtos é um importante aspecto da análise da relação do espaço urbano com o edifício, na medida em que pode definir ou interferir bastante no uso dele. Para efeito dessa análise, consideraremos principalmente as circulações do transporte individual, individual motorizado e coletivo, sempre a partir da percepção do pedestre.

Pode-se notar que espaços cada vez maiores têm sido reservados prioritariamente ao trânsito de veículos, normalmente com o intuito de amenizar os problemas de circulação das cidades. A largura dessas vias por si já é responsável pelo afastamento entre quadras, tornando os edifícios mais isolados, e até dificultando o diálogo entre os edifícios dos dois lados da rua.

Podemos dividir o espaço urbano, grosseiramente, em dois tipos: espaço do pedestre e espaço do automóvel. A diferença entre eles parte principalmente da velocidade de cada um e da autonomia do pedestre, que pode explorar a possibilidade de parar, andar e mudar de curso a qualquer instante, desde que o faça com algum cuidado. Com o objetivo de evitar que acidentes ocorram quando há interferência desses dois tipos de circulação, vários recursos são utilizados, como desníveis, muretas, pequenos postes e sinalizações.

O espaço de uso exclusivo dos pedestres pode incluir uma variedade de atividades e ser dividido genericamente em dois: espaço de movimento e espaço de estar. O espaço de movimento é utilizado para se deslocar a um destino, jogar ou praticar esportes, atividades em grupo ou em massa, como desfiles, e outras atividades do tipo, todas relacionadas ao deslocamento, imbuídas de certa agitação. Nesse espaço, a circulação e o movimento de pessoas pode ocorrer em velocidades e tempos distintos, desde a pressa objetiva de alguns cidadãos, até o caminhar tranquilo e aleatório do flaneur. Já o espaço de estar é utilizado para atividades como descanso, observação da paisagem, leitura, espera, conversas, discussões, discursos, agrupamentos, alimentação e etc. Às vezes, esses dois tipos de espaço são independentes e, outras vezes, estão interligados. O espaço de estar precisa ser planejado para tal e conter mobiliário, sombreamento e iluminação adequados com o objetivo de oferecer conforto às pessoas, da mesma forma que o espaço de movimento não deve conter obstáculos, desníveis ou interferências, de modo a oferecer facilidade de deslocamento ao pedestre.

A identificação das diferenças gerais entre esses dois tipos de espaço deve ser entendida, nesse trabalho, somente como um ponto de partida para entender as características dos espaços e sua relação com as atividades que nele são desenvolvidas. Alguns espaços podem conter características de ambas as situações, dimensionadas de maneira a possibilitar tanto o desempenho funcional, como apropriações e usos diversos, muitas vezes imprevisos. Esses usos não previstos e a integração de várias atividades em um mesmo espaço podem ser muito bem vindos, trazendo-lhe animação e vitalidade. Um exemplo desse tipo de situação é o emprego de floreiras, não raro utilizadas como barreiras de acesso, que podem também ser utilizadas como assento ou suporte.

Limites e Intervalos

As gradações de demarcações territoriais vêm acompanhadas da sensação de acesso, que em geral baseia-se numa questão de convenção, às vezes até muito sutil, e normalmente respeitada por todos. Dessa maneira nos sentimos mais ou menos à vontade para acessar um espaço mais privativo, ou mais coletivo. Esse tipo de gradação não configura exatamente uma barreira e raramente impede alguém realmente intencionado em entrar sem autorização, mas confere uma sensação de privacidade maior ao usuário dos espaços mais privativos. A consciência do grau de relevância da demarcação territorial e das possibilidades de acesso pode ser expressa pelas diferenças das formas, materiais, luz e cor, que explicitem a estrutura de composição do espaço ou edifício, formado por ambientes mais ou menos acessíveis.

Hertzberger trabalha o conceito de Intervalos, ao invés de limites; ou seja, trabalha as demarcações de domínio como um espaço intermediário entre dois mundos, entre o público e o privado, entre o exterior e o interior. Relativiza, ainda, que os conceitos de “público” e “privado”, possam ser interpretados em termos espaciais de “coletivo” e “individual”. Esses conceitos podem ser expressos no projeto em termos relativos, como uma série de qualidades espaciais que diferem-se gradualmente, como acesso, caracterização, responsabilidade, supervisão, usuários...

“A questão está, portanto, em criar espaços intermediários que, embora do ponto de vista administrativo possam pertencer quer ao domínio público, quer ao privado, sejam igualmente acessíveis para ambos os lados, isto é, quando é inteiramente aceitável, para ambos os lados, que o “outro” também possa usá-lo.”¹⁶
Hertzberger, H.

O conceito de intervalo possibilita esmaecer a rigidez da fronteira entre territórios diferentes, que, na qualidade de um espaço próprio, constitui, essencialmente, “a condição espacial para o encontro e o diálogo entre áreas de ordens diferentes”¹⁷. Talvez um dos limites mais claros entre dois espaços seja a soleira que, trabalhada na noção de intervalo, fornece possibilidade de transição e conexão de áreas com demarcações territoriais diferentes.

“A concretização da soleira como intervalo significa, em primeiro lugar e acima de tudo, criar um espaço para as boas-vindas e despedidas, e, portanto, é a tradução em termos arquitetônicos da hospitalidade. Além disso, a soleira é tão importante para o contato social como as paredes grossas para a privacidade. Condições para a privacidade e condições para manter os contatos sociais com os outros são igualmente necessárias.”

A demarcação do limite entre áreas distintas nem sempre se caracterizam como fronteiras, e podem ser muito bem vindas na relação entre o espaço do edifício e o urbano. Algumas soluções simples como diferenças entre níveis, por exemplo, podem prestar-se a esse objetivo. Variar o nível do piso é designar limites claros entre áreas, conectando ou dividindo espaços, mesmo mantendo a continuidade visual. Talvez o melhor exemplo de legibilidade espacial decorrente da marcação do limite pelo desnível seja a escadaria do edifício da Gazeta¹⁸, na Avenida Paulista. Explorado com propriedade esse recurso arquitetônico qualifica imensamente o limite do lote, abrindo possibilidades variadas de uso.

¹⁶ (Hertzberger, 1999: 40)

¹⁷ (Hertzberger, 1999: 32)

¹⁸ voltaremos a leitura desse espaço específico no capítulo 4 desse trabalho.

Aberturas e Contenções

A sensação de acolhimento num espaço pode ser também determinada pela característica de seus fechamentos¹⁹. Com o objetivo de dar essa sensação de contido, devemos prestar atenção à forma, qualidade e localização de seu fechamento vertical (paredes ou muros). Segundo Ashihara, a existência de quatro colunas redondas cria forças de interação e começa a definir um espaço, mas o espaço é muito aberto e as colunas exprimem uma orientação difusa. A existência de quatro paredes e a interação entre elas criam um espaço mais fechado. A maior sensação de fechamento é conseguida com a presença não só das paredes, mas do canto fechado em ângulo reto entre elas. Nessa formação, as forças de interação são centrípetas.

Tão fundamental quanto o fechamento dos espaços para sensação de contenção são as aberturas e, obviamente, a relação complementar entre os fechamentos e aberturas. Gradações de abertura e isolamento dos espaços podem criar situações de maior ou menor contato interpessoal, além de conferir ritmo às fachadas.

Essa sensação de contenção e acolhimento é também determinada pela altura das divisórias verticais e diretamente relacionada à altura dos olhos. A máxima sensação de fechamento é obtida quando a divisória é mais alta que os olhos e quebra a continuidade visual do piso.

Quando a divisória excede a altura do homem, as aberturas verticais tornam-se mais importantes, principalmente no que diz respeito à sua proporção, e então voltamos um pouco a falar de escala. Yashihara lança mão da mesma fórmula usada para a análise dos edifícios D/H [em que "D" é a largura da abertura, e "H" é a altura do muro]. Conforme esse valor cresce, a abertura vertical torna-se mais espaçosa e perde a força de interação; conforme diminui, toma o caráter de uma saída ou entrada, como uma porta.

¹⁹ (ASHIHARA, 1970: 78)

A identidade e apropriação do espaço dependem, além da arquitetura, de condicionantes de gestão e de estrutura organizacional. Nesse sentido, Hertzberger sugere que, quando presente na organização ou reorganização da ocupação de um edifício, o arquiteto pode argumentar pela maior responsabilidade dos usuários pelo ambiente e trabalhar subsídios projetuais para que isso ocorra.

A individualização e mudanças nos modos de vida e comportamento social têm apresentado, como efeito correlato, segregação social e violência cada vez mais crescentes e claramente perceptíveis; seguida de insegurança e fobia do público. Essas transformações têm alterado as relações sociais e a vida urbana. No Brasil, especialmente, as questões de acesso e demarcação (muitas vezes ou stensiva) dos domínios privados originam-se no medo da violência urbana, de vandalismo e agressão crescentes. Como consequência tem-se a necessidade de proteção ou da sensação de segurança. Na busca por segurança e controle dos espaços, muitas vezes, disciplinam-se a espontaneidade, a livre circulação, aglomerações e, movimentações não-previstas. O fechamento e controle de espaços anteriormente abertos podem ser colocados como a iniciativa mais imediata na tentativa de solucionar ou amenizar o problema.²⁰

Em primeiro lugar a provisão de mercado de “segurança” gera sua própria demanda paranóica. A “segurança” se torna um bem posicional que se define por um nível de renda que permite o acesso à “serviços de proteção” privados, e torna o cliente membro de um enclave residencial rígido ou subúrbio restrito. Como símbolo de prestígio – e, algumas vezes, como limite decisivo entre os que estão meramente bem e os “verdadeiramente ricos”- a “segurança” tem menos a ver com a proteção de cada um do que com o grau de isolamento pessoal, em ambientes residenciais, de trabalho, consumo e viagem, em relação a grupos e indivíduos “desagradáveis”, ou mesmo a multidão em geral.²¹

Nessa lógica dos sistemas difundidos entre instituições privadas e públicas, segurança e controle são indissociáveis e limitam qualquer possibilidade de liberdade na cidade, que é substituída pelas formas mais tecnológicas de repressão,

²⁰Na construção da cidade, vários setores trabalham juntos para garantir seus interesses e das elites, num ciclo onde cada um tem seu papel, assegurando a separação física das diferentes classes sociais. Com a função de encobrir a violência econômica, a mídia divulga a necessidade de segurança e os crescentes perigos da cidade, com dados, números e resultados, e a consequente necessidade de segurança. Constrói-se a necessidade de segurança e proteção, baseada na imagem de uma cidade caótica, pobre e criminalizada do lado de fora dos muros. Concomitantemente, empresas de segurança privada oferecem pacotes de segurança com aparelhos de alarmes, monitoração, patrulhas de vigia, escolta pessoal... Nessa abrangente mobilização urbana pela segurança os serviços de polícia dos setores público atuam como suporte necessário para a segurança privada. Empreendedores lançam empreendimentos luxuosos fora dos limites da cidade são “cidades- fortalezas” completas com muros de segurança, acessos controlados, segurança privada, e até rodovias privadas. Novamente a mídia trabalha na divulgação de uma “tendência” de procura por condomínio. Esse ciclo cria uma demanda insaciável por segurança e status que reforça a organização da cidade numa estratégia sócio-espacial, criando enclaves sociais numa sociedade murada. Essa fórmula que liga homogeneidade social e sensação de segurança garante lucro a empreendedores e representantes do poder público. A Classe média participa ora como agente, ora como objeto desse jogo e vê esses empreendimentos mais que valores imobiliários, vê status e estilos de vida.

²¹ (DAVIS, 1993: 206)

vigilância e exclusão. Na busca por segurança e controle dos espaços da cidade, disciplina-se a espontaneidade, a livre circulação, aglomeração, movimentação não-prevista, enfim, a liberdade. A consequência da busca pela segurança é a destruição de qualquer espaço urbano verdadeiramente democrático.

Nesse mesmo cenário, temos exemplos de intenções de arquitetos expressados em edificações, algumas delas construídas em períodos anteriores, que podem ser lidos como sinais de “esperança” de vida pública e urbana, utopias modernas, ou problemas de projeto; de qualquer forma, interessa-nos avaliar essas situações e a forma como esses espaços são apropriados hoje.

O estudo sobre as considerações de Hertzberger e Ashihara aqui realizado focou alguns aspectos referentes a relação entre o edifícios e a cidade. Esse conjunto de aspectos representa uma base a partir da qual desenvolveremos a leitura de alguns espaços. O entendimento desses aspectos de maneira particular e específica será desenvolvido caso a caso, durante um passeio que realizaremos com o leitor pela Avenida Paulista. Nesse momento, é importante termos em mente aspectos de soluções espaciais que podem ser importantes na caracterização dos espaços entre o edifício e o espaço público, seus usos e apropriações: forma e entorno, escala e dimensões, circulação e hierarquia, limites e intervalos, aberturas e contenções.

Linha do Tempo: Avenida Paulista

CAAGUAÇU

A beleza do divisor de águas dos rios Pinheiros e Tiête desperta em Joaquim Eugênio de Lima e em um grupo de empresários a intensão de transformar o espigão num loteamento para a elite paulistana.

PAULISTA DOS PALACETES

8 de dezembro de 1891. Inauguração da via de 2,8km de comprimento e 38m de largura era dividida em 3 faixas destinadas ao bonde, às carruagens e aos cavaleiros, pavimentadas com pedregulhos brancos. Foram também abertas ruas transversais e longitudinais.

A Floresta do Capão (na lombada do Caaguaçu) já encontrava-se bastante devastada pela ação de madeireiros e lenhadores.

Inauguração do Parque Villon, construído em terrenos particulares, com projeto do paisagista francês Paul Villon.

A chegada do Bonde Elétrico. Nesse momento já haviam 50 residências, a maioria recuadas com relação a rua e em lotes bem arborizados.

"Será então Paulista, em homenagem aos paulistas"

Primeira Corrida de São Silvestre

A prefeitura compra o Parque Villon, e o terreno a sua frente, onde seria construído o Belvedere Trianon, pelo escritório de Ramos de Azevedo. Da esplanada podia-se avistar todo o centro da cidade e o Vale do Anhangabaú.

A prefeitura decide mudar o nome da Avenida para Carlos de Campos, em homenagem ao ex-presidente do estado, que falecera naquele ano.

A crise deflagrada pela quebra da bolsa de Nova York, e o colapso do mercado de ações, leva os fazendeiros do café a venderem suas propriedades para população com riqueza proveniente de outras fontes. Portugueses, italianos e libaneses chegam como a nova elite paulistana.

Na década de 30 é construído o primeiro edifício, Camille Sabagh, de sete andares, na esquina com a rua Frei Caneca.

A paulista volta a ter seu nome original, logo depois da revolução. Ao longo da década de 30, a paulista foi palco de várias manifestações e protestos, em especial durante o Movimento Constitucionalista.

Já considerada endereço de luxo da cidade, a Paulista ostentava casarões ecléticos, representando os variados estilos, alguns deles com ornamentação bastante exagerada, outras bem criteriosas.

Até 1929 ocupada pelos fazendeiros do café era utilizada mais como local de veraneio do que propriamente de residência fixa, talvez pelo fato de, até 1894, não possuir ainda, redes de infraestrutura.

(... Em 1935, os paulistas se gabavam do ritmo de construção em sua cidade; a média de uma casa por hora. Tratava-se, então de palacetes; asseguram-me que hoje o ritmo continua o mesmo, mas para grandes edifícios. A cidade se desenvolve com tal rapidez que é impossível encontrar-lhe um mapa: cada semana exigia uma nova edição (...) Nessas condições, a evocação de lembranças de quase vinte anos atrás, assemelha-se à contemplação de uma fotografia fenecida (...)"

Claude Lévi-Strauss

Inaugurado o último casarão da Avenida, projeto de Ramos de Azevedo para sua filha.

Promulgada lei autorizando a construção de edifícios residências e instalações comerciais na avenida. Iniciam-se as transformações que modificariam seu perfil inicial.

PAULISTA DOS EDIFÍCIOS

"De repente a transformação. Mudança rápida. O carro expulsando o automóvel, o ônibus eliminando o bonde. Os trilhos arrancados. A tranquilidade cedendo lugar à agitação. A buzina sonora, aquele saudoso heúu...he, sufocado pelo ruído estridente e metálico dos veículos novos. Lembro-me dos primeiros prédios de apartamento(...). As mansões, uma a uma inexoravelmente destruídas. Nada sobrou. Quase nada. A vegetação e os arvoredos ainda existentes, dando lugar a árvores de concreto armado. Onde alguns poucos residiam, centenas se alojariam (...).

Início da presença da **arquitetura moderna** na avenida.

Demolido o Trianon de Ramos de Azevedo: terraço ensolarado, sede de reuniões e banquetes.

Edifício Anchieta

Edifício Savoy

Edifício Paulicéia

Construído o primeiro edifício exclusivamente comercial. Projeto de Rino Levi, o Edifício do Banco Sul Americano do Brasil, destacava-se pelo quebra sol de alumínio na fachada e volume externo de escada.

Edifício 3 Marias

O restaurante Fasano é inaugurado no Conjunto nacional ainda em obras. Com confeitaria no térreo, restaurante, salão de festas e jardim de inverno no terraço.

Edifício Nações Unidas

Edifício Baronesa de Arary
Edifício Saint Honoré

Inaugurado o Conjunto Nacional. O grande edifício pretendia ser uma pequena cidade, reunindo apartamentos residenciais, comércio, salas comerciais, restaurantes e outros serviços. Foi uma iniciativa do Empresário José Tijurs. O projeto de David Libeskind, sofreu algumas alterações durante a obra, por interferência do proprietário, valorizou os imóveis de toda a avenida, desenvolvendo sua vocação comercial.

7 de novembro

Inauguração da sede do Masp. Depois de 10 anos de construção, a iniciativa de Pietro Maria Bardi viria a transformar a avenida num grande corredor cultural da cidade. O projeto de Lina Bo Bardi respeitava a vontade de Joaquim Eugênio de Lima, que ao abrir a avenida, estabeleceu que a Área do belvedere do trianon não poderia receber edificações a fim de manter a vista privilegiada do local.

Colocado em prática o projeto Nova Paulista, pelo prefeito Figueredo Ferraz, já com algumas modificações, incluindo o metrô e a criação de mais um nível de circulação. Foram desapropriados 4 metros de parte dos terrenos. As obras duraram apenas 2 anos e somente o trecho entre a Consolação e a Haddock Lobo foi executado. Mesmo incompleta, a obra modificou completamente aquele espaço.

Foram demolidos 2 quarteirões, e aberta a rua Vinicius de Moraes, com lotes de dimensões menores, um contraste com os grandes lotes e grandes edifícios do restante da avenida.

Inaugurado o edifício da Fundação Casper Libero, sobre o qual, anos depois seria colocada a torre de transmissão da rede globo, uma marca na paisagem paulistana.

PAULISTA DO TERCEIRO SETOR

O Citibank compra um terreno na avenida e chama o arquiteto Gian Carlo Gasperine. O projeto chamou a atenção pela forma, cores e informatização de seu funcionamento.

Paulista eleita Símbolo da Cidade de São Paulo, pela população.

Com essa nova paisagem consolidada e apesar da valorização geral dos espaços da avenida, alguns edifícios e espaços começaram a se deteriorar, chegando até a interdição de alguns edifícios residenciais pela prefeitura, como a Baronesa de Arary e o Nações Unidas (que passaram por algumas obras e conservação). Essa dicotomia pode ser explicada pelo valor extremamente alto dos terrenos da avenida, que se por um lado valoriza os imóveis, por outro sofrem com altos impostos e encargos, impedindo uma manutenção adequada.

O grande número de corporações e empresas instalados na avenida provocou um aumento no comércio e serviços populares em suas imediações.

A Avenida Paulista

A Avenida Paulista ocupa posição estratégica e privilegiada no sítio urbano da cidade. O divisor de águas entre os principais rios de São Paulo (Pinheiros e Tietê), antes chamado Alto do Caaguaçu, apresenta as cotas mais altas da cidade. Essa formação natural do terreno, que outrora significava um obstáculo à expansão urbana para o sul e sudoeste, agora representa uma centralidade nesse território, tendo a cidade ocupado toda a área entre rios.

As características do sítio foram bem exploradas com a implantação do eixo da Avenida coincidente com o do espigão central e ocupando a parte central dos 13 km que se estendem desde o Sumaré até o Jabaquara com apenas 40 m de desnível entre as cotas mais alta e mais baixa. Esse partido, além de privilegiar a Avenida da paisagem descortinada pelo próprio relevo, garante uma topografia praticamente plana ao longo de toda a sua extensão. A retidão dos 2,8 km só é interrompida pelas ruas transversais que cruzam e alimentam o trânsito da Avenida, conformando um traçado ortogonal e regular, que caracteriza também todo o seu entorno.

Localização da Avenida Paulista em Relação à Região Metropolitana e Avenidas marginais.

Eixos Transversais

A localização geográfica da Avenida retilínea e plana garantiu não só sua permanência quase central no tecido da cidade, mas também uma relação importante no sistema viário da capital, como eixo de ligação, irrigada por diversas vias que a conectam com outros pontos muito importantes da cidade. Essa localização no sistema viário favorece o acesso e incrementa a circulação.

As transformações na paisagem da Paulista podem ser divididas em três momentos principais que correspondem às fases do desenvolvimento da própria cidade de São Paulo. Na época da inauguração da Avenida, São Paulo tinha toda a sua economia baseada na atividade rural. A Avenida nasce como um empreendimento voltado especialmente para a elite econômica da cidade: os barões do café. Sua construção marcava o crescimento da cidade na direção sul e a transposição de uma importante barreira geográfica que o espigão coberto de mata representava.

A partir de sua inauguração, a ocupação dos grandes lotes da Avenida inicia-se rapidamente com a construção de casarões, afastados das divisas, circundados por grandes jardins e pomares. Com a quebra da bolsa de Nova York e as crises do setor cafeeiro, o perfil dos moradores sofreu uma mudança bem significativa, gerando também algumas modificações nessa paisagem. Os setores comercial e industrial passaram a ter uma maior importância econômica na cidade, e seus representantes maiores foram morar na Avenida Paulista em busca de reconhecimento. Os novos moradores, em sua maioria imigrantes, faziam questão de ostentar riqueza e a nova posição social. As casas e os jardins passaram a apresentar mais adornos e outros símbolos de status.

Essa primeira fase de ocupação dos palacetes na Avenida começa a sofrer algumas mudanças por volta de 1940, a partir de quando percebemos um novo tipo de ocupação. Nesse momento, São Paulo era uma cidade industrial, e o desenvolvimento da economia estava gerando uma grande valorização dos imóveis e propriedades urbanas. A cidade passa a se verticalizar. Os palacetes foram progressivamente derrubados para a construção de edifícios, dando início a uma fase que transformaria radicalmente a paisagem da Avenida. Essa verticalização e a valorização dos imóveis trouxeram também mudanças de uso da Paulista. A predominância até então residencial passaram a ceder espaço a atividades comerciais e à presença de alguns serviços. Os primeiros bancos abrem suas sedes na Avenida.

A construção dos edifícios imbuía-se de toda uma significação de modernidade que representava o desenvolvimento econômico e tecnológico, não só da cidade, mas do país. Podemos dizer que essa fase durou aproximadamente 40 anos, tendo perdurado até a década de 1980. A partir desse momento, a Avenida já bastante verticalizada acompanha novamente as transformações no perfil econômico da cidade, refletindo o domínio do setor terciário sobre as outras atividades econômicas. A Paulista passa então a sediar os maiores representantes de instituições financeiras do país, e filiais de instituições do mundo todo, atingindo seu maior status, ostentando todo o poder econômico da cidade.

Com sua linearidade, a Paulista pode ser considerada uma faixa relativamente estreita (composta pela Avenida e os quarteirões adjacentes) que marca a distinção entre dois lados da cidade, o lado centro e o lado jardins. Esses dois lados apresentam características sensivelmente diferentes, especialmente em algumas áreas.

Os dois lados da Avenida, ou as duas margens, como poderíamos dizer, estabelecem entre si uma relação quase constante ao longo desta, com poucas conexões entre elas, e ligadas apenas pelas ruas transversais e travessias de pedestres marcadas próximas as esquinas ou no meio dos quarteirões. Há momentos (como no eixo 9 de Julho/Trianon/Masp) em que essa ligação é mais forte e desempenha um papel maior na organização da cidade, ocorrendo tanto no nível da Avenida quanto pelo túnel. Em sua extremidade oeste, outra situação viária determina a relação entre os dois lados da Avenida de forma diferenciada, reforçando uma cisão entre as duas margens, com outro túnel. A estrutura de ligação Consolação/Rebouças/Dr. Arnaldo inicia-se na altura da Haddock Lobo, na Paulista, e, a partir desse ponto, estabelece a completa separação entre as calçadas dos dois lados; ao mesmo tempo em que conecta as diversas Avenidas por baixo do solo.

Como podemos ver nas fotos aéreas de 1956, 1981 e 2000, as diferenças entre as áreas próximas da Avenida e de cada um de seus lados sempre existiram e decorrem, do processo de desenvolvimento e transformação da cidade como um todo, mas ambos os lados tiveram suas características modificadas conforme as alterações sofridas pela Avenida.

A foto aérea de 1956, mostra uma ocupação principalmente térrea tanto na Avenida Paulista como nos quarteirões de seu entorno. A área demarcada "A" apresenta uma ocupação bem homogênea, regular e térrea, praticamente uma textura marcada por ocupações isoladas nos lotes regulares. A área demarcada "B" apresenta o início de uma verticalização, ainda que bastante esparsa, com uma pequena concentração próximo ao cruzamento da Paulista com a Av. Brigadeiro Luís Antônio. Já podemos perceber, aí, a sombra projetada por alguns edifícios mais altos sobre algumas áreas com edificações térreas. A Avenida ainda não havia sido alargada, tinha tráfego nos dois sentidos e culminava num balão em sua extremidade "E", ao redor do qual poder-se-ia fazer o retorno. Outras considerações a respeito das transformações dessa área serão feitas mais adiante, no capítulo 4.

A presença das instituições já era marcante nessa fase, muito ligadas aos interesses da elite que ali morava. Não somente a quantidade de instituições chama a atenção, mas a variedade e a presença delas, na mais nova Avenida da cidade, em franco processo de valorização. O quarteirão do Colégio São Luís era ocupado com edificações de pouco gabarito, lindeiras à Avenida. O Hospital Santa Catarina, na outra extremidade, também do lado centro, ocupava principalmente a porção do lote junto à Paulista e contava com um grande jardim central. No quarteirão em frente, do outro lado da Avenida, tínhamos o Grupo Escolar Rodrigues Alves, ocupando uma área bem maior do que ocupa hoje. Em frente à grande massa verde do parque, o belvedere do Trianon, com terreno completamente desobstruído, permitindo visualização total do centro da cidade sobre a Avenida 9 de Julho. O Conjunto Nacional, ainda em fase de construção, com apenas uma das torres construída. A maioria dessas instituições (com exceção do Grupo Escolar Rodrigues Alves) foram criadas pela iniciativa privada e eram claramente direcionadas a garantir as necessidades da elite, mesmo as que vieram, mais tarde, a tornarem-se públicas, como o parque e o belvedere Trianon.

Na foto de 1981, observamos ver uma Avenida Paulista bem diferente da anterior, com um tecido urbano mais adensado em seu entorno, apresentando uma verticalização maior e mais homogênea. A própria Avenida já se apresentava bastante verticalizada, e pode-se perceber que essa verticalização era menor conforme afastamos paralelamente à Paulista, principalmente em direção ao centro da cidade. Um indicativo interessante dessa verticalização, bem marcante na foto aérea, é o desenho que as sombras dos edifícios projetam sobre o tecido urbano, uns sobre os outros; alguns provocando grandes áreas sombreadas, principalmente aqueles cuja volumetria se desenvolve perpendicularmente ao eixo da Avenida.

Na calha da rua, percebemos algumas modificações no sistema viário como o aumento na largura, a presença do canteiro central entre as duas mãos de direção, e à alteração viária próximo à Rua da Consolação, com a passagem subterrânea da Avenida Paulista na ligação da Consolação com a Rebouças. Essa ligação era importante naquele momento, porque a Rua da Consolação ligava o centro da cidade à área de expansão ao sudeste.¹ A demolição de todo um quarteirão e parte de outro priorizando o sistema viário altera bastante essa região final da Avenida. A ligação entre os dois lados da rua nesse ponto não pode ser feita de forma direta. O quarteirão do Colégio São Luís apresenta-se um pouco mais edificado que na foto anterior, mas do outro lado, próximo à Rua Luis Coelho. Mais adiante, nesse momento, o Masp ocupa o terreno do belvedere, mantendo ainda livre o visual do centro da cidade, ao nível do pedestre.

As diferenças entre a foto de 1981 e a de 2000 apresentam-se bem menores, o que demonstra uma consolidação maior do tecido urbano do entorno da Avenida. A verticalização é praticamente homogênea dos dois lados da Paulista, e exhibe edifícios com portes mais volumosos nos quarteirões da Avenida do que nas áreas adjacentes. Alguns edifícios chamam a atenção pelas dimensões horizontais. O Edifício São Luís Gonzaga, no quarteirão do Colégio, é um dos maiores e impressiona pela grande superfície de fachada voltada para a Avenida Paulista, deixando pequena a igreja ao seu lado. Durante esse espaço de tempo que as fotos abrangem, a Avenida tem se mantido quase completamente ocupada, mostrando poucos vazios ou lotes desocupados. Podemos perceber que os lotes apresentam ocupações diferentes em cada uma delas; várias casas foram substituídas por edifícios bem maiores, adensando a ocupação da região. Como dito anteriormente, esse desenvolvimento da Avenida reflete-se na ocupação das áreas contíguas, cujo perfil de ocupação também é notável nas fotos.

Extremamente valorizada no mercado imobiliário, a região apresenta poucas áreas não edificadas ou subaproveitadas. Em contrapartida, a alta valorização dos imóveis dificulta a manutenção adequada dos edifícios existentes, em especial os imóveis residenciais, que mostram sinais claros de degradação e, muitas vezes, abandono.

O tecido urbano das imediações da Avenida é bem adensado, em ambas as direções. O processo de verticalização

¹ Atualmente, essa ligação mantém sua importância e é feita entre a Rua da Consolação e a Av. Rebouças.

2000

pode ser nitidamente observado na sequência de fotos aéreas, com crescimento paralelo a partir do eixo da Avenida. Uma verticalização mais densa é percebida ao longo das Avenidas perpendiculares à Paulista, de maior importância, como a Av. Brigadeiro Luís Antônio, a Av. 9 de Julho e a Rua Augusta.

A presença de significativas instituições e equipamentos urbanos na Avenida, sempre marcou a multiplicidade de usos desse trecho de cidade. Com alguns importantes hospitais e colégios no início, com o crescente número desses e a presença cada vez maior de instituições culturais, financeiras e comerciais, a Avenida concentra os mais diversos usos e públicos.

Cartão postal da maior cidade brasileira a Avenida foi transformada em símbolo da imagem que se pretende passar da cidade de São Paulo. O próprio termo “cartão postal” explicita suas vocações turísticas. Desde sua inauguração, foi sempre “vendida” como o lugar das elites, concentração de suas residências. Depois passou a carregar a imagem de centro econômico da cidade (ou do país), concentrando agências centrais dos bancos e entidades financeiras cujos alcances ultrapassam os limites geográficos. Coincidentemente é, talvez, o trecho da cidade que conta com a maior concentração de espaços ligados à arte e a cultura. Não nos parece mera coincidência essa concentração de capital financeiro e cultura, imagem e vocação turística. Na verdade todos esses fatores estão relacionados de forma cíclica. A presença da elite significa concentração de público, público consumidor de produtos, de arte, de cinema, restaurantes e atividades afins (seja trabalhando, seja morando nos arredores, seja de passagem). A imagem de centro econômico corresponde, diretamente ao interesse local dos financiadores de eventos de grande abrangência e impacto na mídia (que por sua vez trazem mais investimentos e ainda mais atenção corporativa). As empresas que jogam as regras do momento econômico investem em arte como uma maneira de “contribuir” para a cidade e a sociedade, e o faz, em troca de manter, naquele trecho de cidade, somente a faixa de público que lhe interessa; melhorando também a sua imagem projetada. Essa imagem projetada gera ainda mais usuários-consumidores, que traz mais capital, e consolida-a como principal atração turística.

Para garantir a imagem e o funcionamento ideais da Avenida, foi criada uma instituição, privada, a Paulista Viva. Essa instituição funciona como um investimento coletivo (por parte de diversas empresas) para que se mantenha uma qualidade e coerência em toda a extensão da avenida, que não pode desvalorizar os edifícios e atividades que ali acontecem e que movimentam cifras gigantescas diariamente.

Nessa lógica, o que menos interessa da avenida é sua qualidade enquanto espaço urbano, ou o fato de ser parte de uma cidade que represente o todo de uma sociedade. Mas paradoxalmente, talvez, a criação dessa imagem forte, publicidade e espaço na mídia ainda trazem a possibilidade do uso desse espaço para manifestações, para se garantir visibilidade e causar impacto, enfim, chamar a atenção. A sociedade ainda se identifica fortemente com esse espaço, talvez até por uma condição praticamente reforçada pela mídia de “lugar do coração do paulistano”. Nessas

Instituições Culturais - Localização

manifestações, mesmo que eventuais, a Avenida recupera suas qualidades de espaço público, espaço do debate e da manifestação dos interesses coletivos. Mas essa característica pode ser ameaçada pelo controle crescente dos espaços públicos ao longo da avenida, repetindo um fenômeno que ocorre em toda a cidade. A ideia de necessidade do controle dos espaços da avenida (possibilitando, na verdade, o controle indiscriminado de seus espaços urbanos) nos é passada cotidianamente, acompanhando todo o investimento e interesses privados. Com a invasão dos sistemas de controle na Avenida, nos perguntamos até quando as manifestações públicas de grupos diversos serão possíveis, ou até que ponto elas serão permitidas.

Os eventos culturais de grande porte que ali tomam palco são um outro importante aspecto de sua caracterização como atração turística, e são suporte ou pretexto para mais publicidade aos patrocinadores e mais espaço na mídia para essas empresas e para a Avenida. Nesse contexto, a arte, como diz Laymert², é mais um serviço a favor da valorização e do mercado. E ele continua o raciocínio; não é a fronteira entre a arte e a vida que foi se apagando no processo; nem que o sentido político da arte foi se atenuando, os artistas tornaram-se assistentes sociais, animadores culturais, facilitadores de comunicação. As exposições mais importantes são aquelas de maior público, maior bilheteria, e sucesso de vendas! A polêmica, a discussão e a crítica foram deixadas de lado. A arte tem que agradar ao público, passa a ter status de entretenimento com efeitos especiais.

A Avenida tem inclusive, uma programação especial para os fins de semana. Atividades e animações são programadas e incentivadas, procurando-se passar uma imagem democrática de uso daquele espaço urbano. Então, um outro público, diferente daquele que a utiliza cotidianamente durante a semana, passa a vivenciar seus espaços. Dessa maneira, a separação de grupos se dá da forma disfarçada e aparentemente democrática, pelo tempo, não pelo espaço. Essas considerações a respeito da Avenida Paulista não são aspectos exclusivos desse trecho urbano, mas com todo o significado simbólico desse “cartão postal” eles ganham ainda mais força e importância.

A multiplicidade de usos e atividades que se desenvolvem na Paulista hoje pode certamente ser percebida num rápido passeio do pedestre por suas calçadas. Muitas dessas atividades ocorrem no espaço público, mas mesmo as atividades que ocorrem dentro dos edifícios comumente podem ser percebidas na rua e influenciam no seu uso e atividade. A observação das pessoas, a maneira como estão vestidas, a pressa ou o descomprometimento com que caminham, por exemplo, podem ser indicativos dos usos, e, de certa forma, influenciam na ambiência da Avenida.

A característica de pólo cultural da cidade tem sido cada vez mais reforçada, não só pela presença dos mais importantes centros culturais de São Paulo, com programações específicas, como o Masp, a Fiesp, a Casa das Rosas, o Sesc, o

² (PALLAMIN, 2002)

Centro Cultural Itaú, mas também pela iniciativa dos bancos e das grandes corporações de investirem em cultura e abrem seus espaços para exposições diversas. Obviamente, essa iniciativa baseia-se na projeção da instituição e em suas estratégias de marketing. O Banco Real, por exemplo, tem uma área enorme no térreo do edifício que se configura como uma praça coberta ou um imenso lobby para acesso de funcionários e clientes; essa área tem sido explorada enquanto espaço de exposição com uma programação específica para o público da área. O Citycorp/Citibank possui uma galeria permanente em seu subsolo e costuma promover pequenas exposições. A Caixa Econômica Federal mantém um espaço de exposições nesse cenário, não especificamente em seu edifício, mas no térreo do Conjunto Nacional.

Analisando os edifícios e a estrutura físico-espacial ao longo dessa estrutura urbana identificamos uma multiplicidade de soluções de morfologia e uso, e procuramos destacar no propósito deste trabalho alguns edifícios ou espaços pelas relações que estabelecem com o espaço urbano. A qualidade urbana, bem como a ambiência da Avenida Paulista, caracteriza-se por espaços coletivos que apresentam distintos graus de visibilidade, acessibilidade, controle etc; graduando entre a total ausência de integração exterior/interior e a ligação e continuidade com o tecido urbano. A cada momento dessa mesma Avenida, a relação edifício/cidade é realizada de uma forma, fruto de posicionamentos distintos de arquitetos, planejadores, empreendedores ou do poder público frente à cidade, o que acarreta grandes distinções de usos e formas de apropriação por parte dos usuários.

Além de ser um dos principais cartões-postais da cidade, a titulação dada à Avenida como “símbolo da cidade de São Paulo”³, atesta sua importância em todos os âmbitos. Dotada de características já citadas, como: posição geográfica estratégica, largas dimensões, facilidade de acesso, topografia regular, localização de importantes instituições culturais, econômicas e financeiras, aliadas à beleza da paisagem e ambiência urbana, ou seja, um local de grande visibilidade, não poderia deixar de ser o principal palco de manifestações e grandes aglomerações públicas.

A utilização do espaço público como local de reunião e aglomeração social sempre ocorreu, dos corsos de Carnaval, desfiles e corridas de carro à frequência das corridas de São Silvestre, nas comemorações de passagem de ano, desde 1924. Promovida pela Gazeta, a corrida tem largada e chegada no meio da Avenida, em frente ao prédio da promotora do evento, e já tornou-se um dos mais importantes eventos esportivos, com projeção internacional. A corrida costumava largar à meia noite do dia 31 de dezembro, mas por alguns anos o evento ficou desprestigiado, e foi recentemente recuperado pela TV Globo, passando a ocorrer ao meio dia do dia 31.

A comemoração da final do Campeonato Paulista de Futebol em 1977, com vitória do Corinthians (time com a torcida mais numerosa de São Paulo), marcou a Avenida como palco de festas e grandes manifestações públicas, reunindo o maior público até então. Mais tarde, em 2005, na final do mesmo campeonato, com vitória do São Paulo,

³ Em 1990 uma campanha realizada pelo Banco Itaú e Rede Globo elege a Avenida Paulista “Símbolo da Cidade”.

a comemoração da torcida causou vários problemas e depredação pública e dos edifícios da Avenida, acarretando medidas punitivas e de precaução por parte dos órgãos de administração municipal. Desde então, não são mais permitidas comemorações de torcidas na Avenida.

Apesar das crescentes restrições dos órgãos administrativos, por meio de medidas de segurança e interferência ao tráfego de veículos, alguns eventos importantes na agenda da cidade ainda tomam a Paulista como palco principal. Em junho de 2007, ela é completamente fechada e bate novo recorde de público ao sediar a Parada do Orgulho Gay, evento que teve apoio da Prefeitura de São Paulo e reuniu 4 milhões de pessoas em festa num curso que começou na Avenida e desceu a Rua da Consolação em direção ao centro da cidade.

“A Avenida Paulista caracteriza-se como ponto focal da cidade reunindo na região o poder econômico representativo do país, por sua ocupação em grande parte por instituições financeiras, além do convívio de grande parte da classe média-alta em sua volta. Isso a torna centro de atração social. Hoje, tudo que acontecer na cidade de São Paulo e tiver que chamar a atenção, recebendo destaque no meio público e na mídia, tem que ser manifestado na Avenida Paulista.”⁴

Não somente em dias de festa, e tampouco em grandes eventos, a Avenida mostra todos os dias e a cada momento do passeio sua importância enquanto espaço público, síntese da cidade e seus eventos, a cultura, a vida cotidiana, o tráfego, a pressa durante a semana e o deleite do final de semana, a correria do trabalho e a agitação noturna. Sua

⁴ (CAMILLO, 2003:82)

importância é explorada pelo marketing das empresas que nela se instalam, é difundida em imagens de divulgação e reforçada com o advento de outras atividades que, por sua vez, incrementam ainda mais seu uso.

As atividades e cenas da vida urbana encontram na Paulista o cenário ideal para se desenvolverem. O primeiro olhar sobre a totalidade da Avenida já denuncia uma característica muito marcante que a fortalece enquanto unidade: duas fileiras de altos edifícios praticamente alinhados, marcando o espaço vazio entre elas, a calha da rua, propriamente dita. A linha de luminárias públicas do canteiro central marca um eixo de simetria, que fortalece sua linearidade.

Os edifícios são beneficiados por essa paisagem, na medida em que, além de reforçá-la, usufruem de sua imagem enquanto conjunto. Os edifícios-sede de bancos e instituições financeiras costumam ser os maiores interessados e investidores no fortalecimento da imagem de suas instituições, buscando qualidades como monumentalidade e imponência. Normalmente esse cuidado com a imagem vai até o tratamento do passeio e é melhorado nos halls de acesso aos edifícios.

Alguns edifícios se destacam na paisagem por sua presença monumental, sua forma, seu volume ou pelo tratamento de sua superfície, enquanto todos os edifícios reunidos e alinhados numa linha imaginária reforçam a unidade do todo. O conjunto dos edifícios, a sequência de fachadas e o ordenamento dos volumes demonstram claramente que a ocupação dos lotes e a forma dos edifícios decorrem de restrições legais em voga no momento de sua construção, tais como recuos, taxas de ocupação e aproveitamento, gabarito etc.

Favorecida pela situação geográfica e pela configuração do sistema viário, e em região tão importante da cidade, a circulação de pessoas, veículos e mercadorias na Avenida Paulista é bastante complexa. Podemos dizer que são contempladas praticamente todas as possibilidades de circulação e transporte de pessoas, desde o transporte público por ônibus e metrô, passando pelo automóvel, até mesmo o transporte aéreo, cuja presença e intensidade de tráfego chega a surpreender. Dados apontam São Paulo como a cidade com a segunda maior frota de helicópteros do mundo, ficando atrás somente da cidade de Nova York. Sendo a Avenida Paulista um dos principais centros financeiros e econômicos da cidade, não fica difícil notarmos que o transporte individual aéreo apresenta um peso relativo bem significativo. O número de pessoas beneficiadas por esse tipo de transporte é certamente bem baixo, mas não deixa de impressionar. Observando a foto aérea da região, constatamos uma infinidade de edifícios coroados por helipontos, o que nos permite visualizar um fluxo próprio de circulação de pessoas sobre os edifícios.

O meio de transporte mais presente na paisagem da Avenida é certamente o automóvel, o transporte individual motorizado; não só na Paulista, mas em decorrência do sistema de transporte de toda a cidade. O automóvel pode chegar facilmente à Paulista, independente da região da cidade em que tenha originado seu trajeto. Vários eixos viários importantes culminam na Avenida, garantindo sua ligação com a grande área urbana da capital. As mãos de direção das ruas transversais são definidas de forma simples e claramente perceptível. As sinalizações também são, em geral, bem mantidas e suficientes para a orientação do motorista na região. Além da largura da calha da rua, com suas quatro faixas de rolamento, do sistema de semáforos temporizados e de outras decorrências da presença massiva dos carros na definição dos espaços urbanos, podemos perceber essa presença na quantidade de estacionamentos existentes na região.

Acessibilidade
Mãos de Direção

Estações e Linha do Metrô

Helipontos

Nessa categoria de transporte individual motorizado, podemos incluir os táxis, cuja presença e circulação também marcam a Avenida. Grandes pontos de táxi localizam-se nas travessas da Paulista, mas, sua presença é significativamente marcada pela circulação dos táxis na Avenida aguardando o chamado dos passageiros diretamente das calçadas.

A circulação por transporte público é muito bem representada pela presença da Linha Verde do metrô, subterrânea longitudinalmente ao eixo da Avenida, e suas três estações. A linha do metrô influencia no acesso à Avenida e a outras partes da cidade, estabelece movimentos e fluxos, além de trazer elementos importantes para a definição do desenho urbano. Quem chega à Paulista de metrô usufrui de um dos sistemas mais eficientes de transporte e ainda é presenteado com a sensação de descortinamento da paisagem e de surpresa, ao sair de qualquer uma das três estações, subir de escada rolante... e aflorar no coração financeiro da cidade. A perspectiva que se tem dessa visão que parte do subsolo e chega até o térreo enfatiza a verticalidade dos edifícios e regularidade da paisagem.

Mesmo no subsolo, as estações apresentam especificidades de desenho em seus interiores, procurando mostrar um pouco do que acontece em cima da terra. Na Estação Trianon-Masp, temos a reprodução de algumas obras do acervo do museu expostas nas paredes posteriores às plataformas. A Estação Consolação diferencia-se com a presença de painéis de mosaicos coloridos.

Apesar de todo o sistema de metrô já ser ótimo em todas as linhas, na Paulista, as estações e os equipamentos recebem desenho especial e acabamentos com materiais ainda mais nobres. As estações contam com vários e diferenciados acessos, que afloram no passeio público de maneiras diferentes, com a presença de elevadores, escadas rolantes ou escadas simples; ora abertos ora protegidos.

Presença marcante na paisagem do pedestre, o metrô configura também o passeio, com cada uma de suas interferências e seus elementos de mobiliário urbano. Todos os acessos às três estações subterrâneas, as grelhas de ventilação e insuflamento de ar, os totens de sinalização, os abrigos... são elementos que identificam a existência do metrô, que tem seu trajeto subterrâneo na Paulista. Esses elementos, além de denunciarem a movimentação subterrânea, funcionam como marcos referenciais no percurso do solo.

Infelizmente, São Paulo ainda conta com um sistema de metrô ínfimo considerada a extensão de seu território, e o transporte coletivo por sistema de ônibus urbano se faz realmente necessário. A Avenida Paulista é toda servida por linhas de ônibus que se originam ou tem seus destinos nas regiões mais remotas. A presença dos ônibus é marcante, em especial em alguns pontos mais movimentados, como a proximidade das estações do metrô, o cruzamento com a Rua da Consolação e a Avenida Rebouças e o cruzamento com a Av. Brigadeiro Luís Antônio. Em determinados horários, a fila de ônibus formada é tão comprida, que pouco se pode ver dos edifícios.

Apesar de ser, certamente, menos qualificada, a circulação do pedestre nos desperta especial interesse neste estudo pois somente do ponto de vista do pedestre podemos entender a relação entre os espaços entre edifícios e urbanos, e suas apropriações. O grande espaço de circulação do pedestre na cidade será sempre o passeio público, portanto, um espaço com grande potencial de protagonista do espaço urbano. Infelizmente, a fragmentação de algumas áreas e a falta de cuidado com espaço da calçada mostram que esses espaços não estão sendo compreendidos como essenciais para o desenrolar da vida urbana. Na Avenida Paulista, o passeio tem largura vantajosa, de 5 metros, que poderia permitir várias atividades, extrapolando a função de simples passagem.

“Em virtude das facilidades concebidas para o automóvel e a circulação de mercadorias que norteiam todo o urbanismo da cidade, o pedestre vê-se mais uma vez diminuído. Em sua aventura pela cidade, diversas razões concorrem para que seja vítima do trânsito.”⁵

Vários elementos interferem na caracterização do passeio público e acabam definindo também a diversidade de usos e apropriações desses espaços como o calçamento, a presença de mobiliário e equipamentos urbano, e outras interferências.

A padronização do calçamento da Avenida tem sido discutida por representantes do poder público municipal, associações de empresas e cidadãos, cada um defendendo seus interesses na busca por uma solução que homogeneíze, regularize e traga qualidades de acessibilidade e estética para a calçada da rua mais famosa da cidade. O problema já teve várias abordagens, que foram desde concursos públicos de idéias até propostas individuais de

⁵ (YÁZIGI, 2000: 282)

fabricantes de blocos de concretos, e espera-se uma definição breve. Ao caminharmos pela Avenida, constatamos o empenho de alguns edifícios em contribuir e manter o calçamento, trazendo-o até para a área dos lotes.

A continuidade do material empregado no piso, da calçada ao lote, também não é uma constante, apesar da importância que adquire quando isso acontece, no Conjunto Nacional, na Fiesp e etc. A continuidade do passeio até a área do lote é um dos elementos mais simples e claros da intenção de ligação entre o espaço público e o privado, amenizando as diferenças entre os dois lados ou apenas aumentando a área de transição entre a cidade e o edifício.

Por outro lado, em alguns pontos da Avenida, é evidente a diferenciação do espaço privado do espaço urbano. A descontinuidade pode ocorrer tanto pela presença de grades de proteção quanto pela diferença de tratamento no piso, e tem razões para existir ou ser evitada. Em geral, a diferenciação do piso denota uma vontade de distinguir o edifício do restante da cidade, conferindo-lhe nobreza, distinção e notabilidade.

O uso do mosaico português no espaço privado dos lotes ocorre algumas vezes, e pode denotar uma intenção do edifício em criar alguma continuidade com o espaço público do passeio ou ter sido adotado quando esse revestimento era considerado luxuoso e ostentava os jardins das mansões, como na Casa das Rosas.⁶

O mosaico português traz alguns inconvenientes maiores que *“só surgiriam mais tarde, quando cidade e cidadão, incapazes de promover a manutenção ou acompanhar os reparos em cima de obras de infra-estrutura nos passeios, resultando num continuum de remendos.”*⁷

Outras interferências que marcam as calçadas da Paulista, trazendo à tona o que acontece no subsolo, são as caixas de concessionárias, tão numerosas e variadas, que em certos pontos tomam conta de toda a largura do passeio, com formatos e tamanhos variados. A interferência das tampas dessas caixas contribui para a irregularidade do pavimento, prejudicada pela falta de manutenção do piso de mosaico português, que, por sua vez, já não é tão regular.

A administração municipal tem mostrado incapacidade de coordenação efetiva na organização da rua e da calçada no que diz respeito às concessionárias dos inúmeros serviços da cidade. A colocação de placas de sinalização urbana, totens de indicações de ruas, luminárias, jardineiras, pontos de ônibus, tampas de concessionárias, grelhas de ventilação, captação de águas pluviais e outros elementos é praticamente aleatória e completamente descentralizada, gerando interferência sobre interferência, aumento do caos, poluição visual e desordem no espaço urbano.

As calçadas da Paulista são, inúmeras vezes, interrompidas para a passagem e o acesso de veículos às garagens dos edifícios. Esses acessos, mesmo feitos em baixa velocidade, e demarcados, transformam o caminhar pela calçada em risco de atropelamento, exigindo atenção do pedestre, que pode ser surpreendido por um carro que repentinamente

⁶ (YÁZIGI, 2000: 136)

⁷ (YÁZIGI, 2000: 136)

sai de uma garagem subterrânea. O acesso aos estacionamentos é inevitável, mas a má sinalização e o corrente desrespeito dos motoristas aos pedestres e às leis de trânsito contribuem para uma situação longe de ideal.

Uma das atividades mais constantes nas calçadas da Avenida, é o comércio ambulante, que se aproveita dos pontos de grande circulação de pedestres para se estabelecer. Apesar de ilegal, é prática corrente em toda a cidade e na Paulista encontra mais uma área urbana com grande circulação de pessoas, de perfis variados, condições ideais para a prática desse tipo de comércio. Essa atividade depende completamente do espaço da calçada e é uma das maiores responsáveis pelo estrangulamento do passeio em regiões de intensa circulação como os acessos ao metrô ou outros pontos importantes.

A presença dos camelôs não é uniforme ao longo da Avenida e também apresenta diferenças entre os dois lados dela, administrados por subprefeituras diferentes. O lado centro tem uma presença muito maior de ambulantes, fato que pode ser relacionado à proximidade das atividades comuns realizadas com mais frequência desse lado, mas também à fiscalização mais branda sob responsabilidade da Subprefeitura Sé. A Organização Paulista Viva, incomodada com essa prática, realizou acordos com a polícia civil e fiscalização a fim de minimizar essa atividade, ao longo de toda a sua área de abrangência.

Nas calçadas, junto aos edifícios ou mesmo sobre as grelhas de ventilação do metrô, são comercializados os mais diferentes produtos, de artesanatos, como acessórios de crochê e tricô, a produtos eletrônicos contrabandeados, CD's e DVD's pirateados. A presença do mercado ambulante também não é uma constante ao longo de toda a Avenida, apresentando clara concentração em alguns pontos específicos, coincidindo com locais de maior circulação de pessoas, obviamente. Vale lembrar que esse tipo de comércio irregular não é exclusivo do espaço público e ocorre também em estabelecimentos comerciais regulares, como o Stand Center ou o Promocenter, duas galerias constantemente alvos de blitz de fiscalização da Receita Federal. Sem entrar na questão da ilegalidade desse tipo de atividade, o conflito e a rivalidade entre os estabelecimentos e ambulantes e entre ambulantes e a fiscalização tumultuam o passeio público diariamente.

“O comércio ambulante, de presença muito antiga em São Paulo, apresenta altos e baixos no disciplinamento, como de resto até hoje em função das administrações: os chamados rapas são repetições históricas que mostram um conflito não resolvido.”⁸

A Feira de Antiguidades é uma atividade regularizada e legal, ocorre somente aos domingos no vão livre do Masp com número de barracas limitado e vendedores cadastrados pela prefeitura, acomodados sob a laje do museu, onde estão protegidos das intempéries. Tal atividade muda completamente a ocupação e o público da Avenida próximo ao Masp, sempre que ocorre. Na calçada defronte o Trianon, outras barracas se instalam com produtos mais simples e baratos, com forte presença de artesanato.

⁸ (YÁZIGI, 2000: 154)

“O mais comum é que esses já sejam proprietários de comércio estabelecido e, aos domingos, exponham uma seleção de produtos em espaços públicos e semipúblicos, como os vão do Masp.”⁹

As bancas de jornal também são um tipo de comércio que se utiliza do espaço público para ocorrer, e na Avenida Paulista, seguindo a ordem geral elas apresentam um altíssimo grau de sofisticação. A diversidade dos produtos vendidos vai muito além dos costumeiros jornais e revistas de maior circulação, oferecendo publicações internacionais do mundo todo, inclusive diárias, livros, filmes, DVD's souvenirs, cartões-postais, guloseimas, bebidas importadas, serviços de xérox etc.¹⁰

Alguns pontos importantes da Avenida são caracterizados pela presença das paradas de ônibus. Os abrigos para os passageiros normalmente são agrupados, concentrando um grande número de pessoas, especialmente nos horários de pico. Apesar dos usuários permanecerem nos abrigos (ou próximos a eles) por um período breve, a rotina dos fluxos e horários mantém constante a animação dessa estrutura. Podemos entender as paradas de ônibus como elementos aglutinadores de pessoas e possíveis pontos de encontros ocasionais. A presença dos abrigos é marcante e seu desenho é extremamente funcional e não favorece a longa permanência ou sua utilização para outros fins daquele rápido recosto. A cobertura não protege nem da chuva nem do sol, e os assentos são extremamente desconfortáveis, impossibilitando que sejam usados pelos moradores de rua, segundo o padrão “anti-mendigo”. De qualquer forma, quer pelo número de abrigos quer pela natureza de seu uso, esses elementos têm papel determinante na caracterização do espaço urbano.

⁹ (YÁZIGI, 2000: 192)

¹⁰ Algumas indústrias se especializam na sua fabricação e têm desenvolvido modelos com aço e piso de granito polido; vitrines de cristal; dispositivos elétricos para iluminação; sistemas de calhas e drenos; sistema de segurança; energia para computadores, máquinas de fotocópia; dispositivos para telefone, etc. (...) o custo da chamada *carcaça*, unicamente, é de 2500 dólares o metro quadrado, ou seja, mais caro que o correspondente de um apartamento nas ruas mais caras de São Paulo.” (YÁZIGI, 2000: 210)

Os Edifícios

A riqueza de atividades e públicos da Avenida Paulista está diretamente relacionada à multiplicidade de configurações espaciais ao longo de sua extensão. Alguns trechos são especialmente caracterizados no que diz respeito à relação entre a cidade e o edifício, ora por uma solução urbana que distingue uma parte do todo, ora pela configuração de seus edifícios e ocupação das quadras. Certos pontos ou trechos nos chamam a atenção e podem ser destacados como exemplos representativos de posturas diferentes.

Situações

Foram selecionados quatro trechos da Paulista, caracterizados ora por uma faixa contígua da Avenida ora por um conjunto de edifícios similares e não necessariamente conjuntos, cujas ocupações de lote, configurações de quadra ou soluções arquitetônicas e espaciais (distinguir) podem ser relacionadas. Faremos agora um passeio pela Avenida, observando aspectos abordados no Capítulo 2 que serão a base de leitura dos espaços e situações ao longo da Avenida. Selecionamos algumas situações como objeto de estudos, para entender qual a relação estabelecida entre aspectos da caracterização espacial e o uso efetivo dos espaços, bem como as atividades neles desenvolvidas. Essas situações estão caracterizadas por graus distintos de delimitação territorial, domínio, relação entre o público e o privado, acessibilidade, recuos, controle, e expressam posturas importantes em relação à cidade.

O primeiro trecho destaca-se pela presença de edifícios que apresentam a possibilidade de ligação da Avenida Paulista com outra rua, perpendicular à ela, estabelecendo pequenos eixos transversais. Por essa característica a Casa das Rosas, a Fiesp, a Fnac/Petrobrás e o Citycorp/Citibank fazem parte desse trecho, apresentando variantes do mesmo partido. Na leitura dos espaços desses edifícios, também será considerada a maneira como configuram o limite com a cidade, na testada do lote, e cada edifício o faz de maneiras mais ou menos integradas, caracterizando um intervalo entre os dois. É ainda incluído nesse trecho o edifício da Gazeta, que chama a atenção por razões opostas: não estabelece ligações com a rua paralela, e ocupa todo o lote até o limite com o passeio.

A segunda situação que encontraremos em nosso passeio, é importante pela articulação entre o edifício e os espaços públicos, realizada de maneira muito interessante e única em toda a cidade. Esse trecho é composto de um único edifício, o Masp, que, em conjunto com o Parque Trianon e o túnel da Avenida 9 de Julho, estabelece um forte eixo transversal à Paulista. Outros eixos de ligação com a cidade poderiam ser destacados, mas esse específico recebeu atenção pela relação estabelecida pelo edifício e a forma como se implanta em um lote tão cheio de especificidades.

Mais a frente, encontramos um conjunto de três quadras que nos chamam a atenção pela percursos de ligação e circulação intraquadra. Os edifícios Conjunto Nacional, Shopping Center 3 e Caixa Econômica Federal, cada qual a sua maneira, estabelecem ligações entre pelo menos três lados das quadras que ocupam. Com funções comerciais, o Conjunto Nacional e o Center 3 possibilitam o passeio por galerias internas aos prédios, mas com posturas claramente distintas em relação à cidade. O partido da Caixa Econômica Federal, apesar de também propiciar a travessia do pedestre, a faz externamente ao edifício, criando uma espécie de praça nas áreas livres do lote.

A quarta e última situação que encontramos é completamente distinta das anteriores e é formada pelos dois extremos opostos da Avenida: o Complexo Viário Vinícius de Moraes e a Praça Oswaldo Cruz. Nesses dois pontos, é a conformação do espaço urbano e suas estruturas viárias que definem a relação com os edifícios, e assim determinam aspectos da ambiência desses trechos. A leitura desse trecho é interessante especialmente por realizar-se na sequência das anteriores, e fecha nosso passeio pela Avenida Paulista.

Eixos Transversais e Intervalos

Começando nosso passeio pela Avenida, a primeira solução de ocupação que caracteriza de modo bastante direto uma relação entre o edifício e a cidade pode ser encontrada em vários pontos ao longo da Avenida e é bastante simples: a permeabilidade no térreo do edifício (de acesso ou visual) e a possibilidade de conexão de dois lados da quadra. Essa ligação ocorre principalmente nos lotes que fazem fundos com a Alameda Santos e assinala pequenos eixos transversais, de grande importância na continuidade dos espaços. Selecionamos a Casa das Rosas e os edifícios da Fiesp, Fnac/Petrobrás e Citycorp/Citibank, localizados do mesmo lado da Avenida, em quadras subseqüentes, como um "trecho" característico da relação edifício/cidade nessa Avenida.

Casa das Rosas

Logo no início da Avenida, temos a Casa das Rosas como um exemplo desse tipo de ocupação. Tomamos a residência, com projeto de Ramos de Azevedo para sua filha, e seu jardim de frente para a Paulista, e o edifício Parque Cultural Paulista, projeto do Escritório Técnico Julio Neves, construído em lote contíguo, junto à Alameda Santos, como um conjunto. A antiga residência agora abriga uma casa de cultura e divide o lote com um edifício corporativo.

Forma

O pavimento térreo das duas edificações é unido por uma área comum e contígua, com tratamento paisagístico cuidadoso, pavimentação dos passeios e sombreamento agradável. Um espaço bastante significativo é o jardim de rosas defronte à Paulista, que além de configurar um afastamento do edifício corporativo da rua, permite um distanciamento maior com relação ao lote vizinho e propicia o passeio descompromissado, na espera dos eventos da casa de cultura e principalmente na hora do almoço e nos fins de tarde. Nos fins de semana, o uso de toda a área livre do térreo é intenso, configurando-o como um espaço de lazer, onde se pode perambular livremente.

O aspecto formal das duas edificações é bem distinto, devido aos momentos históricos em que foram concebidas. A casa hoje abriga funções muito distintas daquela de sua concepção, mas tem seu estilo eclético conservado, e o edifício corporativo traz características modernas que contrastam, porém ressaltam, a estética da construção de Ramos de Azevedo. Apesar da diferença de forma e dimensão, a implantação dos dois volumes no lote é muito simples e parece bem acertada. O volume do edifício faz-se muito presente no conjunto, enquanto a pequena casa estabelece a relação de escala próxima ao usuário.

Circulação e Hierarquia

A circulação no térreo, entre os edifícios e por dentro deles, é geralmente intensa, favorecida pelo público constante nas atividades do edifício e na casa de cultura e, principalmente, pela possibilidade de circulação pela quadra e acesso à Alameda Santos. A conexão entre as duas ruas faz-se importante e especialmente agradável, sombreada, protegida e distante do movimento intenso de carros das ruas circundantes.

O afastamento do edifício novo, e sua fachada homogênea de vidro reflexivo emolduram a casa e seu jardim, destacando-os, garantindo-lhes visibilidade. A legibilidade do conjunto, bem como da hierarquia de seus espaços, é bem clara. Podemos reconhecer áreas com tratamentos variados que, mesmo contínuas, propiciam usos diferenciados. A proximidade com a casa, com o edifício, com o jardim ou com o portão de entrada define regiões que se organizam hierarquicamente. Essa hierarquia e a legibilidade dessas regiões com usos e públicos subjetivamente definidos dão ao visitante o entendimento das relações que pode estabelecer com o espaço, tornando-o apropriável.

A proximidade com a rua e o portão de entrada define uma primeira região obviamente de maior domínio público. Os portões constantemente abertos, a ausência de guaritas e seguranças e a exibição constante da programação cultural com eventos normalmente gratuitos são um convite à entrada.

A marcação do caminho pavimentado leva o visitante diretamente ao edifício ao fundo do lote, subdividindo o espaço do térreo em duas grandes áreas: à direita, o espaço do jardim de rosas (onde as pessoas passeiam tranquilamente); à esquerda, o espaço da casa de cultura, onde se formam pequenos agrupamentos em função das atividades e dos horários.

No fundo do lote, junto ao edifício, percebemos a configuração de uma quarta região, mais ligada aos serviços e às atividades ali desenvolvidos. Lateralmente a esse espaço, o painel em baixo-relevo e o paisagismo estabelecem a continuidade dos espaços ao redor do edifício, convidando o visitante a contorná-lo e, então, perceber a ligação que o lote estabelece com a Alameda Santos.

A formação dessas pequenas áreas de limites não muito rígidos revela a sutileza da estrutura de gradação de domínio dos espaços do lote. Dentro do lote, a passagem de um grau de domínio mais público, para áreas mais privativas do interior do edifício é tão gradual que se percebe as diferenças entre uma área e outra sem a demarcação de seus limites e com o uso de poucas barreiras.

O acesso ao interior do edifício é controlado no térreo envidraçado, onde estão os elevadores. Na casa de cultura, o primeiro espaço interno é também uma pequena recepção onde se pode obter informações sobre os eventos em andamento. Esses dois espaços de recepção representam mais uma camada hierárquica no domínio dos espaços. A partir desse ponto, acessam-se as instâncias de maior domínio primado, diminuindo o grau de coletividade dos espaços anteriores.

Limite e Intervalo

A presença do gradil no alinhamento ressalta a divisão entre os espaços público da rua e privado do lote, garante o fechamento durante a noite e, de certo modo, a segurança do conjunto. Devido ao espaçamento entre as barras de ferro, a continuidade visual do jardim com a rua permite a ligação desses dois espaços tão diferentes, oferecendo um ambiente muito mais tranquilo e acolhedor, sem perder a proximidade com a velocidade e o movimento da Avenida. Esse espaço intermediário ao mesmo tempo une e separa o espaço dos edifícios do espaço urbano, e lá sentimo-nos presentes nessas duas instâncias, simultaneamente. A relação contrária também é favorecida; para as pessoas que transitam pela Avenida, a presença do jardim, ainda que por mera observação, representa uma pequena pausa, um intervalo entre construções preenchido pelo verde, uma mudança de ritmo bem agradável.

Gestão e Controle

As funções culturais bem como a importância histórica de sua arquitetura e jardim contribuem muito para a apropriação de seus espaços pelos usuários e dependem da presença de público para se justificar. Com eventos e programação voltados ao público, a casa de cultura esta constantemente aberta e interessada em abrir-se para visitação.

O controle de acesso é feito somente na passagem para os espaços interiores, de maneira muito sutil por um recepcionista que desempenha a mesma função em eventos com cobrança de entrada. O edifício corporativo também realiza o controle somente no acesso aos elevadores, também com um espaço de recepção e a presença de um segurança. A administração do conjunto incentiva a circulação de pedestres e o uso desses espaços.

Essa mesma possibilidade de acesso a rua de trás, configurando esse passeio intra quadra, pode ser observada em outros edifícios da Avenida, como o CYK/Fnac, o Citycorp/Citibank, ou a Fiesp. Cada um deles apresenta alguns contrastes, frequências de usos e públicos diferentes, limitados ou incentivados, muitas vezes, por características arquitetônicas que vão desde o emprego de materiais nobres ou comuns, a marcação sutil ou declarada de limites e fronteiras, a presença de estruturas de segurança, até a pela gestão do edifício.

CYK/Fnac

No caso da Fnac/Petrobrás, o acesso à rua do outro lado do quarteirão é bem mais restrito e controlado que na Casa das Rosas.

Forma

O edifício principal, projetado por Carlos Villar, é implantado com um grande recuo frontal, de forma que se possa apreender sua volumetria como um todo. O grande volume prismático marca sua fachada principal com uma inflexão em linha reta que reflete, em cada uma de suas faces, a imagem de um ângulo diferente do outro lado da Avenida.

A estética do edifício e do conjunto é padrão dos novos edifícios corporativos, pretendendo-se impessoal, distante, nobre e inacessível. A dureza e frieza dos materiais e formas transmitem elegância e a imagem da padronização corporativa. Características semelhantes são apresentadas por outros edifícios corporativos da Avenida mas, como vimos no exemplo anterior e como veremos mais adiante (no caso da Caixa Econômica Federal), podem apresentar ambiências muito distintas. A distância do alinhamento, a escala e a ausência de mobiliário ou elementos na escala humana fortalecem esse distanciamento e a impessoalidade do conjunto, tornando a apropriação do espaço praticamente nula pelos usuários da cidade.

Circulação e Hierarquia

O acesso ao interior do edifício é objetivamente marcado pela presença de uma única porta principal, camuflada no plano homogêneo de vidro. O espaço do lote restante da implantação do volume não oferece nenhum atrativo ao pedestre ou mesmo ao usuário do edifício.

A passagem para a Alameda Santos ocorre exclusivamente pelo interior da loja, de maneira que é necessário percorrer todo um percurso previamente determinado pelo marketing da rede multinacional. O acesso à loja pela Paulista pode ser feito por duas aberturas pontuais estreitas na fachada da Avenida. A partir da calçada não é possível ver o interior da loja, que se desenvolve um nível abaixo e é acessada por escadas rolantes. É difícil notar essa entrada da loja, que se pronuncia de forma bem discreta, sinalizada apenas por um totem com o logotipo da loja. Apesar de ser muito agradável para os consumidores e frequentadores da loja, o acesso não é convidativo para outros públicos, que podem sentir-se intimidados pelo luxo do carpete, pela iluminação diferenciada e a presença de seguranças.

Como a relação de acesso é configurada exclusivamente pelo interior de uma única loja, com um público bastante seletivo, e a ligação entre os dois lados da quadra não ocorre de forma tão efetiva. A relação que o edifício e seus espaços internos estabelecem com a cidade, tanto arquitetônica quanto funcional, é de completa separação do ambiente externo urbano. A possibilidade de atravessar a quadra pelo interior do prédio, apesar de uma possibilidade interessante de ligação urbana, ocorre por dentro da loja e é dificilmente notada e, portanto, pouco utilizada, reduzindo sua importância em relação a outros locais em que essa conexão se efetiva de forma mais completa.

Limite e Intervalo

O volume de vidro parece ter sido pousado sobre o plano livre e vazio do térreo, criando apenas dois espaços: o interior do edifício e o exterior restante. Não há marcações de espaços intermediários, e o espaço vazio entre o edifício e o passeio público, de piso homogêneo e diferenciado, não propicia a permanência de pessoas e raramente abriga algum uso além da circulação direta dos usuários do edifício. Sua função resume-se a um espaço livre e plano para apreciação da arquitetura e distanciamento com relação à cidade.

O espaço intermediário entre o interior da loja e a calçada é restrito a essa área de escada. A loja costuma realizar a venda de ingressos para eventos culturais e shows de grandes públicos, ocasiões em que os clientes costumam enfileirar-se desde o interior da loja, subindo a escada, até ocupar uma faixa extensa na calçada, dividindo o espaço com o fluxo de pessoas da rua.

A contenção do espaço e as soluções arquitetônicas apontadas refletem, nesse caso a gestão e administração do edifício. Podemos perceber claramente o controle que é exercido sobre os espaços, seus usos e, principalmente sobre seus usuários. A austeridade do conjunto é refletida no comportamento de seus usuários fortalecendo a imagem corporativa. O desenho dos espaços da loja favorece a sensação de confinamento de um espaço feito exclusivamente para incentivar o consumo. Aos moldes dos shopping centers e grandes hipermercados, a iluminação e ventilação artificiais são pensadas com o propósito de manter o consumidor o maior tempo possível dentro da loja, comprando ou criando o desejo de comprar. Assim, qualquer relação visual mais direta com o espaço urbano poderia transportá-lo do mundo imaginário do consumo para a realidade do mundo para além da loja, fazendo-o perceber a passagem do tempo, por exemplo. No interior da loja, seguranças e câmeras impõem o controle sobre o comportamento dos consumidores.

Fiesp

Já no edifício da Fiesp, um pouco mais a frente no nosso percurso, a permeabilidade visual e a ligação com o outro lado da quadra são bem mais claras. O acesso ao outro lado da quadra não é direto, devido inclusive à grande diferença de nível entre as ruas nesse ponto, apesar de possível para os usuários do edifícios. A relação visual estabelecida com a Alameda Santos é bem mais ressaltada e evidente que a possibilidade de percorrê-la. A ligação efetiva da Avenida Paulista com essa rua ocorre principalmente pela rampa de acesso de veículos, que leva também às garagens subterrâneas; e, de forma secundária, por uma escada lateral para pedestres, bem pouco articulada e de pouca visibilidade.

Forma

O edifício, com projeto original de Rino Levi, na década de 1970, teve o térreo, subsolo e mezanino reformados com projeto de Paulo Mendes da Rocha vinte anos depois de sua concepção. A intervenção apresenta linguagem bastante distinta da existente e coloca-se com muita sutileza e elegância, caracterizando bem os dois momentos da arquitetura do edifício. As funções desses primeiros pavimentos do edifício são de caráter prioritariamente cultural e coletivo com teatro, biblioteca pública, sala de exposições - atividades que certamente contribuem para o intenso uso e a apropriação desses espaços.

Circulação e Hierarquia

Devido à sua localização, defronte o acesso da estação do metrô, a continuidade da Alameda Santos com a Paulista pode ser “prolongada” até o outro lado da Avenida, passando por debaixo dela. Essa ligação pode ser bem interessante para o pedestre, que fica protegido do tempo e do trânsito, além de ter a possibilidade de atravessar em linha reta da Alameda Santos até a São Carlos do Pinhal.

O espaço do térreo e de ligação com o subsolo e teatro apresentam algumas áreas com diferenciações de uso claramente marcadas, organizadas segundo uma hierarquia facilmente identificável. Primeiramente, uma área mais publicizada é definida sob o balanço, na faixa mais próxima à rua. Avançando em direção ao interior do lote, encontramos, ainda contínua a calçada, uma área que mantém um caráter publicizado, porém utilizada principalmente pelas pessoas ligadas às atividades do edifício. A região aberta no nível inferior define então uma região onde concentra-se o público que aguarda atividades da galeria. Na passarela, meio nível acima, um outro público, restrito e ligado tanto às atividades dos andares superiores do prédio quanto à galeria superior.

A definição dessas regiões com características específicas torna a apropriação de cada uma delas bem facilitada. A partir dessa estruturação espacial são criadas possibilidades de encontros e as pessoas agrupam-se naturalmente. É comum observarmos todos os espaços livres ocupados simultaneamente por pequenos grupos. Essa presença expressiva de pessoas, por si, funciona como um atrativo ao habitante da cidade que sente-se a vontade para percorrer os espaços do edifícios livremente.

Intervalo

Chama-nos a atenção neste estudo o espaço dedicado ao alargamento do passeio público junto ao limite frontal do lote. Nesse trecho, a generosidade dos 20 metros de largura dedicados ao passeio, com o mesmo tipo de piso, inclusive, caracteriza a condição de integração entre o edifício e o espaço urbano que é refletida em outras soluções projetuais. Coberto pelo balanço da estrutura, esse espaço de transição e acolhida dá boas-vindas ao público e funciona como um espaço de desaceleração para o ritmo corrido com que as pessoas costumam circular nesse trecho. Nessa faixa específica, o limite entre o espaço público urbano e o espaço privado do lote é borrado, caracterizando uma área que torna-se parte dos dois lados e é tão importante para um lado quanto para o outro.

Em frente ao edifício, localiza-se um acesso importante da Estação Trianon-Masp do metrô, que agrega muitas atividades ao espaço coberto que o edifício oferece, tornando-o recorrente espaço de espera e encontro. A caracterização do espaço construído e a conseqüente mescla de públicos nesse espaço são benéficas para ambos os lados, oferecendo conforto aos usuários do equipamento urbano, trazendo público para os eventos culturais do edifício e conferindo vitalidade a esse trecho especialmente caracterizado da Avenida. Para a calçada, funciona como uma câmara que regula o ritmo e possibilita encontros próximos ao acesso do metrô. Além disso, garante o alargamento a uma área que seria estrangulada pela presença do pequeno volume que marca o acesso ao metrô.

Para o edifício, funciona como um foyer, uma recepção distanciada e contínua ao espaço da rua. A cobertura desse espaço pelo balanço garante conforto tanto aos transeuntes, usuários do metrô quanto aos usuários do edifício.

Esse alargamento da calçada termina em um vazio resultante de um corte na laje do térreo, que confere visibilidade à caixa envidraçada que contém a biblioteca e salas de exposições. Nesse ponto, deve-se escolher entre descer ou subir as escadas metálicas, para acessar um desses dois níveis. O lance de subida dá acesso também a uma passarela metálica de largura considerável, que leva diretamente ao fundo do lote, sobre o teto do teatro, passando pela entrada da biblioteca e hall de elevadores. O teto do teatro já é um evento em si com a caracterização dada pelo projeto de Burle Marx, que justifica o caminhar sobre a passarela. A largura da passarela também tem sua importância na medida em que possibilita, além da circulação, usos como exposições e outras atividades que ali se desenvolvem e podem ser diretamente observados desde a calçada.

Controle e Gestão

A relação direta e contínua da rua com o espaço do edifício tem sofrido algumas alterações, principalmente devido à recente colocação do gradil de fechamento, alinhado à face externa nos pilares. Apesar do desenho leve e adequado às referências estéticas do edifício, a proximidade das atividades do edifício com a rua, mesmo que visual, tem deixado de ocorrer. O gradil não está colocado sobre a linha da divisa frontal do lote e deixa para o lado de fora o balanço da estrutura de concreto, que se comporta como uma marquise sobre o passeio. Na tentativa provável de proteger o edifício, o gradil o destitui de sua principal qualidade ao nível térreo: a continuidade de seus espaços. O gradil branco tem uma presença marcante na fachada do edifício, mesmo quando aberto e recostado nos pilares, onde é fixado.

Quando fechado, o gradil quebra a leitura desse espaço enquanto soleira (como sugerido por Hertzberger), enquanto área de transição entre os espaços do edifício e da cidade, transformando-o numa linha bem demarcada, um limite claro, fazendo transparecer o controle do espaço e as diferenças entre o espaço da cidade e o espaço do edifício. A área que fica para o lado de fora era costumeiramente ocupada pelo público do centro cultural, à espera do teatro ou na fila para a sala de exposição, como um grande foyer contínuo ao passeio público, caracterizando-o também como parte dele; agora os usos ficaram nitidamente divididos.

Dois quarteirões adiante, a possibilidade de ligação entre as duas ruas paralelas pode ser observada no edifício do Citycorp/Citibank. A torre esguia de granito e vidro azul, de estética “corporativa”, pretende impor-se na paisagem e causou impacto não só na Avenida, mas na cena da arquitetura Paulistana, à época de sua construção, principalmente devido a seu aspecto formal.

Forma e entorno

O edifício envidraçado é mais um exemplo de estética corporativa. A implantação do volume isolado no lote, mais recuado em relação ao alinhamento e à divisa esquerda, favorece a visão do volume e de toda a fachada, mesmo do passeio. O desnível entre a Avenida Paulista e a Alameda Santos é bem acentuado nesse ponto, e o partido do projeto procura estabelecer uma conexão entre as duas ruas paralelas, aproveitando-se dele.

Circulação e Hierarquia

O percurso desde o espaço da rua até o interior do edifício estabelece uma gradação de domínios deixando bem claro que quanto mais nos aproximamos do hall de acesso, mais longe ficamos do espaço público e, portanto, nos sentimos menos inclinados a destinar certos usos a esse espaço. No hall do nível inferior, há uma pequena galeria de arte com exposições normalmente gratuitas, patrocinadas pelo banco. A galeria também pode ser acessada internamente pelos elevadores do edifício e, através desta, pode-se ainda acessar o jardim coberto defronte à Alameda Santos. O jardim oferece somente acesso visual para a alameda.

Há mais duas possibilidades de acesso ao edifício, que apresentam desenhos diferentes e conseqüentes distinções numa hierarquia de acessos. O acesso principal ao corpo do edifício ocorre por uma passarela descoberta que inicia-se no alinhamento, no mesmo nível do passeio, e leva diretamente ao interior do prédio, onde chega-se ao controle de acesso da agência bancária. Paralelamente, um corredor coberto e envidraçado dá acesso às escadas rolantes e elevadores, de forma um pouco mais protegida e, de certo modo, intimidante. Uma terceira possibilidade de acesso ocorre recuada com relação à rua e em um nível inferior ao da calçada, configurada por uma escadaria semicircular, com pé direito alto.

Limite

Do recuo frontal, nasce uma área de acesso que se desenvolve em patamares e a presença de alguns elementos paisagísticos procura amenizar esse desnível. O primeiro patamar, ao nível do passeio, é bem estreito, e suas dimensões e forma favorecem somente a estrita circulação. A partir dele, uma sucessão de degraus já marca a diferença entre o espaço da cidade e o espaço do edifício. Nesse espaço, normalmente há um totem de comunicação visual dos eventos que ocorrem no edifício.

Controle e Gestão

Todos esse percursos, os espaços internos e externos, são completamente controlado pelo olhar atento e a presença ostensiva dos seguranças. No jardim frontal, com suas floreiras e fontes d'água, não é permitido sentar-se, tocar a água ou fotografar, mesmo que o desenho desses elementos favoreçam esse tipo de apropriação. Nos fins de semana e feriados, o limite do lote, além de demarcado pela mudança de piso, é reforçado pela presença de um gradil removível que deixa aberto um espaço mínimo suficiente para a entrada restrita dos poucos visitantes do espaço de exposições, também controlado por um segurança.

Nesse exemplo vemos o quão importante a variante da gestão pode ser para a apropriação do espaço. As atividades realizadas no interior não dependem da presença ou acesso de público, como ocorrem em exemplos mencionados anteriormente. A pequena galeria e as exposições que comporta, nesse sentido, parecem servir mais como um reforço ao marketing da corporação que um atrativo ao público. Assim, podemos perceber que algumas possibilidades de maior integração edifício/cidade estão colocadas, porém são limitadas pelos interesses dos gestores do edifício. Alguns aspectos da arquitetura, especialmente no espaço frontal, oferecem possibilidades de usos e apropriação diversas, que são inibidas pelo controle do espaço.

A leitura paralela desses quatro edifícios evidencia semelhanças e algumas distinções entre eles. A possibilidade de transpasse de um lado a outro da quadra por dentro do lote ou do edifício, apesar de recorrente, apresenta distintos graus de permeabilidade. A permeabilidade do acesso em cada um dos edifícios estudados é percebida de maneira diferente pelo usuário, influenciado pela conformação arquitetônica e espacial do térreo, assim como pela evidência do controle e gestão dos espaços.

Nesses exemplos, distintos graus de continuidade com o espaço urbano correspondem ao grau de apropriação do espaço intermediário entre a arquitetura e o espaço urbano. Assim temos a Casa das Rosas e a Fiesp apresentando uma maior integração, com espaços convidativos ao usuário da cidade. Estabelecendo a ligação entre a Avenida Paulista e a Alameda Santos de maneira mais controlada e restritiva, temos o CYK/Fnac e o Citycorp/Citibank.

O convite ao uso e à apropriação do espaço pode também ocorrer por outras qualidades do espaço, além da marcação da continuidade. Em um viés contrário, a delimitação nítida do limite do lote pode também ser interpretada de maneira positiva e igualmente convidativa. Essa possibilidade pode ser observada na escadaria do Edifício da Gazeta, do outro lado da Avenida.

Forma e limite

Chegamos então ao último edifício desse primeiro trecho estudado. Em seu aspecto formal, com sua extensa fachada envidraçada e um grande painel de concreto em baixo relevo, o edifício apresenta uma estética moderna bem marcante. Ocupa todo o lote, até o alinhamento frontal, em toda sua extensão, com três variações: o painel cego de concreto em baixo relevo, que se abre para o pedestre numa vitrine do restaurante, a escadaria coberta que quase invade o passeio, indo até o limite do lote, e o pequeno intervalo de acesso, coberto. A propriedade privada é muito bem demarcada e ressaltada, até pela maneira incisiva com que o edifício se coloca frente ao espaço urbano. Apesar dessa demarcação clara, e provavelmente por causa dela, o domínio do espaço é bem coletivizado, com uma apropriação muito grande não só pelos usuários do edifício, como pelos cidadãos que passam por ali. Não há dúvidas de que o espaço da escada pertença mesmo ao edifício, mas ele é tão generoso e está localizado tão junto ao espaço público da calçada, que parece fazer parte dele.

A escada configura exatamente o limite entre o edifício e a cidade, transformando-a em um elemento que pode ser entendido como parte integrante tanto de um lado quanto do outro. O desenho da escada e sua largura generosa propiciam seu uso com atividades muito além da simples passagem e do acesso ao edifício, integrando os espaços do edifício e da cidade, ao mesmo tempo em que desenha o limite do lote e configura a fronteira entre essas duas instâncias tão distintas.

Circulação e Hierarquia

Favorecido pelas atividades de escola, faculdade e também atividades culturais, o fluxo de estudantes o dia todo é compartilhado pelas pessoas que trabalham na Gazeta e complementado pelo público do cinema e teatro, intenso especialmente nos fins de semana.

O desenho dos largos degraus funciona não só como acesso ao nível de acesso ao edifício (2,30 m mais alto que o passeio), mas também como assento, recosto e ponto de encontro. É comum observarmos executivos lendo o jornal da manhã, jovens estudando ou pequenas reuniões de colegas. A escadaria justaposta ao passeio oferece ao público possibilidades de usos diversos e integrados. Além de vencer o desnível, os degraus oferecem a possibilidade de assento, tão escassa na cidade. A atividade e o uso desse espaço, não só pelos frequentadores do edifício, mas pelos cidadãos, propiciados pela arquitetura e incentivados pela gestão, fazem dele um ponto de encontro dos mais significativos da Avenida.

Podemos dizer que esse elemento arquitetônico tão simples - a escada - transforma o limite do lote em um intervalo, um espaço com características próprias e muito disponível para o usuário da cidade. A apropriação do público advém, nesse caso, da distinção e clareza com que é oferecido tão diretamente ao público.

A inclusão do edifício da Gazeta em um grupo cuja característica comum mais óbvia é a presença de eixos transversais de ligação foi proposital apesar de não compartilhar esse aspecto. Outra qualidade apontada em tal grupo foi na caracterização do limite do lote junto à rua como um intervalo, um espaço intermediário entre o edifício e o espaço urbano e, novamente, o edifício da Gazeta se diferencia. Nosso intuito foi mapear diferentes possibilidades de conformação da relação edifício/cidade. Assim, nesse trecho, encontramos soluções diversas que estabelecem essa ligação de forma gradual ou abrupta, mas não menos qualificada, como é o caso da Gazeta, que fecha esse primeiro grupo de edifícios estudados.

A reunião desses edifícios em um único trecho ressalta como a possibilidade de ligação entre dois lados da quadra pode ser explorada de maneiras distintas através de soluções espaciais que influenciam na percepção e uso dos espaços não só do edifício como também urbanos.

Os quatro edifícios apresentam posturas diferentes de seus arquitetos pelas soluções arquitetônicas mas também de seus administradores, pela gestão desses espaços. Podemos, sob esse aspecto, organizá-los do mais integrado ao espaço público da cidade ao mais controlado e apartado em sua relação com o urbano.

Apesar de ser o único que não estabelece ligação entre os dois lados, ousou colocar o edifício da Gazeta à frente porque através da marcação clara do limite do lote, ele configura um espaço intermediário. Potencializado obviamente pela gestão do edifício que, apesar de manter o cuidado com o prédio, incentiva e respeita o uso desse espaço pelos cidadãos. Nesse grupo, a Gazeta é o caso em que a arquitetura e gestão apresentam posturas mais semelhantes. O edifício da Fiesp talvez possa ser apontado como um dos que mais possibilidades apresentaria, aliando a função cultural aberta ao público, à postura dos arquitetos envolvidos em sua conformação, mas a recente colocação do gradil mostra que a gestão do edifício tem preocupações distintas.

O CYK/Fnac, poderia também ser apontado como um caso em que a função, as soluções espaciais e a gestão do edifício apresentam a mesma postura com relação à possibilidade de passagem e apropriação de seus espaços pelos usuários da cidade. Nesse caso, os três aspectos trabalham juntos para direcionar o uso dos espaços da loja somente ao público que lhes interessa, pessoas com perfil de potenciais consumidores.

Ambos, a Casa das Rosas e o Citicorp/Citibank dividem o lote entre as funções cultural e corporativa, mas o fazem de forma bastante distinta, influenciados também pela gestão de seus espaços. Primeiramente podemos dizer que a Casa das Rosas tem uma função cultural muito mais ampla, que já lhe confere um domínio mais publicizado. A arquitetura dos espaços livres dos dois edifícios também demonstra uma abertura maior do primeiro conjunto à cidade, reforçada pela possibilidade de passagem do pedestre, tão claramente estabelecido. Finalmente, o aspecto que mais diferencia esses dois exemplos é a gestão do edifício e o controle de seus espaços, muito mais ostensiva no caso do Citicorp/ Citibank.

Articulação dos Espaços Públicos

Todas as situações citadas anteriormente configuram aspectos importantes da relação edifício/espço urbano, e algumas dessas relações são tão recorrentes que podem ser vistas por toda a cidade. Mas há casos especiais em que a arquitetura, a forma e a configuração do espaço são tão características e radicalmente relacionadas ao espaço urbano, que provam definitivamente que ele e a arquitetura dos edifícios que o conforma podem ser indissociáveis. Um dos maiores e talvez mais emblemáticos exemplos de edifícios com essas qualidades seja o Masp, defronte ao Parque Trianon, sobre o túnel da Avenida 9 de Julho.

Nessa situação, o edifício reforça um eixo transversal de ligação da avenida com o tecido urbano muito importante. Implantado em um lote com uma localização muito específica, exatamente nesse cruzamento, o edifício do museu tem a propriedade de articular os espaços públicos da Avenida, a paisagem da cidade, e a área verde do Parque Trianon.

Masp / Trianon

Forma

O primeiro aspecto que chama a atenção no edifício projetado pela arquiteta Lina Bo Bardi, em 1957, é certamente seu partido formal. A forma determina todas as relações com a paisagem, o espaço urbano e as necessidades programáticas do museu. A elevação da grande caixa do museu e a liberação do térreo garantem permeabilidade total do espaço urbano por debaixo do edifício, permitindo livre acesso a todo o térreo e ligando visualmente a Avenida Paulista à 9 de Julho, que naquele ponto passa por um túnel. Nesse mesmo gesto, e com a presença dos quatro grandes pilares, o edifício enquadra a paisagem do centro da cidade e oferece uma grande esplanada/mirante. A apreensão do espaço da cidade desse ponto tão favorecido é irrestrita.

A liberação do térreo, em todos os sentidos, decorre da vontade da arquiteta em manter a principal característica desse espaço e seu uso anterior: o Belvedere Trianon. Espaço privilegiado de encontro dos antigos moradores da Avenida, ele permanece na memória paulistana como um mirante de onde se pode contemplar a paisagem do centro da cidade. O antigo Belvedere, projeto do arquiteto Ramos de Azevedo, era a grande sede social da elite paulistana e constituía-se por um salão de bailes, restaurante, confeitaria e terraço, além do mirante.

“O famoso vão do masp não foi uma excentricidade, o que em linguagem popular se poderia chamar uma ‘frescura arquitetônica’. É que aquele terreno, onde estava o antigo Belvedere do Trianon, foi doado por uma família de São Paulo que impôs como condição a manutenção daquela vista, que deveria ficar para sempre na história da cidade.”¹

A demolição do antigo Belvedere culmina com a transformação pela qual a Avenida estava passando.

“Se o projeto do Conjunto Nacional inaugura uma nova fase da Avenida, a demolição do Belvedere do Trianon em 1950 encerra a anterior. Este espaço público havia sido desde sua inauguração, em 1911, lugar privilegiado para os encontros da elite Paulistana. Sua decadência e abandono acontecem paralelamente ao início da verticalização da Paulista nos anos 40 e com a saída de seus moradores tradicionais.”²

O projeto de Lina Bo Bardi marca um momento importante da história da Avenida, como era a intenção da arquiteta. O projeto de um museu para o povo proporciona e dá lugar a outros públicos na Paulista, bastante diversos dos moradores dos antigos casarões.

“procurei uma arquitetura simples, uma arquitetura que pudesse comunicar de imediato aquilo que, no passado, se chamou ‘monumental’, isto é, o sentido de ‘coletivo’, da ‘Dignidade Cívica’.”³

¹ (FERRAZ, 1997)

² (URSINI, 2004: 65)

³ (FERRAZ, 1997)

O edifício se desenvolve tanto abaixo quanto acima do nível da rua, liberando-o por completo. Nesse nível, toda a área do lote é acessível, parcialmente coberto pelo volume do museu, com um pé direito bastante generoso. A área coberta permite aos pedestres o conforto do passeio abrigado, uma distância maior do movimento dos carros e a vista descortinada da cidade. A generosidade de suas dimensões, sua localização e belíssima forma ainda constroem um espaço sem precedentes para eventos culturais, manifestações políticas, feiras, shows e outras atividades⁴. O material do piso remete às ruas da cidade, reforçando sua vontade de ser reconhecido pelo público como uma extensão do espaço urbano. A função cultural do edifício possibilita a abertura de seus espaços à cidade, ao mesmo tempo em que é incrementada por ela.

Circulação e Hierarquia

Apesar de podermos considerar todo o térreo como um espaço único e contínuo ao urbano, podemos também identificar que a variação das qualidades do espaço define algumas regiões com características próprias. Ainda no espaço público, a primeira faixa é a calçada, com o mesmo material e largura que apresenta em toda a Avenida. Imediatamente paralela, identificamos uma outra faixa que é praticamente um alargamento do passeio, na projeção do volume do museu. Não há uma linha tão clara de delimitação, mas o passeio coberto é conformado pelo percurso linear das pessoas que utilizam esse trecho apenas como passagem. A largura da faixa é definida e limitada naturalmente pela objetividade dos transeuntes, pela disposição dessas pessoas em realizar um pequeno desvio de suas rotas para aproveitar o conforto da cobertura.

O vão do museu faz às vezes de uma grande praça criada no térreo da Avenida e compõe-se de dois espaços bem diferenciados, mas completamente integrados: um coberto pela laje e outro descoberto. Coberto/aberto, edificado/não edificado, claro/escuro, sombreado/ensolarado. Essa dicotomia permite o desenvolvimento das mais diversas atividades, caracterizando a “praça” como um dos mais importantes espaços de uso público de São Paulo, apesar de situar-se em terreno privado, de propriedade do museu.

O espaço coberto ainda apresenta uma área específica junto à escada de acesso, atualmente delimitada por planos de vidro, onde se formam filas e pequenas aglomerações decorrentes da atividade do museu. O espaço descoberto, por sua vez, pode ser entendido como um grande espaço com pequenas áreas de estar formadas pelos bancos no contorno da laje.

⁴ São permitidas somente atividades de pequenas proporções ou que ocupam apenas parte da área da laje.

De um lado, a continuidade visual com o centro da cidade e, do outro, a continuidade com o Parque Trianon, o maior espaço público da Avenida e uma das maiores áreas verdes do tecido urbano. Visto a partir do parque, o vão do museu mais parece uma janela através da qual podemos apreciar a cidade. Projetado pelo paisagista francês Paul Villon em 1892, o parque, inicialmente privado, mudou várias vezes de nome e sofreu algumas alterações ao longo do tempo, inclusive com a construção do Belvedere de Ramos de Azevedo na área em frente.

O projeto inicial da Avenida já previa uma área coberta de mata, que deveria ser reservada para a constituição de um parque e uma área de recreação. Tal determinação espelhava a intenção da iniciativa privada de implantação de uma Avenida aos moldes europeus e americanos. O parque serviria como elemento de valorização do aprazível e saudável bairro residencial que então nascia, em local tão privilegiado: alto, verdejante, ventilado. O parque teve sua propriedade privada mantida até 1911, quando foi comprado pela prefeitura, juntamente com o terreno em frente, passando ao poder público.

A complementaridade do espaço do parque com o museu marca um eixo de espaços públicos muito importante, transversalmente à Paulista, amarrando-a à cidade e ao tecido urbano. Essa continuidade prolonga-se na ligação viária da Avenida 9 de julho, na conexão visual com o centro; e para o outro lado, liga-se aos Jardins pela praça Alexandre de Gusmão. O museu e o parque têm uma relação intrínseca que fortalece ambos os lados e dá a esse trecho da Avenida um caráter público sem equivalentes.

“Quer nos aproximemos dele por baixo ou pela Paulista – ao vê-lo de longe, como um núcleo situado sobre o túnel, naquele espaço enorme, ou ao vê-lo enquanto passamos por perto, abrindo-se para o mesmo espaço desde o alto, o Masp não é apenas mais um outro belo edifício, mas um fenômeno.”⁵

⁵ (FERRAZ, 1997)

Limite

O passeio público nesse trecho apresenta-se mais largo de ambos os lados, o que permite a extensão de uso de um lado da rua ao outro. O exemplo mais imediato dessa ligação é a utilização do passeio em frente ao parque pela feira de artesanato contígua à feira de antiguidades realizada no vão do museu. Defronte à entrada do parque, há uma sequência de pontos de ônibus de onde pode-se apreciar uma das mais belas vistas da cidade, enquadrada pelo edifício de Lina Bo Bardi. A aglomeração de pessoas nessa calçada também traz vitalidade à entrada do parque.

O Trianon guarda a memória do patrimônio natural do sítio histórico como um fragmento da cobertura vegetal primitiva. Assim que nos aproximamos da entrada, somos atraídos para um espaço que, além da massa vegetal exuberante, oferece locais muito tranquilos para descanso ou brincadeiras. O parque apresenta bom estado de manutenção e seu mobiliário de apoio é bem conservado. Mesmo durante a semana e nos mais diversos horários, o uso do Parque é intenso e abrange vários perfis de público, configurando-se como o maior e mais significativo espaço de lazer da Avenida.

Não podemos nos esquecer que o Trianon é a maior área pública da Avenida mas, como todos os outros parques da cidade, ele é cercado, tem acesso controlado e horários específicos de funcionamento. Esse paradoxo é frequentemente justificado pela administração por uma postura de segurança preventiva e em prol da manutenção do Parque. De qualquer forma, podemos notar que a área pública tem acesso controlado, limitado à somente uma entrada na Avenida.

Com a verticalização da Avenida 9 de Julho, a paisagem mudou bastante, e não se pode mais ver tanto do centro da cidade, entretanto a paisagem continua interessante e permite a apreensão da geografia urbana, tão importante na caracterização da própria Avenida.

Controle e gestão

O acesso às dependências do museu ocorria, anteriormente, também de forma mais contínua. A administração do museu tem recorrido a alguns instrumentos de controle que, apesar de sutis e quase transparentes (literalmente), redefinem o caráter aberto e acessível de outrora.

Algumas medidas de segurança foram tomadas também com relação ao uso do espaço térreo do museu. Sua utilização como praça cívica, local de grandes reuniões populares e manifestações de todas as ordens, apesar de desejada pela arquiteta, tomou proporções maiores que acabaram trazendo alguns problemas imprevistos. A sobrecarga humana sobre a laje-piso da praça em grandes eventos passou a apresentar riscos para a integridade estrutural do edifício. A partir de então, alguns usos (de grandes aglomerações) passaram a ser proibidos, evitando-se uma situação de risco para a população.

A presença marcante da caixa envidraçada e seus grandes apoios vermelhos talvez seja tão importante vista de fora quanto de perto. Diferenciando-se totalmente da ocupação do entorno, localizada exatamente em frente à maior massa verde da região e num dos pontos mais altos de toda a cidade, o edifício coloca-se como um dos mais importantes marcos urbanos da cidade, tornando ainda mais forte seu domínio público, e apropriação pelos habitantes da cidade. O Masp tornou-se o símbolo da Avenida Paulista, um dos mais importantes símbolos da cidade de São Paulo.

A integração entre os espaços do edifício e urbano é tamanha que podemos dizer que todo o térreo, a laje ao nível da rua, pertence tanto ao museu quanto à cidade, tornando quase impossível delimitarmos o limite entre esses espaços. Tal separação só pode ser estabelecida na distinção por pavimentos abaixo e acima desse nível, ocupados pelas dependências do museu. A força dessa integração tão completa não nos permite dizer que há uma hierarquia definida no espaço do térreo, mas certamente podemos reconhecer uma diferenciação entre áreas desse espaço, bem como a importância de sua estruturação. Nesse caso, a ausência de hierarquia ajuda no entendimento desse espaço como um todo, publicizando-o, borrando os limites e distinções entre suas áreas.

Esse segundo trecho da Avenida escolhido é especial por todos esses fatores mencionados que são interligados com tanta força que devem ser lidos como um conjunto que estabelece todas as relações com a cidade. A localização e a forma do edifício, sua relação com o espaço urbano do entorno, a função cultural pública do museu, a continuidade com o parque público, sua imagem enquanto símbolo da cidade juntos tornam a arquitetura do edifício tão forte que nem mesmo tentativas de fechamento e controle tiveram sucesso. Nesse caso, a relação com a cidade é tão significativa que nem mesmo a gestão administrativa conseguiu interferir ou modificar. A apropriação desse edifício, seus espaços e imagem é tão significativa que gerou manifestações e protestos no surgimento da menor proposta de fechamento do espaço. A própria relação de identidade do público garantem respeito ao patrimônio e sua vitalidade e importância pública.

Percurso de Ligação e Circulação Interquadra

Continuando nosso passeio pela avenida, encontramos mais a frente, uma outra situação bem interessante, três quadras adjacentes bem relacionadas. Destacamos nesse trecho a presença de três edifícios bem marcantes: A Caixa Econômica Federal, o Conjunto Nacional e o Shopping Center 3. Apesar de possuírem características espaciais e arquitetônicas bastante distintas, os três edifícios têm um aspecto em comum: estabelecem ligações por dentro do lote, entre as diversas faces da quadra. Começamos pelo mais emblemático deles, o Conjunto Nacional que, além de ser muito significativo nas relações com a cidade, é um marco importante na arquitetura brasileira.

Logo depois de adquirir o terreno onde posteriormente seria construído o Conjunto Nacional, o empresário José Tijurs pretendia erguer um complexo que seria o “primeiro shopping center do país”¹. O projeto inicial previa inclusive um supermercado [recém-surgido no Brasil] como o que poderíamos chamar de atração principal². O amadurecimento da idéia e a definição do programa pelo arquiteto David Libeskind - incluindo além das áreas de comércio e exposição do setor industrial, também a habitação- transformaram a natureza do empreendimento. Pela primeira vez, são agrupadas tantas funções, tão distintas e com tal complexidade.

A implantação do complexo multifuncional na avenida dos palacetes causou um impacto urbano imediato, alterando padrão de urbanização da área com uma massa edificada de grandes proporções, com a composição abstrata de seus volumes e superfícies e, principalmente, com uma lógica intrínseca ao próprio edifício. Correspondendo à idealização de seu proprietário, logo se tornou marco na paisagem, símbolo da expansão da cidade e da modernidade e instaurou um novo padrão de verticalidade na mais nobre avenida de São Paulo.

Conjunto Nacional

Forma

Em seu aspecto formal, o Conjunto Nacional parece priorizar o caráter normativo do protótipo, conduzindo sua presença formal dentro da estética moderna abstrata, procurando estabelecer parâmetros universais, reduzindo o caráter de evento arquitetônico.³ Uma atitude reconhecidamente modernista, utilizando o formalismo e a estética a fim de reafirmar valores ideológicos. A autonomia do módulo é reforçada, são reduzidas as especificidades desnecessárias, criando a possibilidade de sua reprodução. A idéia modernista era a reprodução *ad infinitum* formando mais que um objeto isolado, mas a parte na constituição do todo. Talvez na não-observância dessa reprodutibilidade seja um dos pontos fundamentais na caracterização do Conjunto Nacional como um espaço tão particular na Avenida Paulista e na cidade. Comportando-se de forma única com relação ao tecido urbano, o edifício apresenta uma especificidade que o torna um ponto fora da curva. Assim, o que propunha-se tipológico e reprodutível ganha qualidade exatamente no momento em que sucumbe um de seus conceitos iniciais. Nesse raciocínio, foi dado um tratamento homogêneo e bidimensional à fachada, em que as divisões internas ou função dos espaços internos são apagadas, garantindo, ao mesmo tempo, permeabilidade visual do interior para a movimentação das ruas.

A sobreposição de usos decorre de uma revisão dos preceitos da Carta de Atenas, que previa o zoneamento funcional da cidade. O desenvolvimento do programa, proposto pelo próprio arquiteto, englobando a habitação é que possibilita a conformação do edifício como um trecho de cidade. A justaposição de atividades em uma quadra inteira é a expressão de um modelo de cidade adensada, em que a proximidade dessas atividades é que traria a qualidade da vida da metrópole. O encontro dessas várias atividades e dos públicos diversos cria a possibilidade de ocorrerem novos eventos urbanos⁴. Combinar em um edifício, em um único corpo, a habitação e todas as atividades ligadas a ela, todos os seus prolongamentos, extensões da vida cotidiana: assim estava colocada a possibilidade de desenhar uma parte real da cidade.

Libeskind amplia o conceito de Unidade de Habitação de Le Corbusier: não mais como edificações isoladas, elevadas do solo com um grande jardim separando-as da cidade, mas reorganizando completamente seu entorno. O resultado foi uma habitação mais adequada aos novos modos de morar, incluindo uma série de serviços que seriam oferecidos pelo conjunto como empregadas domésticas, mensageiros, lavanderia, serviços de telefonia e outros, retirando-os do âmbito familiar. Apartamentos de diversos tamanhos permitiam a ocupação por vários tipos de família, possibilitando a heterogeneidade social, tão importante na cidade, agora num mesmo edifício. Segundo Viégas, “o termo habitação passava, neste momento, a se referir ao habitat humano, o modo como o homem poderia habitar, construir novas cidades com as formas que desejasse.”⁵ A importância do contexto urbano havia se modificado em relação à Carta de Atenas: a intenção era o que a arquitetura fosse pensada como a construção do espaço urbano. Na conformação do espaço da habitação, o projeto retoma as varandas das casas brasileiras, elevadas na lâmina vertical, aproveitando-

¹ (FRÚGOLI, 2000: 118)

² (FRÚGOLI, 2000: 79)

³ (MENDONÇA, 1999: 132)

⁴ (VIÉGAS, 2003: 189-195)

⁵ (VIÉGAS, 2003: 65)

se da geografia do ponto mais alto da cidade, divisor de águas, conferindo amplitude à paisagem ao mesmo tempo em que uma nova paisagem da cidade começava a ser construída. Permite aos moradores a total apreensão da cidade e da Avenida, a certa distância.

A ocupação de toda a quadra resulta da reflexão sobre os modelos de ocupação urbana, sobre a estrutura fundiária e sobre o desenho que as ruas que a limitam podem oferecer como alternativa à cidade existente.⁶ Além de colocar diversas atividades e moradores distintos num mesmo endereço.

Circulação e Hierarquia

Considerando a quadra uma fração mínima do parcelamento, partiu-se ao prolongamento do passeio com “ruas internas” que culminam numa praça central, coberta. Esse ato exprime o desejo de construir espaços coletivos, de projetar e construir os edifícios como continuidade dos espaços da cidade, de construir a cidade pelas qualidades de cada um dos edifícios. As tipologias dos edifícios são fundamentais ao entendimento de sua relação com o traçado e com o parcelamento, carregam a cultura da produção e da construção da cidade. O parcelamento é gerado a partir da idéia de edificação isolada no lote; as tipologias arquitetônicas idealizadas pelos arquitetos modernos levavam o anseio de uma cidade sem divisão do solo, uma cidade de superquadras, ou aos moldes da Carta de Atenas.⁷

A continuidade com o passeio público e tecido urbano diferencia-se da postura de grande parte dos edifícios da cidade. O edifício mantém uma forte relação de interdependência com o espaço urbano existente ao mesmo tempo em que seu projeto tem total liberdade com relação a ele. Apesar de romper com o uso e a ocupação do solo característicos de toda a cidade, a implantação respeita o traçado, reforça-o e estabelece com ele uma relação simbiótica, mantendo a morfologia urbana, conformando a calha da rua com o volume construído. A rua, assumida com toda a importância do espaço urbano, foi trazida para dentro do edifício. Ao mesmo tempo em que oferece permeabilidade com o tecido da cidade, o volume horizontal edifica toda a área da quadra e ocupa as quatro esquinas, reforçando seu desenho e garantindo seu entendimento como unidade. A continuidade entre a calçada e o interior também pode se dar pelo piso que utiliza o mesmo mosaico português do passeio, inclusive repetindo o mesmo padrão.

O acesso é convidativo por suas dimensões generosas, reforçado pelo piso de mosaico português, tão característico dos passeios públicos. O térreo do edifício pode então ser lido pelos pedestres como um espaço da cidade, como parte constitutiva desta. O percurso por dentro da quadra, além de encurtar distâncias, oferece o conforto da proteção do sol e da chuva e a distração de observar as vitrines longe do tráfego de veículos.

Limite

A largura generosa dos espaços livres do térreo permitiriam seu uso tanto como espaço de passagem quanto espaço de estar. Mas a falta de mobiliário em todo o térreo e a presença de poucos bancos no terraço transformam todos os

⁶ (VIÉGAS, 2003:172)

⁷ (GONSALES)

espaços em espaços de passagem. A velocidade do caminhar dos pedestres só é reduzida em frente às vitrines, para observação dos produtos oferecidos pelas lojas.

A continuidade do espaço urbano é revista e, retomando-se a rua, a praça, o pátio, sugere a possibilidade de recuperação de qualidades tradicionais, possibilitando que os espaços ganhem significado e identidade. Podemos afirmar, sem dúvidas, que o Conjunto Nacional não é um edifício *per se*, nem é apenas mais um edifício na cidade. Ele atesta a união da arquitetura e do urbanismo construindo um edifício como parte da cidade.⁸ Confere ao edifício qualidades e características próprias do espaço urbano, com toda a densidade necessária a uma cidade em formação e crescimento. Colocava a possibilidade de cada edifício ser e desenhar uma parte da cidade, e por esse meio fazê-la generosa e menos segregadora.

Na praça central do térreo, ocorrem ricos encontros entre os habitantes da cidade: os moradores, os comerciantes, os compradores, os passantes, os trabalhadores, os homens, as mulheres, as crianças e os idosos. No centro da praça, tem-se a continuidade do passeio através das rampas, responsáveis pela ligação entre os pisos, unindo as circulações horizontal e vertical.

O terraço jardim foi pensado como importante espaço de uso coletivo da população do edifício e de toda a cidade. Configurado com características de uma praça elevada, permite a contemplação da paisagem da metrópole. O projeto previa uma área de pilotis sob o volume vertical que seria a possibilidade de observação dos 360 graus da cidade. Essa área foi e permanece ocupada.

*"Na composição original, esse sentido de esplanada fazia com que o espaço entre os edifícios fosse mais importante que o espaço de cada um deles, isoladamente. Caracteristicamente era um espaço urbano e coletivo por excelência, como o que qualificava a cidade moderna, isto é, nos quais o mais importante não é o plano da fachada mas o ambiente criado dentro do espaço urbano como plataformas abertas para a cidade."*⁹

"A relação que o volume horizontal estabelece com as ruas circundantes traz o monumental edifício à escala do pedestre e estabelece um gabarito para as ruas em volta"¹⁰, escala aproximada mais ainda pela marquise no térreo que também funciona na proteção das vitrines. A transposição/passagem do espaço da cidade para o interior do edifício é tão bem configurada que passa despercebida. A fronteira foi borrada e, apesar de, os limites legais e físicos existirem, eles não são evidenciados e a manutenção dessas características é vital para a sobrevivência e vitalidade do conjunto.¹¹ O número reduzido de acessos à garagem não interrompe tantas vezes o passeio público, como ocorreria se a quadra fosse parcelada em lotes. Na cidade que conhecemos, cada edifício tem seu próprio subsolo, independente e, portanto, cada um tem seu acesso. Nesse caso, o resultado é uma calçada completamente truncada, interrompida por rampas e obstáculos, frequentemente ocupada por carros.

⁸ (VIÉGAS, 2003: 185 e 187)

Gestão e Controle

Provavelmente fugindo das intenções e do controle do projeto original, o Conjunto Nacional tem tido sua administração cada vez mais centralizada e controlada como qualquer espaço corporativo ou mercadológico, ou até mais. Parte de uma avenida com uma imagem tão forte, numa sociedade bastante preocupada com questões de segurança, não poderia deixar de considerar, pelo menos em parte, essas novas demandas. Reforçados pela autoridade da administradora do condomínio, e muitas vezes da falta de bom senso, algumas atividades não são permitidas no Conjunto Nacional. A consequência mais imediata é o controle cada vez mais acentuado sobre os usos dos espaços que antes se propunham livres. Sendo um edifício tão importante, tanto para a cidade quanto para a história da arquitetura brasileira, é muito visitado por estudantes e arquitetos, que não podem fotografá-lo, por exemplo, a não ser que tenham uma autorização prévia por escrito, sob o argumento de colocar em risco a segurança de todo o edifício e da Paulista.¹² A permanência irrestrita também é um ponto a ser desestimulado, por ordem da administração, revelada, por exemplo, pela falta de mobiliário e espaços para sentar em todo o térreo. Também não é permitido sentar nos degraus ou no chão.

O exemplo de um complexo voltado para o mercado, correspondendo ao pedido do empreendedor que ao mesmo tempo traz tantas qualidades arquitetônicas e urbanísticas, além das de outras ordens como a social, mostra como os arquitetos de formação racionalista participavam da construção do ambiente urbano. O arquiteto conciliava a atividade de co-partícipe da especulação imobiliária com sua função social¹³; e trazia para si a responsabilidade de determinar o equilíbrio entre a exploração financeira e a qualidade do espaço urbano, dos interesses individuais e coletivos. Objetivando a harmonia entre objetivos e necessidades tão opostos, procurava reconstruir relações pacíficas. Ciente de que não houvesse arquitetura neutra, o arquiteto buscava a construção de espaços de convívio social.

⁹ (PINI, 2000: 76)

¹⁰ (VIÉGAS, 2003: 176)

¹¹ Vemos crescente a quantidade de espaços que foram concebidos como extensão da cidade e que foram fechados, posteriormente, com o uso de grades ou guaritas. Ex. Mube e Praça Paulista.

¹² Argumentos expostos pelo bombeiro responsável pela segurança do condomínio, quando a aluna foi repreendida por ter fotografado a Avenida Paulista a partir da varanda do conjunto nacional.

¹³ (VIÉGAS, 2003: 96)

Shopping Center 3

Na quadra da frente, temos o Shopping Center 3, mais um equipamento importante, que contribui bastante para a caracterização desse trecho da avenida. O centro comercial ocupa um lote em forma de T, no centro da quadra com frente para a Paulista, mas abrindo-se também para as ruas Augusta e Luís Coelho, oferecendo inclusive passagem e acesso por essas duas outras possibilidades. O formato do lote e a possibilidade de ligação entre essas vias, explorada pelo projeto do arquiteto Jorge Wilhein, podem ser considerados os mais importantes aspectos da implantação do edifício. O declive natural do terreno a partir da Paulista dificulta a ligação direta por esses acessos e, para efetivamente estabelecer essas conexões, um conjunto de escadas rolantes e elevadores no entroncamento desses caminhos permite ao pedestre vencer o desnível de 5 metros. Esse núcleo central de circulação garante também o acesso aos pavimentos superiores do edifício e às garagens nos subsolos.

O edifício passou por uma reforma com projeto do arquiteto Ruy Otake. A reforma contemplou mudanças no programa do centro comercial inserindo mais lojas, salas de cinema e praça de alimentação e, na ambiência, acabamentos e caracterização dos espaços internos e fachada; adaptando o edifício galeria ao modelo de shopping center cada vez mais disseminado.

Forma

Seguindo as premissas de grande parte dos exemplos de shopping centers, o espaço do edifício apresenta-se totalmente voltado para o interior e para o fortalecimento das atividades de consumo enclausurado. Dessa maneira, procura criar um espaço que poderia representar um ideal de cidade: limpo e homogêneo, sem vestígios de sujeira, pobreza ou caos.¹⁴

¹⁴ No contexto urbano a estrutura fechada dos shoppings privatizam e controlam funções e atividades formalmente estabelecidas nas ruas. Fortemente vigiadas, seus usuários formam uma população tão homogênea quanto as populações dos condomínios. Na busca por um caráter menos artificial, alguns Shopping Centers procuram fortalecer suas características urbanas denominando seus espaços, pavimentos ou entradas com qualidades, termos ou nomes de rua do entorno urbano que foi deixado para fora. Assim, tenta-se criar, dentro de suas paredes, uma cidade melhorada, limpa. Frequentemente utilizados, os termos Praça de Alimentação, Rua de Serviços, Passeio, Esplanada dos cinemas....sugerem equivalência com os espaços urbanos, fortalecendo a idéia de espaço público.

Segundo estratégias de marketing, a teatralização das mercadorias e sobrecargas de estímulos visuais alternam perspectivas extremamente desorientadoras com confortáveis locais de descanso. A simultaneidade dos estímulos de todas as naturezas, o tempo todo chegam a causar no usuário desses espaços desorientação, ansiedade e apatia. A sensação de impotência de absorver tanta informação coloca o usuário numa posição ainda mais estática de espectador, criando também a sensação de que há muito o que ser consumido, há muito o que ser visto, adquirido, e que para tanto, deve passar mais tempo nesse local. Confrontando o mundo fantasia com espaços parecidos com espaços domésticos, onde os compradores podem readquirir seu senso de controle, cria-se a sensação de se estar em casa, mas com tudo a sua volta.

A poluição visual, a implausível, aparentemente aleatória, coleção de imagens foi agrupada com um propósito explícito: dar suporte á vontade do shopping de conter todo o mundo dentro de suas paredes. Para que contenha o mundo, os shoppings incluem outras atividades além da compra, principalmente atividades ligadas ao lazer, e com horários de funcionamento noturno, que estende o horário de funcionamento do próprio Shopping para até 24 horas: cinemas, discotecas, bares, e até capelas. Além de ser lugar de trabalho de pessoas que ali trabalham e ali também passam seus tempos livres. Para englobar outras atividades, mesmo que não sejam tão diretamente relacionáveis e compatíveis, os shoppings têm oferecido outros edifícios adjacentes, que comportam escritórios e hotéis. A única função que ainda não foi englobada foi a habitação, ainda.

Na negação do ambiente urbano para construção de uma cidade ideal, sem vestígios de sujeira, pobreza, de ilusão de uma sociedade homogênea, em que o espaço público tem sido substituído por simulacros de cidade, surgem os containeres, estruturas fechadas e autônomas que são símbolo e síntese desse processo, abrigando os principais equipamentos da indústria de massa, com objetivo principal de consumo (de bens, cultura, entretenimento, serviços, transportes etc).

Os Shoppings Centers são grandes exemplos de containeres apresentam características recorrentes dessas estruturas. Localizadas próximas a vias importantes ou radicalmente inseridas no tecido urbano consolidado das zonas centrais, uma de suas principais características é a autonomia na sua localização, garantindo acesso facilitado principalmente ao automóvel. Configuram-se como grandes caixas climatizadas, com iluminação, som, temperatura, e fragrâncias controladas, mascarando a passagem do tempo e oferecendo conforto e segurança na medida para manter o consumidor no interior. Tem propriedades intrínsecas, e é completamente voltado a seu interior. A paisagem interior criada, artificial, independente do entorno e muitas vezes há criação de múltiplos interiores, como cenários. Além disso. Atuam como grandes e importantes condensadores sociais. Sua relação com a rua ou espaço interno se resume à porta de entrada, paredes cegas eliminam qualquer possibilidade de relação com o exterior.

Circulação e Hierarquia

O acesso ao interior do edifício pela Avenida Paulista sempre foi marcado por elementos de comunicação visual junto à fachada, procurando, de alguma forma, dar uma idéia do que o visitante encontrará em seu interior, como os filmes em cartaz ou os logotipos de algumas lojas de redes. A nova Lei Municipal que regulamenta outdoors e outros suportes de comunicação visual, recentemente aprovada, alterou um pouco essa dinâmica, restando junto à fachada somente os suportes metálicos dos antigos elementos.

Próximo a esse acesso, uma única loja abre-se para o exterior, o Banco Santander Banespa, reforçando o caráter financeiro da avenida. Essa loja procura configurar um pequeno “hall” de entrada e favorecer a “animação” desse espaço, passando a imagem de vitalidade que se espera de seu interior, mas não tem um uso muito significativo e é uma exceção, pois a maioria das lojas não pode utilizar esse recurso.

Sobre o volume mais baixo, desenvolve-se uma torre de serviços, mais recuada em relação aos limites do lote, um pouco nos moldes do Conjunto Nacional, seguindo alguns pressupostos do movimento moderno, como iluminação e ventilação, mas ainda deixando de fora a função da habitação.

O Center 3 ganha importância quanto à sua relação com a cidade porque, além possibilitar o passeio intraquadras, ligando as três ruas adjacentes, estabelece com o edifício em frente, o Conjunto Nacional, um conjunto de espaços interligados, que são utilizados durante o horário comercial estendido durante a semana e também nos finais de semana, trazendo atividades para esse trecho de cidade. Esses dois edifícios, conjuntamente, estabelecem uma coesão na relação entre os espaços internos e externos, marcando a ligação edifício/cidade/edifício tornando esses espaços acessíveis, interessantes e agradáveis ao pedestre.

Essas ligações e conexões diferenciam o Center 3 da maioria dos shopping centers e pode ser entendido como uma evidência da qualidade, importância e coesão dos espaços da Paulista no tocante a relação entre seu espaço urbanos e o de seus edifícios. Essa coesão expressa-se com tamanha clareza que influenciou na adaptação de um modelo de equipamento que apresenta lógicas opostas e extremamente determinadas.

Limite

Na fachada principal, da Paulista, o edifício exhibe aspectos formais bem marcantes. Um recuo coberto, não muito largo e com pé-direito triplo, é coroado por um painel de concreto com curvas irregulares, que o diferencia bastante dos edifícios vizinhos, com uma estética notadamente pós-moderna. A presença de dois esguios pilares nesse recuo frontal reforça o limite do edifício, formando uma linha imaginária que estabelece um espaço de transição do espaço público da rua e a aproximação de um espaço privado, interior, do shopping center. Por ser estreito e de natureza tão diferenciada, essa transição é, de certo modo, abrupta, marcando bem a presença da massa edificada. Somente a partir das portas de entrada é que se tem a sensação de espaço interior, definitivamente privado.

Com uma estratégia claramente oposta ao Conjunto Nacional, seu vizinho de frente, o recuo frontal e o afastamento do prédio são responsáveis por um considerável alargamento do passeio. Esse espaço, apesar de ser aberto e livre, é utilizado somente para circulação de pessoas e esperas rápidas; já que não caracteriza nenhuma situação especial de conforto às pessoas que ali permaneceriam por mais tempo.

O Shopping Center 3, como outros tantos da cidade, configura-se como uma grande caixa climatizada, com iluminação, acústica e temperatura controladas, mascarando a passagem do tempo e oferecendo conforto e segurança na medida para manter o consumidor no interior. Tem propriedades intrínsecas e é completamente voltado a seu interior, independente do entorno. Sua relação com a rua ou o espaço interno se resume às portas de entrada e, conectividade entre as três ruas adjacente, sem outras possibilidades de relação com o exterior.

O shopping é, sem dúvidas, um espaço privado, projetado e construído com um único grande fim: o consumo. Trazendo para seu espaço interior atividades que antes ocorriam nos espaços públicos da cidade, trazendo atividades comerciais, de serviço e lazer para um espaço controlado, o shopping reforça sua propriedade privada. O fato de o espaço ser controlado, independente de outros fatores, já anula seu caráter público. Num shopping, é esperado que você aja de certa maneira, e algumas atividades ou certos comportamentos não são tolerados, passando a sensação de segurança ao mesmo tempo em que se impedem algumas ações e atitudes que seriam perfeitamente aceitáveis na rua ou em outros espaços urbanos.

Algumas incoerências formais podem ser percebidas como resultado de uma profusão de materiais e cores, uso superficial de formas. A linguagem e o resultado formal são confusos, onde materiais, acabamentos e formas disputam a atenção com logotipos, letreiros e comunicação visual das lojas.

Gestão e Controle

O shopping é sem dúvidas, um espaço privado, projetado e construído com um único grande fim: o consumo. Trazendo para seu espaço interior atividades que antes ocorriam nos espaços públicos da cidade, trazendo atividades comerciais, de serviço e lazer para um espaço controlado, o shopping reforça sua propriedade privada. O fato de o espaço ser controlado, independente de outros fatores, já anula seu caráter público. O shopping não pode ser considerado um espaço público, pois nunca será o espaço da ação coletiva e do encontro. Uma outra característica é que as pessoas usam as ruas casualmente, inconscientemente, e não porque tomaram a decisão de ir fazer compras em determinado lugar, usam as ruas porque tem coisas pra fazer na cidade, inclusive atividades cívicas, que condensam classes sociais distintas. Num shopping é esperado que você aja de certa maneira, e algumas atividades ou comportamentos não são tolerados, passando a sensação de segurança, ao mesmo tempo em que se impede algumas ações e atitudes que seriam perfeitamente aceitáveis na rua ou outros espaços urbanos.

Caixa Econômica Federal

Forma e entorno

Corformando esse trecho de cidade, na quadra adjacente, chegamos agora à Praça Paulista, espaço térreo entre as duas torres idênticas da Caixa Econômica Federal. Esse edifício diferencia-se dos dois anteriores pelas atividades ligadas a função de serviços, não comercial, e por estabelecer as ligações intraquadra por um espaço aberto entre blocos. Com aspecto formal uniforme e desprovidos de qualquer tipo de ornamento, completamente envidraçados, os dois edifícios revelam somente a estrutura que os enquadra, com o concreto aparente faceando as grandes superfícies de vidro verde. A implantação das duas torres isoladas no mesmo lote, define cuidadosamente uma série de características da praça resultante, que as conecta e acomoda ao espaço urbano em que se inserem. A primeira torre, localizada na esquina da Paulista, ressalta o ângulo reto, demarcando elegantemente as duas linhas imaginárias que correspondem aos limites do lote, nas duas direções. A segunda torre localiza-se mais internamente ao lote, na diagonal, sem tocar nenhum dos limites. Assim estão definidas regiões bem distintas da praça que une todos esses espaços e liga as duas calçadas perpendiculares.

“O isolamento definitivo do edifício no lote, abandonando a coesão que os volumes baixos adotados com maior destaque nos anos 50 e 60 propiciavam, evidencia o papel preponderante que os espaços livres devem desempenhar como articuladores entre os espaços públicos e privados e na construção de uma cidade aberta e franca.”¹⁵

¹⁵ (URSINI, 2004: 51)

Circulação e Hierarquia

Os acessos de ambas as laterais são generosos e definidos, como dito anteriormente, pela implantação da primeira torre. A calçada nessas duas laterais ganha larguras maiores e praticamente funde-se às praças. Com várias possibilidades de caminhos com início no passeio público, o desenho da praça é convidativo ao pedestre, favorecendo a circulação e a ligação entre as três faces da quadra.

As dimensões das duas praças que se formam de maneira contígua são muito generosas, e apresentam configurações distintas. A praça maior conta com espaços maiores e mais abertos, possibilitando atividades de outras qualidades daquelas da praça menor, mais intimista. O uso desses espaços é intenso tanto durante a semana, com atividades como descanso, almoço e encontro; quanto nos finais de semana, quando adquire um caráter mais familiar, com brincadeiras de crianças e descansos ao sol. Com poucas árvores e concentradas no passeio público junto da Rua Ministro Rocha Azevedo, considerando, inclusive, que essa praça se desenvolve sobre a laje dos estacionamentos no subsolo, a vegetação da praça caracteriza-se como um jardim com espécies menores e mais baixas.

A demarcação dos domínios é evidente e define claramente uma hierarquia na conformação dos espaços. A gradação do espaço público do passeio ao espaço privativo do interior das torres é mediada por uma série de áreas com limites menos evidentes, privados e de uso coletivo, que conferem diferentes ambiências ao térreo tão permeável e integrado à cidade. Os edifícios do entorno são fundamentais para a configuração desses espaços livres, criando uma sensação de fechamento e acolhimento. Perpendicular à Avenida Paulista, no limite do lote, um restaurante traz vitalidade própria a uma área mais protegida e distante da agitação da avenida. A localização do restaurante nesse espaço específico é estratégica no sentido de distribuir usos e públicos, articulando ainda mais as atividades no lote.

A implantação dos dois blocos de vidro e a conformação de todo o térreo do lote como um espaço permeável e aberto a cidade transformam a percepção do espaço urbano nesse trecho da avenida. Nenhuma intervenção é feita diretamente no espaço público e, ainda assim, a percepção da paisagem em tal trecho evoca características bem marcantes: os edifícios estruturam o espaço e definem relações urbanas importantes.

Limites

A leitura desse espaço como um local permeável é bem clara. A diagonal da quadra é fortemente marcada e sugere um atalho mesmo para usuários eventuais do espaço, não familiarizados com a possibilidade de transpasse. Vale considerar que essa abertura e permeabilidade já foram maiores. A implantação dos pórticos/guaritas em cada uma das interfaces do terreno com as ruas mudou um pouco a franqueza no uso desses espaços. Esses novos elementos arquitetônicos reforçam as linhas nos limites do terreno, explicitando as diferenças entre o espaço da cidade e o espaço do edifício.

Gestão e Controle

Os pórticos não fecham efetivamente a praça, mas têm um caráter simbólico de controle, muito forte. A presença das guaritas e dos seguranças sobre os pórticos, com seus olhares atentos a todas as atividades desenvolvidas tanto nas praças quanto nas calçadas do edifício, inibe certos usos e deixa claro que esse é um espaço privado e controlado. Antes abertos também nos finais de semana, agora esses espaços livres são cercados por um gradil móvel que entra em cena ao fim do horário comercial e sempre que se fizer necessário ou desejável, por exemplo, quando algum evento de grande aglomeração de pessoas ocorre na Avenida.

A localização dos edifícios da Caixa Econômica Federal nesse trecho da Avenida também lhe confere uma proximidade com a grande massa vegetal junto ao casarão desocupado do outro lado da Paulista. Mesmo que distante, essa massa verde contribui visualmente para uma sensação agradável de continuidade da praça, amenizando a paisagem cinza dos arranha-céus de concreto.¹⁶

¹⁶ O lote a que nos referimos, do outro lado da Avenida, é uma área verde, sem construções, antes ocupada pela residência René Thiollier. A vegetação ocupa quase todo o lote e impressiona por sua massa e coesão, inserida em um espaço urbano tão edificado. Essa massa vegetal é nativa e tombada pelo Condephaat.

Assim fechamos o quadrilátero que forma esse trecho. Com posturas bastante distintas, juntos, os três edifícios e a massa vegetal conservada conferem força à possibilidade de ligações pelos lotes trazendo vitalidade aos edifícios e qualidade ao espaço urbano. O espaço de todo esse trecho torna-se extremamente fluido, agradável e tão amarrado à cidade que espaço público e edifício provam-se partes indissociáveis, constituintes do espaço urbano.

A leitura dos três edifícios considerados parte de um só trecho possibilita, além de entendermos os percursos estabelecidos entre eles, suas diferenças.

Os dois primeiros edifícios analisados são mais semelhantes no que tange à sua função comercial, desenvolvida na ligação entre as faces da quadra, e uma torre elevada de serviços. O conjunto nacional agrega a função de habitação que reforça a postura do arquiteto em construir um espaço múltiplo como a cidade. A partir daí as distinções se fazem mais evidentes.

A reforma que transformou a galeria Center 3 em Shopping mudou também sua relação com a cidade, tornando seus espaços mais voltados às atividades interiores, ambientados para tanto. As conexões possíveis entre as ruas não é tão evidente quanto no Conjunto Nacional e o próprio recuo frontal do edifício e sua fachada já afasta da ambiência urbana. A transformação em shopping center também condiciona alguns quesitos de gestão que garantem um controle maior dos usos e públicos do ambiente do edifício.

O espaço da Caixa Econômica Federal, a praça Paulista, não apresenta funções ligadas ao comércio, culturais ou de grande público, mas mesmo assim abre seu espaço térreo à cidade. A abertura desses espaços livres é evidente, o que torna também mais visível a possibilidade de circulação. No que se refere à gestão, podemos dizer que há uma declaração de controle com a inserção das três guaritas, mas o espaço da praça continua aberto e, de certa forma, a intervenção é tão nociva à apropriação do espaço.

O Espaço Urbano

Definindo Relações

A leitura realizada nos três trechos anteriores demonstram que a Avenida apresenta vários momentos de ligação entre o edifício e a cidade que, ora mais fortes, ora mais restritas, trazem qualidades ao espaço urbano, diferenciando a paisagem da Paulista de outras regiões e avenidas da cidade. Essa coesão se transforma um pouco nas duas extremidades da Avenida, onde temos espaços com conformação e ambiência muito diferentes. Apesar da distância considerável entre as duas extremidades, vamos considerá-las um 4º trecho, para efeito da leitura.

Nas três últimas quadras da Avenida, o espaço urbano apresenta desenho e características marcantes, que influenciam fortemente a configuração dos espaços bem como a relação entre esse espaço urbano e sua massa edificada. A relação edifício/cidade nesse trecho destoa bastante do restante da Avenida, pela presença do túnel de acesso às Avenidas Rebouças e Dr. Arnaldo, no prolongamento subterrâneo das faixas centrais da Avenida, e as alças de acesso à própria Paulista e à Consolação, e todo o complexo viário criado nesse entroncamento. Essas transformações são decorrentes do projeto de alargamento da Avenida Paulista, uma vez que a obra resultou num aumento significativo do volume de veículos na região, decorrente da mudança de perfil da Avenida dos casarões para a Avenida verticalizada.

Para a execução da obra foram demolidos um quarteirão inteiro e parte de outros quatro, deixando somente uma porção isolada, edificada, no centro do complexo, inclusive com edifícios que tiveram parte de seus lotes desapropriada.

Os espaços resultantes da implantação do sistema viário são desconexos e desintegrados do uso daquela região, favorecendo o tráfego intenso de veículos. O descaso do tratamento do espaço urbano resultante da forma como essas ligações viárias cortam o tecido urbano é nítido. A falta de cuidado no desenho dos espaços acabou gerando áreas bem hostis ao uso dos pedestres, que fica restrito à circulação extremamente necessária.

A continuidade entre as duas margens da Avenida é quase nula, limitada pelo vazio do túnel que se interrompe em três pontos específicos. A maioria dos edifícios ocupa linearmente a testada dos lotes apresentando pequeno ou nenhum recuo em relação ao passeio, inclusive pelo fato de vários desses lotes terem tido seus recuos frontais desapropriados para execução das obras viárias.

*"Além da questão do tráfego viário, alvo do projeto implantado, ele transformou de forma drástica: a paisagem urbana, o contexto que estruturava aquele espaço, muito além do desenho viário; o papel desse espaço na cidade, o desenho da rua, sua relação com as edificações existentes, o espaço urbano ali vivenciado, seja nas relações humanas com esse espaço e entre si, seja no ambiente que o compunha, com a paisagem ali vislumbrada e apreendida e a escala do desenho existente, relacionada a percepção e à fruição do lugar como referencial."*¹

Os edifícios desse trecho, apesar de terem sido construídos em momentos bastante distantes da história da Avenida, apresentam algumas características comuns, que acabam ressaltando a presença desse elemento infra-estrutural tão marcante. O primeiro exemplo que podemos apontar é o Edifício São Luis Gonzaga, longitudinalmente paralelo à Avenida, com uma fachada de vidro de proporções singulares. O edifício conta com um recuo de 3 a 4 metros, coberto

¹ (COELHO, 2004: 34)

por uma marquise de mesma medida, que nos parecem estreitos demais dada a extensão da massa edificada. Apesar de oferecer o conforto da cobertura do passeio, o piso nessa faixa de recuo não é o mesmo empregado no passeio público, e é mais irregular que esse último, o que de certo modo afasta as pessoas, que preferem caminhar na faixa pública do passeio.

Na última quadra da Avenida, a mesma situação se repete, agora por motivos diferentes, e por serem representativos de um outro momento histórico. Os dois edifícios localizados nessa quadra foram construídos anteriormente à implantação do sistema viário ali presente, e contavam ambos com frentes ajardinadas. Do outro lado do que era a calha da Avenida, havia outras duas quadras igualmente edificadas, que foram demolidas cedendo lugar para as facilidades viárias. A presença desses jardins certamente contribuiu para suas desapropriações, que transformaram radicalmente a relação desses edifícios com a cidade.

Mais que uma especulação, podemos afirmar, a partir das três fotos aéreas, que o caráter dessa porção da Avenida mudou radicalmente desde que foi inaugurada até os dias atuais. O trecho que antes se configurava como uma faixa de desaceleração para os veículos que fariam o retorno ao redor da pequena praça final passou a ser espaço de aceleração para aqueles que saem da Avenida, em direção à Dr. Arnaldo. Hoje, essa ligação se faz por um túnel subterrâneo estritamente funcional. As duas últimas quadras da Paulista tiveram a continuação com a Avenida interrompida pela ligação entre a Rua da Consolação e a Avenida Rebouças, de tráfego intenso.

O balão no final da Avenida tinha uma importância histórica e paisagística, inclusive pela sua localização, de onde podia-se avistar os bairros mais baixos até o Pico do Jaraguá. Com essa perda de significado e com a dificuldade dos pedestres de estabelecerem qualquer relação de uso e memória com esse novo espaço, eliminou-se a possibilidade de atribuição de novos significados. Algumas dessas áreas passaram a ser utilizadas somente por moradores de rua e mendigos. A área parece sempre deserta, uma praça sem uso defronte a um quarteirão esquartejado, cujos edifícios já apresentam estados de deterioração.

No local do antigo retorno ao final da Avenida, há um espaço um pouco mais amplo que recebeu um tratamento diferenciado. Claramente percebemos a tentativa de configuração dessa área como uma praça. Desconectada dos passeios públicos de todo o seu entorno, essa praça “ilhada” é raramente utilizada. Nesse contexto, praticamente deserta, atrai somente alguns meninos e moradores de rua que são constantemente expulsos pelos policiais.

“Considerando o significado histórico e o papel que ocupa como lugar nos desdobramentos da evolução da cidade, o trecho inicial da Avenida Paulista, desde a Rua Minas Gerais, deveria apresentar-se como um grande portal, já que

² (COELHO, 2004: 38)

conecta setores importantes da cidade, porta de transição do Centro Histórico para a Avenida Paulista; ligado ao bairro de Higienópolis e à Avenida São João pela Avenida Angélica; acesso para o Pacaembu; início do prolongamento em direção à Avenida Faria Lima e a todo o complexo médico/universitário da Avenida Dr. Arnaldo, além de sua posição privilegiada na paisagem, onde se descortina uma grande abertura visual em direção ao Pico do Jaraguá, visível dali no início do século." ²

Outro aspecto que influencia muito na caracterização desse trecho é a ausência de qualquer elemento na escala do pedestre. A demolição dos dois quarteirões (mesmo que parte de um deles tenha permanecido) deixa claro que uma porção daquele conjunto fora eliminada, resultando em falta de coesão da massa construída, reforçada pela distância mais acentuada dos edifícios ao longo do túnel. O resultado da implantação do sistema foi uma série de pequenos espaços residuais, sem caracterização e desprovidos de qualquer utilidade. Desconectados e desertos, esses espaços tornam árida a ambiência nesse trecho da Avenida.

Circulação

A movimentação de pedestres nessa região ainda é muito intensa, devido principalmente à localização de grandes pontos de ônibus urbanos, que conectam linhas importantes da cidade, mas a qualidade dos espaços deixa a desejar. Os espaços para o pedestre são claramente sobras de um projeto pensado para o automóvel, e são qualificados com a intenção declarada de não incentivar a parada e permanência de pessoas. Nesse trecho específico, o projeto viário transformou drasticamente a paisagem urbana e redefiniu a relação que os edifícios estabelecem com o espaço urbano.

O extremo oposto, ao leste da Avenida, o que podemos chamar de trecho inicial, é outro momento em que o desenho urbano muda consideravelmente com relação à regularidade do desenho em sua extensão. A Avenida, chamada Paulista, inicia-se na Praça Oswaldo Cruz, hoje bem pequena e não muito significativa. Enquanto parte do sistema viário, a Avenida não começa, e muito menos acaba nesse ponto; mas é somente a partir daí que chama-se Paulista, e até esse ponto apresenta outras características.

A praça é principalmente utilizada como circulação e, apesar de bem sombreada e muito agradável, o desenho de suas jardineiras altas e o desenho “antimendigo” não colaboram muito com outros usos e maior apropriação de seu espaço. Tem-se a impressão que a Praça não é mais que uma “sobra” de sistema viário arborizada.

Em frente à Praça, localiza-se o primeiro shopping center da Avenida, implantado onde antes era uma antiga loja Sears. O edifício é totalmente fechado e tem sua fachada principal voltada para a praça e para a Avenida, mas totalmente cega e sem nenhuma abertura além dos acessos para pedestres e veículos. O edifício aproveita-se do distanciamento e espaço livre que a praça oferece, propiciando a observação da fachada como um todo; nenhuma outra relação visual é possível, a partir do interior do shopping, por exemplo. Bem diferente do shopping anteriormente estudado (Shopping Center 3), a única relação que o Shopping Paulista tem com a Avenida são o nome e a localização. Esse edifício é bem mais fiel ao modelo de shopping center, principalmente no que diz respeito à ausência de ligação interior/exterior. O acesso à área comercial é caracterizado exclusivamente por duas aberturas na fachada; uma porta principal e o acesso ao estacionamento. Nenhuma loja abre-se para o exterior e a fachada cega delimita toda a extensão do edifício junto ao passeio público, que é bem estreito nesse trecho.

O shopping center ocupa uma área considerável, relacionada à de outros grandes edifícios da Avenida e, apesar de não localizar-se na Avenida propriamente dita, é um equipamento importante na caracterização de seu trecho inicial.

Limites e Possibilidades II.

O passeio que realizamos pela Avenida Paulista focou as possibilidades de integração entre o espaço urbano e a arquitetura e ocorreu através de um percurso narrativo, procurando sempre transmitir a ambiência dos espaços comentados. Procuramos narrar esse trajeto de maneira completa, baseando-nos na descrição dos espaços, documentados em imagens, diagramas de leitura e fotos. Não nos esquecemos, porém que a percepção da arquitetura depende da vivência de seus espaços e realiza-se pela leitura e interpretação. Vale lembrar que a percepção, e interpretação dos espaços são imbuídas de singularidades. As imagens e sensações descritas são frutos de uma relação entre objeto e observador a partir da experiência individual de uma pessoa, em um momento específico.

Essa consideração se faz importante porque no estudo da relação entre os edifícios e a cidade focamos bastante a ambiência dos espaços de transição, considerando aspectos dotados de certa subjetividade, como sensações diversas, relação de identidade, sensação de pertencimento, etc. A leitura que realizamos foi pautada nos aspectos objetivos da caracterização dos espaços entre edifícios levantados anteriormente, como forma e entorno, circulação e hierarquia, limite e intervalos, gestão e controle.

As intervenções e edifícios analisados chamaram a atenção pela integração com o tecido urbano, pelo uso e ambiência que criaram, pela maneira com que o espaço coletivo estabelece a interface público/privado. Identificamos então possibilidades de articulação entre os espaços do lote e seu entorno, e vimos como a interface edifício/cidade e a definição de domínios mais publicizados e coletivos pode contribuir para a ambiência do espaço urbano.

Esse trabalho nos possibilitou identificar momentos em que a arquitetura do edifício qualifica de forma decisiva o espaço urbano. Acreditamos que para que isso ocorra, seja necessário que o espaço reúna ao menos duas características fundamentais:

A primeira, refere-se à Arquitetura do Edifício: um conjunto de soluções apropriado de desenho e linguagem arquitetônica nas relações de:

- sua forma e seu entorno,
- seus espaços de transição entre interior e exterior,
- fechamentos e contenções,
- gestão e controle dos espaços.

As soluções estudadas e estratégias apresentadas ao longo da Avenida são demonstrativas das inúmeras possibilidades que podem ser exploradas na conformação do espaço limite como espaços de transição entre a arquitetura do edifício e a cidade. Cabe aos arquitetos buscar soluções para explorar melhor as possibilidades de conformação dos espaços intermediários de ou empregar soluções conhecidas, cientes que a solução empregada denota uma visão de cidade, bem como constrói o espaço urbano.

Observamos ao longo do passeio que a ambiência urbana está diretamente ligada à possibilidade de apropriação dos espaços, em consequência, ao grau de domínio público dos espaços que a compõe. Na qualificação e definição do domínio do espaço, percebemos três componentes importantes: a arquitetura dos edifícios (incluindo os espaços livres do lote e a caracterização dos limites entre o público e o privado); a função dos edifícios (diretamente ligadas ao público que o frequenta); e a gestão (ligada ao controle dos

espaços) um terceiro componente que não diz respeito exatamente à arquitetura, mas à administração do espaço.

Quanto à conformação dos limites entre o edifício e a cidade, podemos observar uma série de soluções espaciais que, aliadas a outros aspectos, resultam em ambiências muito distintas. Graduando entre a marcação explícita do limite do lote, até a completa integração entre o público e o privado, podemos observar que tais soluções espaciais influenciam muito na percepção e apropriação dos espaços. Nesse sentido, no percurso que realizamos podemos destacar três edifícios em especial: O edifício da Gazeta, a Fiesp e o Masp.

A marcação do limite explícita pela escadaria da Gazeta, define uma faixa que intermedia os espaços público e o privado, criando um intervalo entre essas duas instâncias, um espaço que é parte de ambos. Essa situação, conforme colocado por Hertzberger, poderia ser comparada ao espaço da soleira, que ao mesmo tempo em que divide o lado interno do externo, conforma uma área de boas vindas e despedidas. A escada da Gazeta é tão utilizada pelos alunos e freqüentadores do prédio quanto por cidadãos que usufruem dessa área daquele espaço urbano.

Um enfrentamento completamente oposto quanto à marcação do limite do lote é visto no terreno do Masp. Nessa situação, a linha que determina os limites do lote praticamente desaparecem, o domínio é publicizado e torna o espaço legível como parte da cidade, ao mesmo tempo em que pertence ao museu. A eliminação dessa divisão entre o público e o privado tornou o espaço do museu totalmente passível de apropriação, estabelecendo relações de identidade com os cidadãos.

A situação intermediária poderia ser representada pelo edifício da Fiesp. Antes da colocação do gradil (e desde sua concepção original) o balanço frontal da estrutura e a continuidade do piso da calçada conformavam uma zona de transição entre a arquitetura e a cidade, novamente um intervalo que pertence tanto ao espaço urbano quanto ao edifício. A diferença entre esse espaço e a escadaria da Gazeta é que, como o Masp, ele se faz pela ausência de barreiras arquitetônicas, borrando a fronteira entre os dois mundos.

Pudemos observar que aspectos funcionais dos edifícios também influenciam bastante em seu uso e apropriação. Funções culturais e comerciais tendem a tornar os edifícios mais receptivos ao público, porque dependem da visita.

A função cultural pressupõe a visitação pública e a animação dos edifícios nos quais se aloja. Dessa maneira, espaços culturais com uma programação intensa certamente contarão com um volume de usuários bem significativo. Nos edifícios que analisamos podemos apontar o Masp e a Fiesp como exemplos de edifícios cujas soluções espaciais correspondem à função propiciando abertura e maior domínio público. Os espaços de transição são também espaços de espera e encontro dos usuários, reforçando o caráter coletivo de suas atividades. Em contraposição, temos ali mesmo na Paulista, o Instituto Itaú Cultural, um exemplo em que a arquitetura e as soluções espaciais em nada contribuem para o uso do espaço, mas em que a intensa programação da instituição o torna acessível e tão utilizado pela população. O edifício ocupa todo o lote até o limite e a demarcação do acesso não é tão expressiva, ocorrendo apenas por uma porta, mas os eventos costumam ser gratuitos e de grande visibilidade, estabelecendo uma relação muito importante com a cidade, apesar de sua arquitetura.

Em relação a função comercial, que também depende da circulação de pessoas e animação de seus espaços, o Conjunto Nacional e o Shopping Center 3 apresentam posturas sensivelmente distintas. O Conjunto Nacional integra-se de maneira muito mais declarada à cidade, incorporando-se a ela. Suas aberturas e passagens têm dimensões generosas e são perceptíveis até mesmo ao cidadão mais desavisado, anunciando, inclusive a possibilidade de atravessá-lo. Em todo o seu perímetro, as lojas abrem-se para o passeio público, oferecendo o conforto da marquise que também protege as vitrines e traz o edifício à escala do pedestre.

O Shopping Center 3 também possibilita o percurso intraquadra, mas não o explicita da mesma maneira. Em sua fachada principal, o edifício ostenta uma empena de concreto e um pequeno hall de pé-direito bastante alto, afastado do passeio público. As diferenças na ambiência criada por cada um dos edifícios comerciais são perceptíveis, e nos levam a considerar outros aspectos na definição dessas relações com a cidade.

A leitura dos edifícios selecionados apontou a gestão administrativa dos espaços como um dos principais determinantes da ambiência dos espaços de transição entre o edifício e a cidade. Como enunciamos no início do trabalho, a propriedade pública e privada refere-se à responsabilidade no zelo e manutenção de determinado espaço. Assim são determinados interesses distintos e ações de controle que são visíveis por toda a cidade. Podemos apontar casos em que a gestão dos edifícios limita as possibilidades de uso enunciadas pela arquitetura ou pela função. O controle do edifício da Fiesp com a recente colocação do gradil de fechamento, segue a mesma postura colocada por gestores de outros espaços culturais da cidade, como poderia ser apontado o exemplo do Mube, cujo espaço livre fora gradeado.

Por outro lado, voltamos a mencionar o exemplo do Instituto Itaú Cultural, cuja administração e programação abrem completamente o uso do edifício. Já o Masp pode ser tomado como uma referência dos limites do controle do espaço diante de sua apropriação e da imagem simbólica que representa para a sociedade. O interesse dos gestores do museu em fechar seu espaço livre esbarrou na manifestação da sociedade que não abriu mão de um espaço tão significativo e importante para a cidade, impedindo tal ação.

Observamos, portanto diferentes respostas à necessidade de controle ou proteção dos edifícios e seus espaços, relacionando componentes muito significativas na apropriação do espaço: a configuração espacial do limite, a função e a gestão administrativa.

A outra característica decisiva na ambiência resultante é o Espaço Urbano: que o lugar de inserção da arquitetura seja um tecido urbano estabelecido de forma natural na cidade, respeitando a identidade e a pluralidade que estes espaços continham antes da inserção. A diversidade e multiplicidade de públicos, soluções arquitetônicas, usos e funções, bem como a densidade de habitantes e população podem ser apontados como fatores que influenciam na caracterização da ambiência urbana, diretamente relacionados ao uso e apropriação dos espaços.

No último trecho estudado, formado pelas porções trecho inicial e final da avenida, temos situações que revelam exatamente essa condicionante: o espaço urbano definindo as relações dos edifícios com a cidade. As duas situações são projetos viários que nitidamente priorizam o tráfego de veículos e acabam restringindo as possibilidades de ligação para o pedestre, transformando as relações dos edifícios com esse espaço. Vimos como o desenho urbano, principalmente o sistema viário, pode transformar a relação dos edifícios com a cidade, colocando-se como um limite às possibilidades de articulação e apropriação do espaço, especialmente quando mal qualificado.

O intuito desse trabalho não é ser dogmático nem pretende julgar como devem ser os bons edifícios, mas em apontar parâmetros de estudo e comparação que podem balizar o entendimento e postura dos arquitetos na análise e construção da cidade. Os aspectos levantados no capítulo 2 balizaram a leitura dos espaços de cada edifício, priorizados em função das características mais marcantes de cada edifício. Outros aspectos podem ser adicionados ou suprimidos em função do objeto, da mesma forma que, nesse estudo, ganharam pesos diferentes.

Percorrer inúmeras vezes a Avenida Paulista nos possibilitou, primeiramente, uma leitura do espaço da Avenida como um todo e de seus espaços públicos, procurando características de sua conformação urbana. Observamos trechos com qualidades comuns e estratégias espaciais que estabelecem a relação entre o edifício e a cidade. A variação de soluções nos diversos trechos torna rico e dinâmico o espaço da avenida, que conforma-se como um conjunto de soluções individuais.

Constatamos que o espaço urbano é constituído pelos edifícios e pela maneira que esses edifícios se relacionam com o espaço em que estão inseridos. A qualidade do espaço urbano da Avenida Paulista não é resultado exclusivo do projeto e planejamento urbanos, pelo contrario, é construída trecho a trecho, por cada lote, pelos edifícios que a compõe. Dessa maneira, notamos que a inserção dos edifícios no tecido da cidade nunca é neutra, e também determina a maneira como as pessoas usam o espaço. Os edifícios estudados refletem uma idéia de cidade através de sua arquitetura que extrapola o projeto em si e diz respeito ao momento sociocultural do qual faz fazem parte. Alguns deles, projetados sob a ótica moderna de cidade (Conjunto Nacional, Fiesp, Masp), demonstram a busca por uma cidade aberta, pronta para a vida pública. Essa relação entre momento sociocultural e arquitetura é determinante na ambiência do espaço, em determinado período. Voltamos ao preceito que sempre que projetamos em lote urbano, independente do partido, estamos construindo a cidade. Este trabalho reúne indicativos de soluções arquitetônicas e aspectos sociais que influenciam na qualidade do espaço urbano e na vida da cidade. Que o sonho de cidade de cada arquiteto considere a influência de sua arquitetura nela, e sirva-lhe de motivação a cada edifício que projetarem.

Referências Bibliográficas

ALVES, M. – Espaços Coletivos e a Cidade Contemporânea. Tese, São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

ANELLI, R, GUERRA, A., KON, N. – Rino Levi: Arquitetura e Cidade. São Paulo: romano Guerra Editora, 2001

ARANTES, O. - Urbanismo em fim de Linha. São Paulo: Edusp, 1998

ASHIHARA, Y. - Exterior Design in Architecture. Van Nostrand Reinhold Company, New York, 1970

AUGÉ, M. - Não-lugares: introdução a uma antropologia da super-modernidade. Campinas: Papirus Editora, 1994.

_____ - Non-Places and Public Space in "Quaderns d'Arquitectura I Urbanisme 231 – In transit". Barcelona, 2002 - pags. 11-15

BAIRD, G, KRIEGER, A., LEE, D. MACHADO, R., ROBBINS E., SCHWARTZ, M., UNGER R. - Public Space: From Public to Social Spaces. in: GSD News, Harvard School of Design, Cambridge, Winter/Spring 1995, pgs 3-14

BENEVOLO, L. – A Cidade e o Arquiteto. Ed. Perspectiva, São Paulo, 1984

BRASIL, L. - A Obra de David Libeskind – Ensaio sobre as residências unifamiliares. Dissertação. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004.

BORJA, J. - The City of Desire in: Quaderns d'Arquitectura I Urbanisme 235 - Used City I. Barcelona: pags. 22-24, 2002

CALDEIRA, T. - Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34 / Edusp, 2000.

CAMILLO, O. - Avenida Paulista: um Projeto de Paisagem. Dissertação. Fau-usp São Paulo, 2003.

CARNEIRO, M. L. T. - A Avenida Paulista. São Paulo, Secretaria de Estado da Cultura, s.d., mimeo.

CARON, J. - O território do espelho - A arquitetura e o espetáculo teatral. Fau-usp – São Paulo 1994

COELHO, A. – O Outro Lado da Rua. Dissertação. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo USP, 2004.

CRAWFORD, M. - Blurring the Boundaries: Public Space and Private Life – in: "Quaderns d'Arquitectura I Urbanisme 228 – Urban Landscapes" Barcelona, 2001: pags. 23-27

DAVIS, M.- Cidade de Quartzos - Escavando o Futuro em Los Angeles. trad. R. Aguiar Cap 4. Fortaleza LA, 1993

FERRAZ, M. – Museu de Arte de São Paulo. São Paulo: Instituto Lina Bo e P.M. Bardi – Editorial Blau, 1997

FRAMPTON, K. - História Crítica da Arquitetura Moderna. São Paulo: Martins Fontes, 1997

FRUGOLI, H. - Centralidade em São Paulo - Trajetórias, Conflitos e Negociações na Metrópole São Paulo: Cortez: Edusp, 2000.

_____ - São Paulo - Espaços Públicos e Interação Social São Paulo: Marco Zero, 1995

FRUTOS, F.; VALOR, J. - Containers – The Hypermarket as Public Spaces - in: Quaderns d' Arquitectura I Urbanisme 204, Barcelona, 1995 Pgs 156-161

GONSALES, C. - Cidade moderna sobre cidade tradicional: conflitos e potencialidades. in: Vitruvius, periódico eletrônico de Arquitetura, www.vitruvius.com.br

HERTZBERGER, H. - Lições de Arquitetura : trad. C. E. Machado – 2a. ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HUET, B. - A Cidade como Espaço Habitável – Alternativas à Carta de Atenas. In: Revista AU Arquitetura e Urbanismo, São Paulo: dez/jan 1986/87, p. 82-87

IACOCCA, A. – Conjunto Nacional A Conquista da Paulista. Origem, São Paulo, 1998

INSTITUTO CULTURAL ITAÚ [ICI] - Avenida Paulista. São Paulo, 1993 [Caderno Cidade de São Paulo II]

LEMOES, C., CORONA, E.; XAVIER, A. – Arquitetura Moderna Paulistana, Pini, São Paulo, 1983

LYNCH, K. - A Imagem da Cidade. São Paulo: Livraria Martins Fontes, 1980.

MANTZIARAS, P. - Flows, in "Quaderns d' Arquitectura I Urbanisme 214 - Main Debates". Barcelona: pags. 148-153, 1997.

MENDONÇA, D. - Arquitetura Metropolitana – São Paulo Década de 50. Dissertação. São Paulo: Escola de Engenharia de São Carlos, 1999.

MONTANER, J. M. - Espacio e Antiespacio, Lugar y no Lugar em la Arquitectura Moderna. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.

_____ - La Modernidad Superada: arquitectura, arte y pensamiento del siglo XX. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.

PINI, S. - Arquitetura Comercial e Contexto um estudo de caso o Conjunto Nacional. Dissertação. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2000.

PALLAMIN, V. [org], LUDEMANN, M [coord] – Cidade e Cultura: Esfera Pública e Transformação Urbana São Paulo, Estação Liberdade, 2002.

PRONIN, M. – Interação do Edifício com o Ambiente Urbano – do espaço privado para o espaço público. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004.

ROLNIK, R. - São Paulo – Folha Explica São Paulo: publifolha, 2001.

SEGAWA, H. - Arquiteturas no Brasil 1900-1990, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1999

SENNETT, R. - O Declínio do Homem Público: As tiranias da intimidade. Trad: Lygia Watanabe. São Paulo: companhia das Letras, 1998.

SOLÀ-MORALES, M. - Diferencias. Topografia de la Arquitectura Contemporánea. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 1998.

_____. - Espacios Colectivos, trabalho não publicado, transcrição de palestra proferida no Seminário Internacional Centro XXI. São Paulo: 1995

TELLES, S. - Museu da Escultura visto por Sofia Telles in: Revista AU nº. 32 out/ nov, ed. Pini, 1990

TOLEDO, B. - Álbum Iconográfico da Avenida Paulista. São Paulo, 1987

URSINI, M. – Entre o Público e o Privado: Os espaços francos na Avenida Paulista. Dissertação. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo USP, 2004.

VIÉGAS, F. - Conjunto Nacional: a Construção do Espigão Central. Dissertação. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2003.

YÁZIGI, E. – O Mundo das Calçadas. São Paulo: Humanitas/FFLCH USP/ Imprensa Oficial do Estado, 2000.